



# 24 Anos

12 DE ABRIL DE 2001 - 12 DE ABRIL DE 2025

**A tradição vive em cada passo**



**INDEPENDÊNCIA  
NACIONAL DE ANGOLA  
1975-2025**

## Ficha Técnica

**Título:**

Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento

**Propriedade:**

Tribunal de Contas da República de Angola

**Director Geral:** Sebastião Domingos Gunza

**Director Editorial:** Alexandre Cose

**Editor Chefe:** Mateus Gaspar

**Redacção:** Alexandre Cose, Mateus Gaspar, Cesaltina Satyohamba

**Editora:**

WA Editora

**Capa:** Manuel Pedro Cardoso

**Paginação:** Ivone Damião

**Revisão:** Ana Cunha Guimarães (Ina)

**Edição:**

Abril de 2025 – Número 001

**Tiragem:**

500

**Depósito Legal:**

466/2025

**ISBN:**

978-989-9079-99-1

**Impressão**

Mwangolé

**Informações do Tribunal**

Palácio da Justiça – Rua 17 de Setembro, cidade Alta, Luanda.

Telefone: +244 950 757 500

Email: aci@tcontas.ao

website: www.tcontas.ao

**Contactos:****WA Editora**

Cooperativa *O Lar do Patriota*

Rua 50 | Casa n.º 544 | Luanda | Angola

T\_ +244 935 807 333 | +244 921 665 329

ASAP\_ + 244 935 807 333

E\_ geral@whereangola.co.ao



Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, *offset*, fotografia, digitalização, etc.) sem o consentimento por escrito da Editora ou do autor, abrangendo esta proibição os conteúdos paginados, o arranjo gráfico e o *design* da capa. A violação destas regras é passível de procedimento judicial.

O conteúdo da presente obra é da inteira responsabilidade do Tribunal de Contas.

**Seguimos escrevendo a nossa história**





## A Modernização do Controlo Externo — Um Tribunal de Contas Mais Forte, Transparente e Inovador

### Nota de abertura

É com enorme satisfação que apresentamos o n.º 1 da Revista Informativa do Tribunal de Contas de Angola, denominada *Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento*, uma edição que não apenas celebra os 24 anos da nossa instituição, mas também reafirma a sua evolução, o processo de modernização e o seu compromisso inabalável com a fiscalização das finanças públicas, a boa gestão do erário e a cooperação internacional.

Nos últimos anos, o Tribunal de Contas tem-se consolidado mais como pilar da transparência e do rigor na gestão das Finanças Públicas. Cada conquista alcançada resulta do esforço conjunto dos nossos magistrados, directores, chefes de secção, técnicos, funcionários em geral e parceiros, que, com dedicação e profissionalismo, trabalham diariamente para garantir que os

princípios da boa gestão e da responsabilização sejam sempre respeitados.

Esta edição da revista reflecte os marcos mais relevantes do percurso mais recente, trazendo à luz os debates e reflexões que moldaram o último ano. A primeira grande conferência internacional (também designada I Jornadas Técnico-Científicas) do actual mandato, realizada em Abril de 2024, que reuniu especialistas de várias partes do mundo, marcou um momento decisivo para o futuro do controlo externo. Da mesma forma, as II Jornadas Técnico-Científicas, realizadas em Novembro de 2024, consolidaram esse esforço, promovendo um espaço dinâmico de partilha de conhecimento e inovação.

A modernização do Tribunal de Contas tem sido uma prioridade inquestionável, em termos de desafios. O reforço da fiscalização preventiva,

# 24 ANOS

concomitante e sucessiva, aliado à formação contínua dos técnicos e à perspectiva do uso de novas tecnologias, tem permitido uma actuação mais ágil, eficiente e precisa.

Entre os avanços mais ou menos imediatos ansiamos, à luz do nosso Plano Estratégico, destacam-se: a implementação de processos digitais que acelerem a análise e o tratamento dos dados financeiros; auditorias baseadas em inteligência artificial, que tragam maior precisão e profundidade à fiscalização; melhoria das infra-estruturas e condições de trabalho, criando um ambiente mais propício ao desempenho das funções institucionais; reforço da autonomia financeira do Tribunal, garantindo maior independência na sua actuação; a intensificação da cooperação internacional, com participação activa em fóruns globais e regionais, reforçando parcerias estratégicas e promovendo o intercâmbio de boas práticas.

Cada um desses desafios, uma vez concretizados, reflectirão certamente um compromisso real com a modernização e o fortalecimento institucional que queremos assegurar para que o Tribunal de Contas se mantenha na linha da frente.

A fiscalização rigorosa das contas públicas, a responsabilização dos actos de gestão do erário, bem como a promoção da transparência são alguns dos alicerces do desenvolvimento sustentável de Angola. O nosso horizonte aponta-nos para auditorias às políticas públicas,

que possam levar o Tribunal de Contas a desempenhar um papel incontornável na construção de um Estado mais justo, responsável e eficiente.

A publicação desta revista simboliza muito mais do que um registo do trabalho realizado – ela representa um compromisso contínuo com a excelência, a inovação e o rigor técnico. Cada artigo, cada reflexão e cada estudo aqui apresentado será um testemunho do esforço e da dedicação dos nossos magistrados, chefes e técnicos na construção de uma cultura de transparência, responsabilidade e responsabilização financeira.

Sabemos que os desafios do futuro exigirão ainda mais preparação, resiliência e capacidade de adaptação às novas realidades tecnológicas e sociais. O Tribunal de Contas de Angola continuará a trilhar esse caminho com firmeza, promovendo a melhoria contínua dos seus processos e garantindo um impacto positivo na vida dos cidadãos angolanos.

Reafirmamos, assim, o nosso compromisso com um Tribunal de Contas moderno, independente e transparente, sempre ao serviço da boa governação e da integridade na gestão dos recursos públicos.

Boa leitura!



**Sebastião Domingos Gunza**

Juiz Conselheiro Presidente Tribunal de Contas  
de Angola



## Fluxos da Corte — Instrumento de Transparência e Partilha do Conhecimento

A comunicação institucional é a ponte que liga as instituições ao público. Molda a sua imagem, fortalece a sua credibilidade e consolida a confiança dos cidadãos. No Tribunal de Contas de Angola, trabalhamos diariamente para assegurar que a nossa missão, as nossas acções e os resultados sejam partilhados com clareza, acessibilidade e transparência. É esse o nosso melhor critério, o nosso melhor ataque e a nossa melhor defesa.

É neste contexto que surge a *Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento*, a revista de informação do Tribunal de Contas que

promete transcender a mera divulgação de actividades, assumindo-se essencial à partilha de conhecimento.

O nome *Fluxos da Corte* simboliza o dinamismo e a evolução contínua do Tribunal de Contas de Angola. A palavra *fluxos* representa o movimento constante da fiscalização, das auditorias, da cooperação e da modernização da instituição, enquanto *Corte* remete à natureza jurisdicional do Tribunal, ao seu papel soberano na defesa da legalidade e da transparência das finanças públicas. O subtítulo *O Tribunal de Contas em Movimento* reforça a ideia de que a instituição não é estática, mas sim um órgão vivo, adaptável e comprometido com a boa governação e o progresso do País.

Esta revista é um espaço em que se reflectem e debatem assuntos que vão desde o controlo externo das finanças públicas à boa governação, passando pela modernização da fiscalização financeira, entre outros temas. É um contribuindo que desejamos inestimável para a construção de um Estado mais íntegro e eficiente.

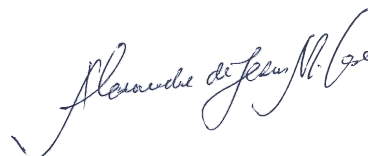
A presente edição da *Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento* reforça esse compromisso. Reúne reflexões de especialistas nacionais e internacionais, protagonistas dos grandes eventos promovidos pelo Tribunal, como a Conferência Internacional realizada em Abril de 2024, alusiva ao 23.º aniversário desta Corte e as II Jornadas Técnico-Científicas de Novembro de 2024.

A construção desta revista é o reflexo do esforço conjunto de magistrados, auditores, técnicos e demais profissionais, cujo rigor e dedicação impulsionam o fortalecimento institucional do Tribunal.

O Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII) assume a responsabilidade de garantir que esta mensagem seja amplamente disseminada, aproximando cada vez mais a instituição da sociedade e fomentando uma cultura de prestação de contas e cidadania activa.

# 24 ANOS

É nosso desejo que esta 1.ª edição inspire novos debates, novas reflexões e avanços no campo do controlo financeiro do Estado. O GCII reafirma o seu compromisso com uma comunicação institucional desta Corte eficaz, transparente e acessível a todos, sempre alinhada com os valores e a missão do Tribunal de Contas de Angola.



**Alexandre de Jesus Mimoso Cose**

Coordenador do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa  
Tribunal de Contas de Angola





## O Caminho para a Transparência — As Origens do Tribunal de Contas de Angola

### A Génese de uma Instituição Fundamental

Nas páginas do tempo, onde a história de Angola se desenha com traços de luta e transformação, ergue-se um capítulo de singular importância: *a criação do Tribunal de Contas*. Como todas as instituições que moldam o destino de uma nação, a sua génese é um percurso de avanços e recuos, de esperanças e desafios, de ideais que se foram consolidando ao longo dos anos.

A ideia de uma entidade destinada à fiscalização das finanças públicas remonta ao ano de 1917, com a instituição do Tribunal do Contencioso e de Contas, pelo Decreto n.º 3621, de 28 de Novembro. Esta entidade, embrião do que viria a ser o Tribunal de Contas, tinha por missão julgar diferendos administrativos, fiscais e financeiros, assegurando que a máquina do Estado seguisse os trilhos da legalidade.

Entretanto, como tantas outras instituições forjadas no calor das transformações políticas, este primeiro Tribunal não resistiria às mudanças do tempo. Em 1926, deu lugar ao Conselho de Finanças da Colónia, que, por sua vez, viria a ser substituído pelo Tribunal de Contas do Império Colonial Português, em 1930, com o advento do *Acto Colonial*.

A fiscalização das contas públicas, nesse período, era fragmentada e dispersa, sendo atribuída a diversos órgãos. A centralização do poder colonial impôs uma visão distante e burocrática do controlo financeiro, deixando as colónias

num limbo fiscal, em que a prestação de contas era uma exceção e não uma regra.

Só com a Reforma Administrativa Ultramarina, em 1933, se buscou reorganizar as competências do Tribunal de Contas, embora, na prática, a fiscalização financeira das colónias continuasse a depender das estruturas centrais de Lisboa. Apenas em 1951, com a revisão constitucional, se devolveria formalmente ao Tribunal de Contas a prerrogativa de receber e examinar as contas das províncias ultramarinas.

Mas as mudanças jurídicas nem sempre encontravam correspondência na realidade. Em 1953, a criação da Lei do Ultramar voltou a redefinir as competências do Tribunal, entregando parte da sua jurisdição ao Conselho Ultramarino e ao Tribunal Administrativo. Em Angola, a tarefa de julgar as contas dos gestores da Fazenda Pública ficou a cargo do Tribunal Administrativo, que, ao longo das décadas seguintes, se tornaria um espelho do modelo colonial de governação financeira.

### Da Independência ao Silêncio Institucional

Com a Independência de Angola, em 1975, o país lançou-se na difícil missão de construir um Estado soberano, capaz de gerir os seus próprios destinos e finanças. Contudo, entre os desafios imensos do período pós-colonial, o Tribunal Administrativo perdeu as suas funções



de fiscalização financeira, deixando um vazio institucional na gestão dos dinheiros públicos.

Sem um órgão de controlo externo independente, a prestação de contas tornou-se um conceito abstracto, e o País mergulhou numa prática em que a fiscalização era muitas vezes ofuscada pelas urgências da reconstrução nacional. Durante anos, a gestão financeira do Estado prosseguiu sem um tribunal que assegurasse a disciplina e a transparência dos gastos públicos.

Foi apenas nos anos 1990, com a abertura política e a necessidade de alinhar Angola com as exigências do Estado de Direito, que a ideia de um Tribunal de Contas ressurgiu com vigor. A primeira grande iniciativa ocorreu com a Lei n.º 12/91, de 6 de Maio, que reconhecia a necessidade de criar uma entidade fiscalizadora independente.

A concretização deste ideal, contudo, só se daria com a segunda revisão constitucional, em 1992, pela Lei n.º 23/92, de 16 de Setembro, que previa oficialmente a criação do Tribunal de Contas. Ainda assim, entre a intenção e a realidade, foi preciso esperar mais quatro anos para que o Tribunal se tornasse uma instituição formal.

A 12 de Abril de 1996, com a aprovação da Lei n.º 5/96, nasceu o Tribunal de Contas de Angola, órgão jurisdicional especializado no controlo dos dinheiros públicos. Um marco fundamental na afirmação do Estado Democrático e de Direito, em que a transparência e a boa governação passaram a ser compromissos institucionais e não meras aspirações.

O preâmbulo da Lei n.º 5/96 descreve com clareza este momento histórico: “A criação do Tribunal de Contas em Angola é, não só, um imperativo democrático no domínio do controlo dos dinheiros públicos que urge implementar, como também um instrumento fundamental para assegurar maior rigor e disciplina das finanças públicas”.

Até então, não existia qualquer tradição ou experiência consolidada no que respeita à fiscalização das contas do Estado ou, pelo menos, das despesas públicas no seio da magistratura

da Angola independente. O tempo da não-prestação de contas chegava ao fim, e uma nova era de fiscalização e responsabilidade financeira despontava no horizonte angolano.

### **A Primeira Geração do Tribunal de Contas**

Apesar da sua formalização, em 1996, o Tribunal de Contas só entrou em efectivo funcionamento cinco anos depois, em 2001, com a nomeação do seu primeiro Juiz Conselheiro Presidente, DR. Julião António a 4 de Abril de 2001. Juntamente com quatro Juizes Conselheiros, essa primeira geração de magistrados enfrentou o árduo desafio de construir um Tribunal a partir do zero, num contexto de reconstrução institucional e redefinição das bases democráticas do País. A sua composição inicial era reduzida, e os primeiros anos de funcionamento foram marcados por um esforço colossal para estruturar um órgão que não apenas julgasse contas, mas também educasse a sociedade e os gestores públicos sobre a importância da fiscalização financeira.

Com a expansão das responsabilidades e a necessidade de um Tribunal mais robusto, novos Juizes Conselheiros foram nomeados em 2012, permitindo que a instituição acompanhasse o crescimento da administração pública e o aumento do volume de processos sob a sua alçada.

### **O Nascimento do Tribunal de Contas — Entre o Papel e a Realidade**

Há datas que pertencem à história e há momentos que moldam o destino de uma nação. O dia 12 de Abril de 1996 inscreve-se na primeira categoria, pois foi nessa data que, pela força da lei, nasceu o *Tribunal de Contas de Angola*. Através da Lei n.º 5/96, foi lançada a semente de uma instituição destinada a zelar pela transparência, pela boa governação e pela integridade na administração dos recursos públicos.

Mas entre a letra da lei e a realidade concreta, há sempre um percurso a trilhar. O Tribunal de Contas, embora criado no papel, só ergueu verdadeiramente os seus pilares no ano 2001,

quando os primeiros Juízes Conselheiros tomaram posse e deram início a uma missão que ecoaria nos alicerces do Estado. Assim, se 1996 representa o nascimento jurídico, 2001 é o marco do despertar, o ponto em que a instituição se revestiu de voz, de olhos e de mãos para cumprir a sua nobre função.

Desde então, o Tribunal de Contas tem sido mais do que um órgão fiscalizador: tem sido guardião dos princípios que sustentam a confiança nas contas públicas, o escudo contra a desordem financeira e o farol que ilumina o caminho da boa governação.

Em 2025, celebramos 24 anos de efectiva actividade. Duas décadas e quatro anos de desafios, crescimento e afirmação. Mas a nossa história não se escreve apenas com números ou datas: escreve-se com o compromisso de cada magistrado, de cada técnico, de cada homem e mulher que, com dedicação e zelo, constroem diariamente esta casa de justiça financeira. Porque o tempo da criação pode ser fixado num decreto, mas a verdadeira existência de uma instituição vive no compromisso e na acção daqueles que lhe dão alma.

### **O Tribunal Hoje — Um Pilar da Democracia Financeira**

Desde a sua fundação, o Tribunal de Contas de Angola tem vindo a afirmar-se como um baluarte da boa gestão da coisa pública. Mais do que um órgão de controlo, o Tribunal tem procurado assumir-se como um símbolo da maturidade democrática do país, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados com responsabilidade, eficiência e rigor.

O percurso até aqui feito não foi fácil. Foram décadas de evolução, de batalhas institucionais, de redefinição de competências e de adaptação às exigências de uma sociedade cada vez mais consciente da importância da fiscalização.

Se outrora a prestação de contas era uma excepção, hoje, é um imperativo constitucional. Se um dia a fiscalização financeira era um conceito difuso, hoje, é um princípio inalienável da democracia angolana.

O Tribunal de Contas de Angola não é apenas uma instituição. É a memória de um caminho percorrido e a garantia de um futuro mais justo, transparente e responsável. 24 anos depois, a história continua a ser escrita.



Tribunal de Contas de Angola





**24 Anos Depois**  
**Transformando a História em Futuro em que a Memória**  
**Encontra o Amanhã**



**24** ANOS



**Cristo Rei - Lubango, Huíla**





### 3.1. O Tribunal de Contas de Angola – Guardiã da Transparência e da Boa Gestão

Num mundo onde o rigor e a ética se erguem como pilares inquebrantáveis da boa gestão, o Tribunal de Contas de Angola impõe-se como o farol da justiça financeira, que procura assegurar que, nos termos da lei, cada Kwana do erário público seja aplicado com zelo e em prol do bem comum de todos os angolanos. Na sua profundidade reside a nobre missão de fiscalizar, julgar e aconselhar. São ferramentas com as quais o Tribunal procura garantir que o labor dos gestores públicos se alinhe com os princípios da integridade, da eficiência e da responsabilidade.

Ao longo dos tempos, este Tribunal tem procurado ser o bastião da legalidade financeira, um guardião vigilante da moral administrativa, que se pauta pela transparência e pelo respeito intransigente às normas que regem a administração dos dinheiros públicos. A sua actuação transcende a mera função sancionatória dentro dos limites que a lei lhe impõe, assumindo igualmente um papel pedagógico e disciplinador. Com uma vocação correctiva, procura iluminar os caminhos da boa gestão, prevenindo desvios que possam comprometer o desenvolvimento da Nação e reforçando a cultura da prestação de contas como alicerce de um Estado mais justo e eficiente.

#### Natureza e Competências

O Tribunal de Contas, no exercício da sua alta magistratura financeira, encontra as suas bases normativas na Lei Orgânica e do Processo, a Lei n.º 13/10, de 9 de Julho, mais tarde actualizada pela Lei n.º 19/19, de 14 de Agosto, que lhe conferem amplos poderes para fiscalizar, julgar e orientar a execução orçamental do Estado. Dotado de independência funcional, administrativa e financeira, este órgão supremo desempenha um papel crucial na consolidação do Estado de Direito, zelando para que os recursos públicos sejam utilizados com rectidão e conformidade.

Dentre as suas principais competências, destacam-se:

- **Fiscalização preventiva** – consiste na análise e controlo da legalidade de contratos e actos administrativos antes da sua execução, garantindo que cada decisão financeira obedeça aos ditames da lei;
- **Fiscalização concomitante** – monitoriza em tempo real a execução orçamental, evitando desvios e garantindo o cumprimento das regras de boa gestão financeira;
- **Fiscalização sucessiva** – julga as contas públicas após a sua execução, analisando se os recursos foram aplicados de forma eficiente e responsável;
- **Julgamento de responsabilidades financeiras** – aqui dá-se lugar à investigação e à aplicação de sanções aos gestores públicos responsáveis por irregularidades ou má administração dos fundos do Estado;
- **Emissão de pareceres** – avaliação da Conta Geral do Estado, com parecer vinculativo antes da sua submissão à Assembleia Nacional.

#### Estrutura e Organização

O Tribunal de Contas estrutura-se em diversos órgãos que asseguram o rigor e a eficácia da sua acção fiscalizadora. A sua organização compreende:

- **O Plenário** – instância máxima de deliberação, composta pelo Juiz Conselheiro Presidente, Vice-Presidente e Juizes Conselheiros;
- **As Câmaras de Fiscalização e Julgamento** – responsáveis pela análise e decisão sobre os processos de fiscalização e contas;

- **O Gabinete do Juiz Conselheiro Presidente** – núcleo central da gestão estratégica e administrativa do Tribunal;
- **A Secretaria-Geral e os Serviços Técnicos** – estruturas operacionais que garantem o funcionamento administrativo, jurídico e financeiro do órgão.

Em tempos de transformação digital e modernização dos serviços públicos, o Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa (GCII) assume um papel determinante na promoção da transparência e da proximidade entre o Tribunal e os cidadãos. A sua missão é dar voz e forma ao labor fiscalizador do Tribunal, assegurando que as suas acções sejam compreendidas e valorizadas pela sociedade.

### Modernização e Desafios

No horizonte das reformas e da modernização institucional, o Tribunal de Contas traçou um Plano Estratégico até 2028, em que se delineiam acções para o reforço da sua capacidade técnica e tecnológica. A digitalização dos processos e a automatização da fiscalização financeira estão entre as prioridades, permitindo maior celeridade e eficácia na análise das contas públicas.

Entre os desafios que se impõem à actuação do Tribunal, ressaltam-se:

- **A necessidade de reduzir a morosidade processual**, tornando as fiscalizações mais ágeis e eficientes;
- **O reforço da fiscalização a nível local**, garantindo que as administrações municipais prestem contas com o mesmo rigor exigido às instâncias centrais;
- **O incremento da cooperação internacional**, consolidando alianças estratégicas com tribunais congéneres e organismos internacionais de fiscalização financeira;
- **A sensibilização e formação contínua dos gestores públicos**, para que assumam a responsabilidade da administração dos bens do Estado com rigor e comprometimento.

### O Papel da Comunicação na Transparência Institucional

Num mundo onde a informação se tornou um bem de primeira necessidade, a comunicação institucional assume uma importância capital. A sociedade exige transparência e acessibilidade, pelo que o Tribunal de Contas, consciente do seu papel enquanto guardião da legalidade financeira, tem apostado numa política comunicacional moderna e eficaz.

Neste sentido, um dos grandes desafios da actualidade é a melhoria da comunicação digital do Tribunal, garantindo que o *website* institucional seja uma plataforma ágil, acessível e informativa. A aposta nas redes sociais e nos meios digitais permite uma maior interacção com os cidadãos, democratizando o acesso à informação e promovendo uma cultura de prestação de contas.

A transparência não se alcança apenas com auditorias e sanções, mas também com uma comunicação clara e pedagógica, que eduque e informe a sociedade sobre a importância da fiscalização financeira para o desenvolvimento sustentável do País.

O Tribunal de Contas de Angola não é apenas um órgão fiscalizador. É o guardião inabalável da ética financeira, o farol que ilumina os caminhos da boa governação. A sua missão transcende a mera análise de contas – ele é o arquitecto da confiança pública, o defensor incansável dos recursos do Estado, o pilar sobre o qual assenta a integridade da administração pública.

Com uma visão voltada para o futuro e um compromisso intransigente com a modernização e a transparência, o Tribunal continuará a desempenhar um papel essencial na construção de um Estado mais responsável, justo e eficiente. Que a sua acção seja não apenas fiscalizadora, mas inspiradora, pois onde há rigor e justiça, há progresso e desenvolvimento.

A revista *Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento* surge, assim, como um espaço de partilha e reflexão, em que as actividades, desafios e conquistas deste órgão superior de

fiscalização são amplamente divulgadas, reforçando o vínculo entre a instituição e a sociedade que serve.





  
REPÚBLICA DE ANGOLA  
PALÁCIO DA JUSTIÇA  
INAUGURADO POR SUA EXCELENCIA  
ENG. JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS  
PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA DE ANGOLA  
AOS 20 DE JULHO DE 2012

Fachada central do Palácio da Justiça - Luanda



### 3.2. A Nova Era do Tribunal de Contas — A Liderança do Juiz Conselheiro Sebastião Domingos Gunza e o Compromisso com a Boa Gestão



Em Junho de 2023, o Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço nomeou o Dr. Sebastião Domingos Gunza como Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas de Angola. O magistrado sucedeu à Juíza Conselheira Dra. Exalgina Gambôa, que, três meses antes, em Março do mesmo ano, havia apresentado a sua renúncia voluntária ao cargo.

Nesta nova fase, o Juiz Conselheiro Presidente, Dr. Sebastião Domingos Gunza, assumiu a liderança de uma equipa parcialmente renovada, integrando os Juízes Conselheiros Sebastião Jorge Diogo Bessa, Manuel da Cruz Neto, Armindo Gideão Kunjiquisse Jelembi e Januário José Domingos, que vieram reforçar o corpo de magistrados já composto pelos Venerandos Juízes Conselheiros Domingas Alexandra Garcia, Elisa Rangel Nunes, Fausto Simões, Joaquim Mande, Olinda Cardoso, Arlete da Conceição, Manuel Domingos e Rigoberto Kambovo, num total de 13 magistrados.

Esta reestruturação visou fortalecer a instituição e ampliar a sua capacidade de fiscalização financeira, com os olhos apontados para a restauração da confiança pública na Corte e a consolidação de um sistema de controlo externo cada vez mais eficiente e alinhado com as melhores práticas internacionais.

A equipa de Juízes Conselheiros do Tribunal de Contas tem a nobre missão de garantir maior celeridade na tramitação dos processos e fortalecer o papel da instituição na fiscalização das contas públicas. Cada magistrado carrega consigo o compromisso de zelar pelo interesse colectivo, assegurando que os recursos do Estado sejam geridos com transparência, responsabilidade e em benefício de todos os cidadãos.

Sob a liderança do Venerando Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Domingos Gunza, o Tribunal tem abraçado desafios que reflectem as exigências dos novos tempos. A digitalização de processos, a formação contínua dos seus quadros e o reforço das relações institucionais, dentro e fora do País, têm sido prioridades essenciais. Mais do que números e relatórios, o Tribunal trabalha com e para as pessoas, garantindo que cada decisão tomada contribua para um futuro mais justo e equilibrado na gestão das finanças públicas.

Logo após a sua nomeação, Gunza recebeu um apelo importante do Presidente João Lourenço, que sublinhou que o Tribunal de Contas não poderia ser um factor de estrangulamento para o bom andamento da vida nacional. Pelo contrário, deveria agir como um impulsionador do progresso do país, garantindo que a fiscalização financeira não se torne um obstáculo, mas uma força facilitadora



para o desenvolvimento e a concretização dos projectos estratégicos de Angola. O Presidente fez questão de destacar a importância de o Tribunal acelerar os seus processos e adaptar-se à realidade actual, sem comprometer a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

### **Expectativas e Projectos para o Tribunal de Contas**

Ao assumir o Tribunal de Contas, Sebastião Gunza trouxe consigo uma visão clara sobre os rumos que a instituição deveria seguir. O seu compromisso inicial foi com a modernização tecnológica e a transformação digital. Gunza reconheceu que, para o Tribunal ser mais eficiente, era fundamental implementar um processo de desmaterialização e digitalização que permitisse um acompanhamento mais ágil dos projectos e processos, além de eliminar o uso excessivo de papel, que ainda predominava nas rotinas da instituição.

A renovação não se limitou à modernização tecnológica. O Presidente também se focou na capacitação dos funcionários, com formação interna e no exterior, alinhando o Tribunal de Contas com as melhores práticas internacionais. A partir dessa base, Gunza pretendia consolidar o Tribunal como um órgão mais eficaz, que não só fiscaliza, mas também contribui activamente para a boa aplicação dos recursos públicos.

Além disso, com o apoio da sua nova equipa de juízes, o Tribunal de Contas passou a actuar mais intensamente na fiscalização concomitante, uma medida que permite acompanhar a execução dos projectos públicos em tempo real, ajustando eventuais desvios e evitando que problemas se tornem maiores. A transparência e a eficiência passaram a ser valores centrais na actuação do Tribunal, com a implementação de novas directrizes administrativas e a melhoria das condições de trabalho dos funcionários.

### **O Papel Internacional do Tribunal**

Sob a liderança de Gunza, o Tribunal de Contas de Angola não apenas se fortaleceu

internamente, mas também expandiu a sua presença em organizações internacionais, como a INTOSAI (Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo) e a AFROSAI (Organização Africana das Instituições Superiores de Controlo), ampliando a sua troca de experiências com outras entidades fiscalizadoras ao redor do mundo.

Um dos marcos mais significativos desta presença internacional foi a eleição de Angola para o Conselho Directivo da JURISSAI, a Organização das Instituições Superiores de Controlo com Funções Jurisdicionais. Durante o acto constitutivo realizado na cidade de Paris, França, Angola foi eleita para integrar o Conselho de Administração da organização, ao lado de países de grande relevância no cenário global, como Espanha e Itália. Esta eleição é um reconhecimento do papel crescente e da credibilidade do Tribunal de Contas de Angola no cenário internacional, além de ser uma oportunidade estratégica para fortalecer a cooperação com outros tribunais de contas ao redor do mundo e contribuir para o aprimoramento das práticas de fiscalização jurisdicional.

Além disso, a presidência da OISCPLP, que Gunza assumirá em breve, representa uma grande oportunidade para fortalecer a cooperação entre os tribunais de contas dos países da CPLP, promovendo uma maior unificação das práticas de fiscalização e controlo financeiro no espaço lusófono.

### **Projectos Sociais e Inclusão no Tribunal de Contas**

Outro ponto importante da liderança de Gunza foi o seu compromisso com o bem-estar dos funcionários do Tribunal. Desde que assumiu, o Presidente trabalhou para melhorar as condições sociais e de trabalho dentro da instituição, com iniciativas como a expansão do seguro de saúde para os funcionários e seus dependentes e a aquisição de novos meios de transporte para facilitar a mobilidade dos colaboradores. A ideia era criar um ambiente de trabalho mais saudável, produtivo e motivador, essencial para

que o Tribunal desempenhasse as suas funções de forma eficaz.

### O Desafio da Primeira Infância

Uma das grandes bandeiras de Gunza para o Tribunal de Contas foi a avaliação das políticas públicas para a primeira infância, um tema de grande relevância para o futuro de Angola. O Presidente acredita que a primeira infância é a fase mais importante para o desenvolvimento de uma nação, e que, para garantir um futuro próspero, é preciso investir na saúde, educação e protecção social das crianças dos zero aos seis anos.



Gunza defende que o Tribunal deve desempenhar um papel activo na supervisão da aplicação dos recursos públicos destinados a este sector, assegurando que os fundos sejam usados de forma eficiente e que as políticas públicas sejam eficazes. Para isso, o Tribunal de Contas já começou a firmar acordos de cooperação com os Ministérios da Educação, Saúde e Acção Social, para garantir que as políticas sejam implementadas de forma adequada e que os recursos cheguem às crianças que mais necessitam.

### Desafios e Expectativas para o Futuro

O Presidente Sebastião Gunza tem ainda grandes expectativas para o Tribunal de Contas de Angola nos próximos anos. Para 2025, Gunza espera consolidar as reformas implementadas, expandir ainda mais a digitalização dos processos e reforçar o papel do Tribunal na fiscalização das finanças públicas. Tem-se mostrado optimista quanto à capacidade do Tribunal de Contas de Angola se tornar uma referência internacional em boa governação e fiscalização financeira.

Gunza também reconhece que a confiança da sociedade é um componente essencial para o sucesso da sua missão. Por isso, reafirma que o Tribunal de Contas continuará a ser uma instituição independente e imparcial, sempre comprometida com a transparência e o combate à corrupção, assegurando que os recursos públicos sejam utilizados de maneira justa e eficaz para o bem-estar de todos os angolanos.

### Conclusão

A liderança de Sebastião Gunza no Tribunal de Contas de Angola trouxe uma nova visão e um impulso para a modernização da instituição. As suas iniciativas de digitalização, capacitação e transparência, somadas ao compromisso com as questões sociais e internacionais, fazem do Tribunal de Contas um pilar cada vez mais forte da boa governação em Angola. Ao cumprir com seu papel de fiscalizador dos recursos públicos, Gunza tem garantido que o Tribunal seja um factor de impulso e não de estrangulamento do progresso e o desenvolvimento do país.

Com uma gestão voltada para o futuro, o Tribunal de Contas, sob a presidência de Sebastião Gunza, está a trilhar o caminho para se tornar um modelo de eficiência e integridade, tanto em Angola como no contexto internacional.

Sob a liderança do Juiz Conselheiro Sebastião Gunza, o Tribunal de Contas de Angola tem passado por uma intensa dinâmica de funcionamento, com o objectivo de reforçar o seu papel como órgão supremo de fiscalização financeira do país.

### 3.3. O Tribunal de Contas em Movimento — Entrevista com o Juiz Conselheiro Presidente Sebastião Gunza

Nesta entrevista exclusiva conduzida por Alexandre Cose, Coordenador do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Tribunal de Contas, o Venerando Juiz Conselheiro Sebastião Gunza fala sobre os desafios estruturais e administrativos que encontrou ao assumir a presidência desta Corte, os avanços preconizados, os desafios na digitalização e a desmaterialização dos processos.

O Presidente destaca ainda o impacto da presença do Tribunal em organizações internacionais e faz uma breve alusão a um marco importante para a cooperação entre os tribunais de contas dos países lusófonos em face da futura presidência do Tribunal de Contas de Angola da OISCPLP (Organização das Instituições Superiores de Controlo da CPLP). Com um olhar estratégico para o futuro, o magistrado reafirma o compromisso do Tribunal com a boa gestão e prestação de contas e apela à confiança dos cidadãos na instituição e no seu papel na defesa do interesse público.

**Sebastião Gunza (SG)** — Falar do meu percurso profissional é falar de 40 anos de vida pública. Ingressei na Investigação Criminal em 1985, após um curso de nove meses, tornando-me oficial operativo. Ao longo dos anos, ocupei várias funções, como chefe municipal de Investigação Criminal, chefe de brigada, chefe de repartição,

chefe de departamento dos crimes económicos e financeiros, e mais tarde, director da unidade de combate à criminalidade económica e financeira.

Por volta de 2006 ou 2007, fui para o Ministério do Interior, onde exerci funções na Inspecção-Geral da Administração Interna (IGAI), no Gabinete da Vice-Ministra para as Finanças, no Gabinete do Secretário de Estado do Interior, e fui director do Gabinete de Estudos, Informação e Análise, um sector estratégico do Ministério.

Em 2015, regressei à Inspecção Criminal, já no Serviço de Investigação Criminal (SIC), onde fui Director-Geral Adjunto, até 2017. Nesse ano, fui nomeado Inspector-Geral da Administração do Estado, liderando uma profunda reforma da função inspectiva, consolidando todas as inspecções gerais num único órgão de controlo interno, criando delegações provinciais e aprovando um novo regime remuneratório para os inspectores. Em 2023, vi no Tribunal de Contas uma nova oportunidade para contribuir para o fortalecimento das instituições de fiscalização do Estado. Decidi candidatar-me a Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas. Com a vacatura na presidência, fui nomeado Presidente do Tribunal de Contas de Angola. Assumo esta função com imensa responsabilidade e motivado por desafios.

#### Entrevista com o Venerando Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Gunza Por Alexandre Cose

Fluxos da Corte (FC) — Venerando Conselheiro Sebastião Gunza, poderia partilhar connosco a sua trajectória profissional até chegar à presidência do Tribunal de Contas?

#### Desafios e Primeiras Medidas na Presidência

FC — Como encontrou o Tribunal quando assumiu funções e quais foram as suas primeiras medidas?



**SG** — Foi um grande desafio. Quando cá cheguei encontrei um clima de desânimo, de falta de entusiasmo e de envolvimento colectivo para o trabalho. Lamentavelmente, não houve uma passagem formal de pastas, e os *dossiers* em curso não me foram apresentados. Além disso, o ambiente interno revelava-se tenso e carregado. Para mudar esse cenário, sabia que precisava de agir rapidamente e de forma estruturada. Havia pessoas que trabalhavam há anos no Tribunal, mas sem qualquer vínculo formal, o que lhes retirava segurança e estabilidade. Por isso, regularizei a situação de pelo menos 107 funcionários, garantindo-lhes um vínculo definitivo e permitindo que passassem a fazer parte, de facto e de direito, da instituição. Para mim, era mais do que uma questão administrativa, era uma questão de dignidade profissional.

Outro aspecto que me preocupava profundamente era o da estagnação das carreiras. Encontrei funcionários que dedicaram mais de dez ou 15 anos ao Tribunal, sem nunca terem sido promovidos. Gente competente, dedicada, que via o tempo passar sem qualquer reconhecimento. Isso precisava de mudar. Promovemos dezenas de trabalhadores, dando-lhes não apenas uma progressão na carreira, mas também uma renovação do seu compromisso com o Tribunal.

Compreendi que, mais do que qualquer reforma ou procedimento, as pessoas são o coração de qualquer instituição. Cuidar delas não era apenas

uma necessidade administrativa, mas um dever humano. Assim, tomámos medidas concretas para garantir o seu bem-estar, e uma das mais essenciais foi a introdução de um seguro de saúde, para assegurar que cada funcionário e os seus dependentes passassem a ter acesso a cuidados médicos dignos, sem incertezas ou preocupações. Também apostámos em melhorias na mobilidade, adquirindo novos meios de transporte para facilitar a deslocação dos trabalhadores. Com isto, reduzimos uma das grandes preocupações do dia-a-dia.

Por fim, tornou-se evidente a urgência de reestruturar a administração do Tribunal, não apenas para otimizar processos, mas também para fortalecer a sua essência enquanto pilar da boa gestão. Assim, delineámos novas directrizes de trabalho. Garantimos que cada acção, cada decisão e cada procedimento reflectisse o compromisso com a integridade institucional. O propósito era claro: criar um Tribunal mais ágil, mais acessível e mais justo, tanto para os funcionários que nele trabalham, como para os cidadãos que nele confiam. Todas essas medidas não foram apenas mudanças no papel, mas sim transformações sentidas no dia-a-dia. O resultado foi visível: os funcionários voltaram a sentir confiança e orgulho no seu trabalho, o espírito de equipa fortaleceu-se e o Tribunal pôde, finalmente, começar a reencontrar o seu rumo.

**FC** — Um dos grandes desafios que tem mencionado é a modernização do Tribunal. O que está a ser feito nesse sentido?

**SG** — O Tribunal de Contas precisa de se modernizar e acompanhar as exigências actuais da fiscalização e da boa governação. A administração pública está em constante evolução, e um órgão com a nossa responsabilidade não pode ficar para trás.



Estamos a implementar um processo de desmaterialização e digitalização, que tornará os procedimentos internos e os métodos de fiscalização mais céleres e eficientes. Isto significa que queremos substituir processos burocráticos baseados em papel por sistemas mais ágeis e transparentes, reduzindo o tempo de resposta e aumentando a eficiência do Tribunal.

A modernização não se faz apenas com novas ferramentas, mas também com pessoas preparadas para as utilizar. Por isso, estamos a investir na capacitação do pessoal, enviando equipas para formação no estrangeiro e promovendo formação interna *on job*. O objectivo é que todos os funcionários estejam aptos a trabalhar com novas tecnologias e metodologias de fiscalização, garantindo um Tribunal mais moderno e eficaz.

No final deste processo, queremos um Tribunal de Contas totalmente digitalizado, no qual a tecnologia seja uma aliada na tomada de decisões, na transparência e na fiscalização dos recursos públicos. Com isto, eliminaremos o uso excessivo de papel, reduziremos erros e atrasos processuais e alinharemos a nossa actuação com as melhores práticas internacionais.

A modernização do Tribunal não é apenas uma necessidade administrativa, mas um compromisso com os cidadãos, para que a fiscalização financeira seja mais eficiente, rigorosa e acessível, contribuindo para uma gestão pública mais transparente e responsável.

FC — A fiscalização concomitante é uma novidade legal para o Tribunal. Qual é o impacto desta medida?

**SG** — A fiscalização concomitante veio trazer uma nova dinâmica ao controlo da execução orçamental. Trata-se de um modelo intermédio entre a fiscalização preventiva e a fiscalização sucessiva, permitindo que o Tribunal de Contas

acompanhe todas as fases da execução dos projectos públicos.

O seu objectivo principal é evitar desvios antes que causem danos irreversíveis e permitir ajustes em tempo real, garantindo que os recursos públicos sejam aplicados com maior rigor e eficiência. Diferente da fiscalização preventiva, que analisa os contratos antes da sua execução, e da fiscalização sucessiva, que avalia os gastos após a sua concretização, a fiscalização concomitante actua durante todo o processo, assegurando que os fundos estão a ser utilizados conforme o planeado.

Este tipo de fiscalização é relativamente recente no nosso ordenamento jurídico, tendo sido introduzido pela Lei n.º 19/19. Naturalmente, ainda estamos a aprimorar a sua aplicação, ajustando metodologias e capacitando os nossos técnicos para garantir que o seu impacto seja cada vez mais positivo.

Contudo, os resultados já demonstram a eficácia deste mecanismo. A fiscalização concomitante dá maior previsibilidade à gestão financeira do Estado, reduzindo riscos e permitindo uma actuação mais preventiva do Tribunal de Contas. Além disso, este instrumento fortalece a transparência na administração pública, ao assegurar que os projectos são executados de acordo com os critérios estabelecidos, sem atrasos injustificados ou desperdício de recursos.

Mais do que um novo modelo de fiscalização, a fiscalização concomitante representa um avanço significativo na forma como o Tribunal de Contas exerce o seu papel, tornando-se um aliado essencial na construção de uma governação mais eficiente, responsável e transparente.

FC — O Tribunal de Contas está presente em várias organizações internacionais, como a INTOSAI, AFROSAI-E e a OISCPPL, entre outras. De que modo essa presença tem contribuído para o seu fortalecimento?



**SG** — Sem dúvida, essa presença tem sido fundamental para o crescimento e o fortalecimento do Tribunal de Contas de Angola. Quando falamos de boas práticas na fiscalização financeira, transparência e combate à má gestão dos recursos públicos, é imprescindível olhar para além das nossas fronteiras e aprender com tribunais e entidades que há mais tempo enfrentam desafios semelhantes.

Fazemos parte da INTOSAI, que é a organização global que congrega todas as instituições superiores de controlo financeiro. Isso dá-nos acesso a padrões internacionais, metodologias modernas de auditoria e mecanismos de cooperação que permitem que os nossos magistrados e técnicos troquem experiências com colegas de todo o mundo.

No contexto africano, estamos integrados na AFROSAI, que desempenha um papel essencial na padronização dos procedimentos de fiscalização e auditoria em África. Esta rede permite-nos adaptar soluções eficazes às especificidades do nosso continente, garantindo que a nossa fiscalização se torna cada vez mais robusta e alinhada com os desafios de governança regional.

Além disso, Angola é membro fundador da JURISSAI, uma organização que reúne tribunais com funções jurisdicionais em matéria de contas públicas. O facto de ocuparmos um lugar de destaque no Conselho de Administração, à frente de países como Espanha e Itália, mostra que o nosso Tribunal de Contas já começa a ser reconhecido no cenário internacional pela sua capacidade de contribuição para o debate global sobre fiscalização financeira.

Outro grande marco que estamos prestes a alcançar, dentro de poucos meses, é a presidência da OISCPLP. Esta organização, que reúne os Tribunais de Contas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), será uma plataforma estratégica para estreitarmos relações com os nossos parceiros lusófonos, fortalecendo a cooperação técnica e institucional entre os tribunais de contas de Angola, Brasil, Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-

Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Assumir essa presidência não é apenas uma honra para o Tribunal de Contas de Angola, mas também uma responsabilidade enorme. Queremos aproveitar essa posição para fomentar iniciativas conjuntas, partilhar conhecimentos e fortalecer a capacidade técnica das instituições superiores de controlo nos países da CPLP. Será um momento ímpar para impulsionar o desenvolvimento do nosso Tribunal, trazendo para Angola as melhores práticas internacionais, mas também dando o nosso contributo para o aperfeiçoamento do sistema de fiscalização em toda a comunidade lusófona.



**FC** — Um dos temas que trouxe para a agenda do Tribunal é a avaliação das políticas públicas para a primeira infância. O que o motivou a dar ênfase a essa questão?

**SG** — A primeira infância é a fase mais determinante para o desenvolvimento de uma nação. Se queremos um país forte e sustentável no futuro, precisamos de investir hoje nas condições que asseguram o crescimento saudável das crianças. Os primeiros anos de vida são cruciais para a formação física, emocional e cognitiva dos cidadãos, e um país que não olha com atenção para essa fase está a comprometer o seu próprio futuro.

A verdade é que a saúde, a educação e a protecção social das crianças dos zero aos seis anos não podem ser tratadas de forma isolada ou secundária. Precisamos de um esforço coordenado, em que diferentes instituições trabalhem juntas para garantir que os recursos destinados a essas áreas são efectivamente aplicados e geram impacto real.

Por isso, o Tribunal de Contas quer assumir um pacto institucional, um acordo de cooperação com os Ministérios da Educação, Saúde, Finanças e Acção Social, Família e Promoção da Mulher. A nossa função não é interferir na formulação das políticas públicas, mas sim acompanhar de forma rigorosa a sua implementação, garantindo que os recursos chegam onde são realmente necessários e que os programas estão a cumprir os seus objectivos.

Vejo esta iniciativa como mais um passo no fortalecimento do controlo da gestão pública. O Tribunal de Contas tem o dever de assegurar que os investimentos feitos na primeira infância sejam eficazes e tragam benefícios concretos para as gerações futuras. Se queremos um país mais justo, mais desenvolvido e mais próspero, precisamos de começar pelas bases, e a primeira infância é a fundação de tudo.

FC — Há uma cultura de prestação de contas em Angola?

**SG** — Sim, todos os órgãos orçamentados são obrigados, por lei, a prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas. Esse é um princípio fundamental da gestão pública responsável. No entanto, sabemos que nem sempre isso acontece como deveria.

Há entidades que cumprem com rigor, mas também existem casos de incumprimento, seja por desorganização, resistência ou má gestão. Quando isso acontece, o Tribunal tem mecanismos legais para agir. Aplicamos sanções

e responsabilizações financeiras, porque a prestação de contas não pode ser vista como uma mera formalidade, mas sim como um acto essencial de transparência e boa governação.

A cultura de prestação de contas ainda está em construção e exige um trabalho contínuo de educação institucional e fiscalização rigorosa. O objectivo é que todos os gestores públicos compreendam que a boa aplicação dos recursos do Estado não é opcional, mas sim um dever inegociável.

FC — E sobre o combate à corrupção?

**SG** — O Tribunal de Contas é o último reduto no combate à corrupção, aquele que tem o poder de julgar os processos que chegam após investigação de outros órgãos. Ou seja, não somos o primeiro passo nesse processo, mas somos uma peça fundamental na responsabilização dos infractores.

No entanto, acredito que o combate à corrupção começa muito antes de chegar ao Tribunal de Contas. Cada gestor público deve ser o primeiro guardião da transparência e integridade, assegurando que os recursos do Estado são utilizados de forma responsável e ética.

Se quisermos vencer essa batalha, precisamos de uma mudança de mentalidade. A corrupção não pode ser vista como uma prática tolerável ou justificável. É essencial que, desde a concepção dos projectos públicos até à sua execução, haja compromisso com a boa gestão, transparência e prestação de contas. O Tribunal de Contas está aqui para garantir que quem não cumprir com esses princípios será responsabilizado.

FC — Para finalizar, que mensagem gostaria de deixar aos cidadãos angolanos e aos leitores da revista *Fluxos da Corte*?

**SG** — Quero reforçar o apelo à confiança no Tribunal de Contas, no seu funcionamento e no trabalho dos seus magistrados. O nosso compromisso é com a transparência, a justiça e a boa governação. Trabalhamos diariamente para garantir que os recursos públicos são geridos com responsabilidade, para que a riqueza do país chegue efectivamente às pessoas e seja redistribuída de forma justa.

O Tribunal de Contas não é apenas um órgão fiscalizador, mas sim uma instituição ao serviço da sociedade. Proteger o interesse público é a nossa missão, e para isso contamos com o envolvimento e a vigilância dos cidadãos. O controlo das finanças do Estado não deve ser uma responsabilidade exclusiva do Tribunal, mas sim um compromisso colectivo de todos os angolanos.

Acreditamos que um país mais transparente e mais justo constrói-se com regras claras, prestação de contas e participação activa da sociedade. O Tribunal de Contas está aqui para garantir que esse caminho seja trilhado com rigor, independência e sentido de responsabilidade.







Marginal de Luanda, à noite



## 4. Um Tribunal em Movimento — Avanços e Conquistas

Nos corredores da história, há momentos que marcam o destino de uma instituição, e lideranças que não apenas assumem cargos, mas desenham um novo horizonte, traçam novos caminhos e constroem certezas. Foi este o espírito que guiou os juízes desta Corte, sob a liderança do Venerando Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Domingos Gunza.

Sem nunca ter ficado estático, o Tribunal moveu-se, reformou-se e fortaleceu-se. Foram feitas escolhas, algumas até difíceis, mas necessárias. Foram abertas portas e aproximaram-se as lideranças dos seus técnicos. Criou-se um ambiente de pertença, de trabalho em equipa, de renovação institucional e de confiança colectiva. Para muitos, o que antes era apenas uma expectativa, transformou-se em realidade concreta; o que parecia distante, foi alcançado.

Abaixo, destacam-se as principais conquistas mais recentes que consolidam o engajamento colectivo do Tribunal de Contas de Angola.

### 4.1. Um Novo Tempo — Transformação, Compromisso e Progresso

#### Mais Espaço, Melhores Condições, Mais Dignidade

Foi aprovada a reabilitação da futura sede do Tribunal. É o passo importante que faltava para a concretização de um projecto essencial, concebido para garantir melhores condições de trabalho e atendimento ao público.

#### Aumento da Quota Financeira do Tribunal

Foi conquistado um aumento da quota financeira atribuída ao Tribunal, de oito milhões de Kwanzas para 52 milhões de Kwanzas por mês, um feito que permite mais estabilidade e autonomia financeira.

**Dado importante:** este aumento é crucial para a sustentabilidade deste órgão supremo de controlo externo, já que mais de 85% do orçamento do Tribunal de Contas provém de receitas próprias.

#### Reformas nas Instalações para Melhorar a Eficácia no Trabalho

Foram renovadas as actuais instalações do Tribunal, com nova pintura, reestruturação do mobiliário e reorganização dos espaços, proporcionando um ambiente mais digno para todos os funcionários. Este investimento nas infra-estruturas não se limitou a responder às exigências operacionais, mas também visou potenciar a produtividade e o bem-estar dos seus funcionários.

#### Reposição de Benefícios para Funcionárias em Licença de Maternidade

O Tribunal de Contas restabeleceu a comparticipação emolumentar para funcionárias em licença de maternidade. Com esta medida, a Corte reafirmou o seu compromisso com a valorização dos direitos laborais e a defesa dos direitos da maternidade. A ideia é não só proteger o bem-estar das funcionárias, mas também fortalecer um ambiente de trabalho que respeita e prioriza os direitos e necessidades dos seus funcionários.

#### Retorno do Seguro de Saúde para Funcionários e Dependentes

Foi restabelecido o seguro de saúde para os funcionários e seus dependentes, numa lógica seguida pelo Tribunal de Contas de garantir a segurança e a estabilidade dos seus quadros. A

ideia é promover a saúde e o bem-estar dos seus profissionais, criando um ambiente de trabalho mais seguro e responsável. O Tribunal de Contas demonstra, assim, uma preocupação genuína com o equilíbrio e a qualidade de vida de todos, o que contribui directamente para a eficiência e a satisfação no desempenho das suas funções.

**Destaque:** “Ao proteger a saúde dos seus colaboradores, o Tribunal de Contas promove um ambiente de trabalho seguro e produtivo.”

### **Transporte Colectivo para Facilitar a Mobilidade dos Funcionários**

Foram adquiridos dois autocarros, dois miniautocarros e duas vans para transporte dos funcionários. Esta medida ajudou a aproximar o Tribunal das suas pessoas e facilitar o seu quotidiano. Isto significou um avanço notável na organização interna e garantiu que os funcionários passassem a deslocar-se com maior facilidade e pontualidade.

### **Viaturas para Facilitar as Funções dos Líderes**

Foram distribuídas viaturas aos funcionários em cargos de Direcção e Chefia, numa medida inédita na história do Tribunal e que reconheceu o mérito e a responsabilidade de cada um. Com essa melhoria no suporte aos seus responsáveis, o Tribunal fortaleceu a eficiência administrativa e elevou a capacidade de resposta às exigências da fiscalização e do acompanhamento.



## **4.2. O Capital Humano como Prioridade**



Em cada discurso e em cada decisão, o Juiz Presidente tem reiterado uma verdade essencial: nenhuma instituição se engrandece sem as suas pessoas. São elas que dão alma ao Tribunal, asseguram o rigor da fiscalização e fazem da boa gestão uma realidade quotidiana.

Consciente desta premissa, o Tribunal de Contas soube olhar para dentro, reconhecendo o valor inestimável dos seus técnicos e funcionários. Não bastava apenas exigir excelência; era preciso proporcionar condições para que cada profissional pudesse crescer, aprimorar-se e sentir-se parte integrante desta missão maior. Por isso, investiu-se na formação, apostou-se na capacitação e cuidou-se da qualidade de vida daqueles que, com dedicação e competência, sustentam o bom funcionamento do Tribunal. Porque, no final do dia, são as pessoas que fazem a diferença.

A política de formação de quadros conheceu uma profunda reformulação, assente num novo regulamento e num plano anual estruturado, assegurando que cada funcionário tenha acesso às ferramentas de conhecimento indispensáveis para o exercício das suas funções com excelência e rigor.

Foi aprovado o Plano Estratégico dos Recursos Humanos, alinhado com as melhores práticas internacionais, garantindo uma gestão mais eficiente dos quadros da instituição.

O Centro de Documentação renasceu. De um espaço outrora esquecido, transformou-se num verdadeiro repositório de saber, onde o passado se arquiva com rigor, o presente se estuda com profundidade e o futuro se prepara com inteligência.

Foram estabelecidos mecanismos dinâmicos de mobilidade interna, permitindo que os técnicos pudessem ser realocados de forma estratégica, de acordo com as suas competências e necessidades institucionais. Corrigiram-se alocações desajustadas, optimizou-se o potencial de cada profissional e impulsionou-se a produtividade, garantindo que o talento certo estivesse no lugar certo, em benefício de um Tribunal mais eficiente e harmonioso.

Nasceu o Grupo Coral da Corte, uma iniciativa que o Presidente Gunza trouxe ao Tribunal, uma nova harmonia em que as vozes se unem num só cântico de identidade e pertença. Para além disso, foram promovidas actividades desportivas, criando momentos de convívio, saúde e descontração. Mais do que lazer, essas iniciativas fortaleceram o espírito de equipa, estreitaram laços entre os funcionários e reforçaram o sentimento de união, provando que uma instituição se constrói não apenas com rigor e disciplina, mas também com cultura, bem-estar e humanização.

Foi implementado um programa de facilitação de crédito para os funcionários, uma iniciativa que vai além do apoio financeiro — é um gesto de reconhecimento e valorização. Com esta medida, o Tribunal de Contas reafirmou o seu compromisso com o bem-estar e a estabilidade dos seus quadros, garantindo que aqueles que, com dedicação e profissionalismo, fazem a instituição mover-se todos os dias, tenham também oportunidades para crescer e melhorar a sua qualidade de vida.

A valorização do capital humano não se ficou pelas palavras — foi um compromisso cumprido, traduzido em acções concretas, porque um Tribunal forte constrói-se, antes de tudo, com pessoas motivadas e respeitadas.



#### 4.3. A Reforma da Gestão e da Administração Financeira

O Tribunal de Contas não se limitou a fiscalizar — foi além e tornou-se um modelo de boa gestão, aplicando a si próprio os princípios que exige dos demais. Equilíbrio, transparência e eficiência não foram apenas directrizes, mas sim práticas enraizadas na gestão dos seus próprios recursos, provando que a responsabilidade financeira começa dentro de casa.

Foram implementados novos mecanismos de gestão das receitas próprias do Tribunal, assegurando um equilíbrio mais sólido entre estas e as receitas provenientes do Regime Orçamental Transitório (ROT). Com esta reformulação, a administração financeira tornou-se mais sustentável, previsível e eficiente, permitindo ao Tribunal gerir os seus recursos com maior autonomia e responsabilidade, em alinhamento com os princípios de rigor e transparência que defende.

#### O Futuro Está em Movimento

O Tribunal de Contas de Angola não é hoje o que foi ontem – e não será amanhã o que é hoje. Porque há uma força que o move, uma energia

que o impulsiona e uma visão que o projecta para um futuro de maior transparência, modernidade e rigor na fiscalização das finanças públicas.

O que se alcançou até hoje é apenas o início de uma transformação que se quer maior. A estrutura foi reforçada, as equipas valorizadas e a gestão optimizada, mas o caminho da excelência não tem ponto de chegada — há sempre mais a aperfeiçoar, mais a construir, mais a inovar.

O Tribunal segue em movimento, cada vez mais sólido, cada vez mais próximo do cidadão, cada vez mais comprometido com a boa governação e a integridade na gestão dos recursos públicos. Porque o verdadeiro progresso não se mede apenas pelos passos já dados, mas pelos horizontes que ainda estão por conquistar. 24 anos depois, a história continua a ser escrita.

### **O Tribunal de Contas em Acção — Resultados e Impactos**

No imenso tecido institucional do Tribunal de Contas, a Direcção dos Serviços Técnicos (DST) impõe-se como o coração pulsante da engrenagem que vela pela integridade e boa

gestão dos recursos públicos. Com as suas oito divisões especializadas, cada acção de fiscalização — preventiva, concomitante ou sucessiva – está vocacionada para um resultado final assente no compromisso inabalável com a legalidade, a justiça e a boa gestão.

É neste espaço de rigor técnico e acuidade jurídica que se molda um Estado mais íntegro, em que cada decisão financeira é escrutinada à luz do interesse público e cada Kwanza do erário é aplicado com responsabilidade e eficiência, a pensar no bem estar das famílias angolanas.

Nesta edição inaugural da revista *Fluxos da Corte*, prestamos homenagem a este esforço contínuo. Olhamos para a actuação da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Câmaras, bem como para o trabalho global do Tribunal, sobretudo, olhando para o mais recente desempenho, trazendo aos estimados leitores um olhar detalhado sobre o impacto concreto da fiscalização.

Cada auditoria realizada, cada inquérito conduzido, cada julgamento concretizado reafirma a missão do Tribunal de Contas de edificar um país mais transparente, justo e responsável.



## 5. Fiscalização e controlo financeiro – Resultados e impactos

### 5.1. Fiscalização Preventiva — A Harmonia da Ordem na 1.ª Câmara

A Fiscalização Preventiva, nos termos do artigo 8.º da Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas (LOP), actua como um farol, lançando luz sobre os contratos e actos administrativos antes da sua execução. Com um olhar de cirurgião, examina cada detalhe, assegurando que tudo o que é de natureza pública está em conformidade com os princípios de legalidade, racionalidade e rigor.

A 1.ª Câmara, dirigida pela Juíza Conselheira Vice-Presidente Dra. Domingas Alexandra Garcia, conta com um total de seis Juízes Conselheiros. Em conjunto com as 1.ª e 2.ª Divisões, analisa e desafia cada contrato com uma visão crítica e perspicaz, contribuindo para um alinhamento perfeito com as normas orçamentais. Cada sessão é um instante de precisão, em que a prudência e a cautela se encontram com a ética, e o desfecho se traduz em actos administrativos que ressoam com integridade.

O Tribunal de Contas deu sempre seguimento à sua missão de vigilância sobre os contratos públicos, assegurando que cada documento espelhe o compromisso com a legalidade e a boa gestão dos recursos do Estado. Referindo dados mais actualizados, em 2024 foram registados os seguintes resultados:

- 18 contratos transitaram do ano anterior, dos quais oito foram visados, três devolvidos e sete permaneceram pendentes por insuficiência de elementos essenciais;
- 342 novos contratos foram submetidos à fiscalização, com destaque para os sectores estratégicos de energia, obras públicas e finanças;
- O volume financeiro fiscalizado foi expressivo, reflectindo o reforço do controlo sobre investimentos de grande impacto nacional;

- Diversas irregularidades foram detectadas, desde falta de documentação até incumprimento dos procedimentos legais, resultando na devolução de contratos para correcção.

No Tribunal de Contas, a fiscalização preventiva continua a ser um pilar essencial na protecção do erário público, actuando como barreira contra desvios e más práticas, antes mesmo da alocação dos recursos. Assim, constrói-se um caminho mais sólido para uma gestão eficiente, transparente e alinhada com os princípios da boa governação.

### 5.2. 2.ª Câmara — O Guardião da Transparência e da Justiça

Sob a liderança firme e sagaz da Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes, a 2.ª Câmara ergue-se como um bastião da legalidade, em que o rigor se alia à responsabilidade para assegurar a boa governação dos recursos públicos.



- Em quatro Sessões Plenárias, as palavras tornaram-se acções, os relatórios transformaram-se em deliberações, e, para sermos mais exactos, a Conta Geral do Estado de 2023 foi cuidadosamente escrutinada;
- A **Fiscalização Concomitante**, vigilante e atenta, abriu oito inquéritos; seis ainda se

desenrolam como fios de uma tapeçaria de justiça, enquanto um já encontrou o seu desfecho;

- No domínio da **Fiscalização Sucessiva**, 1.064 processos de prestação de contas foram trazidos à luz: 365 alinhados com os ditames da lei, 393 carentes de conformidade e 306 ainda em análise;
- Para resgatar o que pertence ao bem comum, instauraram-se processos de multa e de responsabilidade financeira reintegratória, devolvendo à sociedade o que lhe é de direito.

A 2.ª Câmara reafirma, assim, o compromisso do Tribunal de Contas: velar pelo património público, garantir que a justiça não é apenas um conceito, mas uma realidade sentida em cada acção, em cada correcção, em cada responsabilização.

### **Relatório Geral: O Tribunal em Movimento**

O Tribunal de Contas de Angola, na sua marcha incessante pelo rigor e pela transparência, traça no tempo um registo das suas acções, onde cada número, cada parecer e cada decisão ecoam na construção de uma administração pública mais íntegra.

- Os pareceres sobre a Conta Geral do Estado de 2022 e 2023 surgem como bússolas que orientam para uma execução orçamental mais responsável;
- As auditorias de desempenho, conduzidas lado a lado com organismos internacionais, reflectem um esforço contínuo de alinhamento com as melhores práticas globais;
- Cada contrato analisado, de significativo impacto financeiro, é um passo na direcção de uma gestão mais criteriosa e eficiente;
- As sessões de julgamento tornam-se palcos onde se ergue a voz da justiça, chamando à responsabilidade aqueles que dela tentam desviar-se;
- A cobrança de emolumentos e custas judiciais fortalece os alicerces do controlo financeiro, assegurando que o Tribunal continue a ser o guardião incansável da legalidade.

Este é o Tribunal em acção. Um Tribunal que não dorme, que não cede, que não desvia o olhar. Porque a justiça, quando bem aplicada, não só corrige o presente, mas também molda um futuro mais digno para todos.

### **Depoimentos e Reflexões**

**Juiz Conselheiro Presidente, Dr. Sebastião Gunza**

**“O Tribunal de Contas tem reforçado o seu compromisso com a transparência e a responsabilização na gestão pública. A modernização dos processos e a formação contínua dos nossos quadros são prioridades para garantir um controlo cada vez mais eficaz”.**

**Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes**

**“A fiscalização concomitante e sucessiva permite-nos intervir atempadamente para evitar desvios e corrigir falhas na gestão dos recursos públicos. Precisamos de mais autonomia tecnológica para um controlo ainda mais rigoroso”.**

### **5.3. Cooperação Institucional Interna — Um Tribunal Agente da Transformação da Administração Pública**

Vivemos tempos em que a transparência se assume um pilar inquebrantável da boa gestão. Neles, o Tribunal de Contas tem trilhado um percurso de aperfeiçoamento e fortalecimento. Lançou pontes dentro das suas próprias fronteiras e estreitou laços com as instituições que partilham da mesma missão: proteger os recursos do Estado e garantir que cada Kwanza público cumpra o seu verdadeiro propósito.

Com acções concretas e resultados mensuráveis, a instituição actuou onde foi necessário, fiscalizou com rigor e estabeleceu caminhos para modernizar e assim colocar-se à altura de responder aos desafios da governação contemporânea.

A cooperação institucional interna não tem sido apenas uma estratégia, mas um caminho trilhado com firmeza e propósito. Foram assinadas parcerias, realizadas auditorias, capacitados gestores e implementadas reformas, garantindo que o Tribunal de Contas não fosse apenas um órgão fiscalizador, mas também um agente de transformação da administração pública.

### Auditorias que Geraram Resultados

O Tribunal de Contas desenvolveu de acordo com dados de 2024, um plano de fiscalização robusto, intervindo nos sectores críticos da administração pública.

- Foram realizadas 14 auditorias de regularidade e desempenho em 2024, abrangendo ministérios, governos provinciais e empresas estatais, resultando na identificação de irregularidades e na recomendação de correcções obrigatórias.
- Foram analisados 143 contratos públicos, num valor global de 9,31 biliões de Kwanzas, garantindo que nenhuma despesa relevante escapasse ao escrutínio.
- Foram aplicadas multas no valor de 55,8 milhões de Kwanzas a entidades que não apresentaram as suas contas dentro dos prazos legais, reforçando a necessidade de maior rigor na prestação de contas.
- O Tribunal não se limitou a auditar. Tomou medidas, responsabilizou gestores e impôs correcções, garantindo que as recomendações não ficassem no papel, mas fossem efectivamente implementadas.

### Capacitação que Formou uma Nova Geração de Gestores

O Tribunal entendeu que não bastava fiscalizar; era necessário formar aqueles que lidam com os recursos públicos.

- Foram promovidos sete seminários e formações técnicas, abrangendo temas como fiscalização preventiva, prestação de contas e auditoria de contratos públicos.

- Foram capacitados quadros da Sonangol, EPAL, gestores ministeriais e governos provinciais, garantindo que os responsáveis pela administração dos fundos públicos dominassem as melhores práticas de gestão financeira.
- Foram ministradas formações para magistrados do Ministério Público de Angola e Moçambique, consolidando a cooperação entre os dois países no âmbito do controlo financeiro.
- A aposta na capacitação já produziu efeitos visíveis, com uma maior responsabilização e um entendimento mais profundo sobre a importância do cumprimento das normas financeiras.

### Parcerias que Mudaram o Cenário da Fiscalização

O Tribunal não actuou isolado. Aproximou-se da Assembleia Nacional, dos ministérios e de entidades estratégicas, criando um ambiente de fiscalização mais integrada e eficiente.



- Foram emitidos pareceres e realizadas sessões de trabalho com a Assembleia Nacional, assegurando que a fiscalização da Conta Geral do Estado fosse mais detalhada e orientada para a transparência.
- Foram estabelecidos canais de cooperação com o Ministério das Finanças, permitindo um acompanhamento mais rigoroso da execução orçamental e da contratação pública.

- Foram desenvolvidas acções conjuntas com a Sonangol, resultando em maior rigor na prestação de contas da empresa pública.

A cooperação não ficou apenas no discurso. Foi construída, formalizada e posta em prática, garantindo que a fiscalização fosse uma responsabilidade partilhada e não apenas uma acção unilateral do Tribunal.

### **Modernização que Promete Transformar o Tribunal**

A digitalização é um projecto que deve ser consolidado no futuro mais imediato. Os desafios já foram lançados e o trabalho já começou. O Tribunal quer eliminar as etapas burocráticas, acelerar processos e reduzir a dependência do papel. Pelo menos até agora, já conseguimos alcançar alguns sinais estimulantes.

- Foram digitalizados 922 processos financeiros em seis meses, garantindo que a tramitação documental se tornasse mais célere e acessível.
- Foi implementado o SIGTCA (Sistema Integrado de Gestão do Tribunal de Contas de Angola), um marco na uniformização e automatização dos processos internos.
- Foi reduzido significativamente o uso de papel, promovendo uma transição para um ambiente digital mais eficiente e sustentável.
- A modernização não ficou na teoria. Foi concretizada com acções directas, tornando o Tribunal mais ágil, eficiente e preparado para os desafios do futuro.

### **Um Tribunal que Transformou e Deixou a Sua Marca**

O Tribunal de Contas de Angola não se limitou a fiscalizar, mas promoveu mudanças estruturais na forma como o Estado gere os seus recursos.

- Foram conduzidas auditorias que resultaram em correcções concretas. Foram formados gestores públicos, elevando a qualidade da administração financeira.

- Foram estabelecidas parcerias estratégicas que fortaleceram o controlo interno..
- Foram modernizados processos, tornando a fiscalização mais ágil e eficiente.

Este não foi um período de intenções. Foi um período de acções. O Tribunal de Contas não ficou à margem da mudança – foi o motor que a impulsionou.

E assim, com passos firmes e resultados tangíveis, a fiscalização pública em Angola não é um conceito abstracto, mas uma realidade transformadora. O futuro não se improvisa; constrói-se. E o Tribunal de Contas continuará a edificar, com cada acção e cada decisão, um Angola mais íntegra, responsável e transparente. E, nesse compromisso, o Tribunal de Contas nunca deixará de estar em movimento.

Nesta jornada, a cooperação institucional interna tem sido um dos pilares fundamentais que sustentam o caminho da transparência e da boa governação. Reflete-se na fiabilidade das auditorias, na qualificação contínua dos quadros, na modernização dos processos através da digitalização e na consolidação de um diálogo franco e produtivo com os demais órgãos do Estado.

Nenhum órgão, por mais autónomo que seja, cumpre sozinho a sua missão. A cooperação institucional interna tem sido o cimento que fortalece os alicerces da fiscalização e do controlo financeiro no País.

Nos últimos dois anos, o Tribunal de Contas intensificou as suas parcerias, modernizou os seus processos, formou quadros e ampliou a sua presença em sectores estratégicos, garantindo que a fiscalização dos dinheiros públicos não seja apenas uma exigência legal, mas um compromisso nacional.

O fortalecimento da fiscalização, o enraizamento da cultura de prestação de contas e a materialização do compromisso inabalável de edificar um país mais justo e responsável são desígnios que norteiam a acção do Tribunal de Contas.



### **O Rigor como Compromisso — Fiscalização e Controlo Interno**

O Tribunal tem intensificado a sua acção fiscalizadora, percorrendo os corredores do poder, descendo aos bastidores da execução orçamental e trazendo à luz a verdade dos números nos fins tais como:

- Auditorias às instituições públicas, mediante um olhar minucioso sobre os ministérios, governos provinciais e empresas estatais, entre outros, com vista a garantir que os recursos sejam aplicados com critério e responsabilidade;
- Sessões de julgamento e responsabilização financeira, mediante sanções e medidas correctivas, visando consolidar a ideia de que ninguém está acima da lei e que a má gestão tem consequências reais;
- Verificação da execução orçamental por via de acompanhamento meticuloso das contas públicas.

A fiscalização não é um acto de punição, mas um exercício de correcção e orientação, um farol que ilumina o caminho para uma gestão pública mais eficiente e íntegra.

### **O Saber Como Ferramenta — Capacitação e Formação**

O conhecimento é a força motriz de qualquer grande transformação. Por isso, o Tribunal de Contas tem investido na formação dos seus quadros e na partilha de saberes com outras entidades nacionais.

- Programas de capacitação para magistrados, auditores e técnicos da administração pública, trazendo consigo as melhores práticas da auditoria e do controlo financeiro.
- Parcerias estratégicas com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Inspeção Geral da Administração do Estado (IGAE), promovendo um intercâmbio de experiências e consolidando uma visão uniforme sobre o combate à irregularidade na gestão pública.

Formar não é apenas ensinar; é criar uma cultura de excelência, em que a responsabilidade financeira se torne um princípio inegociável na administração do bem público.

### **O Diálogo como Ponte — Relações com o Poder Legislativo e Executivo**

O Tribunal de Contas não fiscaliza de portas fechadas. Pelo contrário, tem sido um parceiro activo nos mais elevados espaços de decisão, promovendo um diálogo institucional produtivo e necessário.

- Interação com a Assembleia Nacional – emissão de pareceres sobre a Conta Geral do Estado, presença em sessões parlamentares e contribuições valiosas para os debates sobre fiscalização e gestão financeira.
- Colaboração com ministérios e entidades públicas – estabelecimento de canais permanentes de comunicação e partilha de informação, assegurando que o acompanhamento da execução orçamental se torne mais rigoroso e transparente.

A boa governação não se faz de silêncios, mas sim de pontes que unem, vozes que dialogam e compromissos que se cumprem.

### **A Modernização Como Futuro — Digitalização e Reforma Administrativa**

O tempo da burocracia lenta e do papel acumulado em prateleiras empoeiradas está a chegar ao fim. O Tribunal de Contas tem abraçado a modernidade, apostando em soluções digitais que tornam os seus processos mais ágeis, eficientes e acessíveis.

- Implementação de plataformas electrónicas – processos automatizados que reduzem a margem para erros, aceleram a análise das contas públicas e garantem uma tramitação mais célere e eficaz.
- Reformas administrativas estruturais – um Tribunal que se reinventa, adaptando-se

às novas exigências da governação moderna, com uma gestão mais eficiente dos seus próprios recursos.

A tecnologia não substitui o rigor, mas dá-lhe novas asas, permitindo que a fiscalização acompanhe o ritmo acelerado da sociedade contemporânea.

### **Uma Visão para o Futuro**

O Tribunal de Contas de Angola tem-se consolidado como um guardião incansável da transparência,

um fiscal atento da responsabilidade financeira e um aliado indispensável da boa governação.

Nos anos que se avizinham, a meta é clara:

- Ampliar a digitalização e reduzir progressivamente o uso do papel;
- Expandir as auditorias, cobrindo um número ainda maior de entidades públicas;
- Reforçar a cooperação institucional, garantindo que a fiscalização se torne um compromisso transversal a todas as esferas do Estado.



### **5.4. A Direcção dos Serviços Técnicos do Tribunal de Contas de Angola**

No coração do Tribunal de Contas de Angola encontra-se a Direcção dos Serviços Técnicos, um verdadeiro eixo na missão de assegurar a missão do Tribunal. É nessa estrutura que a técnica se transforma em justiça financeira, e em que cada documento analisado, cada auditoria realizada e cada recomendação emitida têm o propósito de fortalecer a governação e a confiança pública.

Composta por especialistas dedicados, a Direcção dos Serviços Técnicos não se limita a avaliar números e relatórios; ela investiga, orienta, fiscaliza e protege. O seu trabalho silencioso mas essencial permite que o Tribunal de Contas cumpra a sua função primordial de zelar pelo interesse colectivo, garantindo que cada Kwana do erário público seja bem aplicado.

## Estrutura e Atribuições

Nos termos da Lei n.º 13/10, de 9 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/19, a Direcção dos Serviços Técnicos estrutura-se em diversas unidades, cada uma com um papel específico na construção de uma gestão financeira mais responsável e transparente.

### 1. Contadoria Geral

É a espinha dorsal da organização processual do Tribunal. Aqui, chegam e são analisados os relatórios de auditoria, os documentos financeiros e os processos que sustentam a fiscalização das contas públicas. Cada dado examinado representa uma peça fundamental no *puzzle* da boa governação.

### 2. Divisão de Fiscalização da Administração Local

A responsabilidade desta unidade vai além do papel. Trata-se de acompanhar e avaliar a forma como os recursos chegam aos municípios e autarquias, garantindo que as necessidades locais sejam atendidas de forma justa e eficaz. São os olhos atentos que fiscalizam os gastos e promovem uma gestão mais equilibrada a nível local.

### 3. Divisão de Fiscalização das Empresas e Institutos Públicos

As empresas públicas e os institutos autónomos desempenham um papel crucial na economia nacional. Esta divisão assegura que essas entidades cumpram as suas obrigações com rigor e transparência, evitando desperdícios e garantindo que as suas contas sejam geridas de forma eficiente e responsável.

### 4. Divisão de Fiscalização Concomitante

Aqui, o tempo é um factor crítico. A fiscalização concomitante permite ao Tribunal de Contas intervir em tempo real, evitando erros e irregularidades antes que se tornem problemas

maiores. O objectivo é actuar preventivamente, protegendo os interesses do Estado e da população.

### 5. Divisão de Auditoria e Inquéritos

Mais do que uma unidade técnica, esta divisão é um verdadeiro escudo contra a má gestão financeira. Através de auditorias detalhadas e inquéritos rigorosos identifica falhas, aponta soluções e responsabiliza aqueles que não cumprem com os princípios da boa governação.

### O Futuro da Fiscalização Financeira

A Direcção dos Serviços Técnicos não trabalha apenas para o presente; ela prepara-se para os desafios do futuro. Entre os seus principais objectivos estratégicos destacam-se:

- A modernização dos métodos de auditoria, apostando em tecnologias que tornem a fiscalização mais ágil e eficiente;
- A formação contínua dos técnicos e auditores, assegurando que o Tribunal de Contas esteja sempre um passo à frente no combate à má gestão;
- A descentralização da fiscalização, garantindo que o controlo das contas públicas não se limite à capital, mas chegue a todo o território nacional;
- O fortalecimento da cooperação internacional, permitindo a troca de experiências com outras instituições congéneres e a adopção das melhores práticas globais.

### Compromisso com a Transparência

Mais do que uma estrutura administrativa, a Direcção dos Serviços Técnicos representa um compromisso com a sociedade angolana. Cada auditoria realizada, cada recomendação emitida e cada relatório analisado têm um impacto directo na vida dos cidadãos. O seu trabalho pode significar uma escola construída com qualidade, um hospital bem equipado, uma estrada segura ou um programa social que realmente chega a quem precisa.



O Tribunal de Contas de Angola, através desta Direcção, não se limita a fiscalizar contas; ele protege o futuro do país. A sua missão é garantir que os recursos do Estado sejam usados com integridade, que os responsáveis pela gestão financeira actuem com ética e que o povo angolano possa confiar que cada decisão tomada respeita o bem comum.

Na revista *Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento*, damos visibilidade a este trabalho fundamental, mostrando que a fiscalização financeira não é apenas um exercício técnico, mas um acto de cidadania e compromisso com Angola.

### 5.5. Perspectivas Futuras

O Tribunal de Contas de Angola segue firme na sua missão de ser o guardião da transparência e da boa governação, consolidando-se como uma peça-chave no fortalecimento das finanças públicas. O percurso trilhado em 2024 reafirma um compromisso inabalável com a fiscalização rigorosa, a prevenção de irregularidades e a responsabilização dos gestores, assegurando que cada decisão financeira sirva os interesses do país e dos seus cidadãos.

Olhando para o horizonte, os desafios impõem-se como oportunidades de evolução. Para os próximos anos, o Tribunal traça metas ambiciosas, assentes na modernização e no reforço das parcerias estratégicas:

- Apostar na automatização e digitalização dos processos de fiscalização, elevando a eficiência e a celeridade das análises financeiras;
- Ampliar a cooperação internacional, fomentando o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas com organismos congéneres, fortalecendo a capacidade técnica e institucional do Tribunal.

Num mundo em constante mudança, a fiscalização pública não pode estagnar. O Tribunal de Contas de Angola projecta-se no futuro com determinação, mantendo-se atento, vigilante e preparado para enfrentar os desafios da governação moderna, sempre com o olhar voltado para a transparência, a justiça e o bem comum. Como um maestro que dirige uma orquestra, a Direcção dos Serviços Técnicos compõe, ano após ano, uma obra de rigor e de compromisso público, com uma sinfonia de acções que se cruzam na busca incessante pela transparência e pela ética. Nos actos de fiscalização preventiva, concomitante e sucessiva, constrói-se um monumento de responsabilidade e de respeito pelo bem público. Este trabalho, feito de precisão, justiça e formação contínua, é o caminho para uma sociedade mais forte e confiante na sua gestão e naqueles que a representam.

## 6. Cooperação e Intercâmbio — Uma Nova Era de Excelência e Cooperação Global

Num mundo onde a solidez das instituições se entrelaça com a teia dinâmica das relações internacionais, o Tribunal de Contas de Angola ressurgiu sabendo ampliar os seus horizontes, estreitar laços e erguer pontes com as suas congêneres além-fronteiras, impulsionado pela busca incessante das melhores práticas internacionais no domínio do controlo das finanças públicas.



À frente desta diplomacia institucional, o Venerando Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Domingos Gunza, juntamente com os demais Juizes Conselheiros, tem sido o rosto e a voz do Tribunal de Contas nos mais prestigiados encontros de alto nível. Nestes espaços de decisão, em que se traçam os caminhos da boa gestão e do controlo financeiro, fortalecem-se alianças estratégicas, partilham-se experiências e delineiam-se os novos rumos da fiscalização das finanças públicas.

Cada presença e cada intervenção representam o nosso compromisso em promover e elevar os padrões de *accountability*, bem, como afirmar Angola no cenário internacional como um país que valoriza a integridade na gestão dos recursos públicos.

De Lisboa a Brasília, de Nova Iorque a Casablanca, de Paris a São Tomé, o Tribunal tem marcado presença nos grandes fóruns globais, debatendo e aprimorando a transparência, a auditoria e a boa governação financeira. Cada missão internacional não é apenas um acto protocolar, mas sim um passo decisivo na construção de um Tribunal mais forte, mais capacitado e plenamente alinhado com os mais elevados padrões globais de fiscalização e responsabilidade pública.

O Presidente do Tribunal de Contas participou em pelo menos 12 missões internacionais, entre 2023 e Fevereiro de 2025, destacando-se dentre elas, as seguintes realizações:

- **Intercâmbio com o Tribunal de Contas de Portugal** – uma visita oficial de alto nível, na qual foram trocadas experiências, culminando na participação no Seminário Ibero-Americano sobre *Direito e Controlo*;
- **Parcerias estratégicas no Brasil** – a consolidação do intercâmbio de boas práticas no controlo das contas públicas materializada na assinatura de três Protocolos de Cooperação Técnica com instituições de referência, entre as quais o Instituto Rui Barbosa e Tribunais de Contas estaduais;
- **Presença na Cimeira SAI20** – um dos mais prestigiados fóruns internacionais dedicados à auditoria e ao financiamento climático. No evento, sobre o qual dedicamos um pequeno artigo nesta revista, Angola esteve representada para debater os desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento financeiro responsável;
- **Eleição para o Conselho de Administração da JURISAI** – na reunião de Paris, Angola alcançou um feito histórico ao integrar o órgão de governação desta rede internacional de Instituições Superiores de Controlo, um

reconhecimento do seu compromisso com a excelência na fiscalização financeira;

- **Reforço das relações com Tribunais de Contas africanos e da CPLP** – um passo essencial para a criação de uma frente coesa e eficaz no enfrentamento dos desafios comuns que se colocam à fiscalização das finanças públicas no espaço lusófono e no continente africano.

A missão a São Tomé e Príncipe, onde o Presidente do Tribunal de Contas de Angola ministrou uma palestra sobre *O Papel Insubstituível dos Tribunais de Contas e as condições para a sua plena realização*.

Cada um destes marcos representa não apenas o crescimento e a projecção do Tribunal de Contas de Angola, mas também um compromisso renovado com a boa governação, a responsabilidade financeira e a consolidação do Estado de Direito.

### 6.1. Angola Eleita para o Conselho de Administração da JURISAI — Um Marco de Prestígio e Responsabilidade



A eleição de Angola para o Conselho de Administração da JURISAI, em Paris, inscreve-se como um marco luminoso na trajetória do Tribunal de Contas de Angola, um reconhecimento que transcende fronteiras e reafirma a sua voz no concerto internacional das

Instituições Superiores de Controlo. Mais do que um feito, esta conquista ecoa a confiança global na maturidade institucional da ISC angolana e no seu compromisso inabalável com a boa governação, a transparência e a justiça financeira.

Angola segue o modelo jurisdicional, no qual o Tribunal de Contas não é apenas guardião das contas públicas, mas também juiz da sua correcta aplicação. Cada decisão proferida, cada correcção imposta, cada irregularidade sancionada são passos firmes na edificação de um Estado mais íntegro, em que a gestão financeira se alicerça nos princípios da ética e da responsabilidade.

A cadeira que agora ocupamos no Conselho de Administração da JURISAI não é um simples assento num órgão de governação – é um portal para o diálogo global, um palco de partilha e aprendizado. Nesta arena, Angola não apenas absorve saberes e metodologias de controlo, mas também oferece ao mundo a sua própria visão sobre a fiscalização financeira, ancorada numa história de resiliência e construção democrática.

Contudo, grande reconhecimento traz consigo grandes desafios. Para honrar este estatuto, o Tribunal de Contas de Angola compromete-se a trilhar um caminho de inovação e excelência, guiado por três grandes pilares:

- Capacitação contínua dos magistrados e técnicos, pois o conhecimento é a argamassa que sustenta a grandeza das instituições;
- Modernização dos instrumentos de auditoria, garantindo que a tecnologia e o rigor avancem lado a lado na fiscalização financeira;
- Reforço da cultura de prestação de contas e responsabilização, para que cada Kwanza do erário público tenha um destino justo e transparente.

A JURISAI é um fórum de excelência, em que o modelo jurisdicional de fiscalização financeira é defendido e aperfeiçoado. Angola, agora parte do seu Conselho de Administração, não apenas reforça o seu prestígio internacional,





mas também se posiciona como um arquitecto de estratégias para um futuro mais íntegro e responsável.

Contudo, esta eleição não é um troféu estático, mas um chamado à acção, um renovado compromisso com a elevação dos padrões de controlo e fiscalização das finanças públicas. Não é o destino final, mas um novo ponto de partida.

O desafio que se impõe é manter acesa a chama da boa governação, guiar-se pela bússola da justiça e erguer, com cada acção fiscalizadora, um amanhã mais transparente e equitativo. Porque mais do que um título, esta é a nossa missão. E a missão só termina quando o futuro estiver à altura dos nossos ideais.

## 6.2. Angola na Cúpula SAI20 — Oportunidades e Desafios para o Tribunal de Contas

No palco da Cúpula Anual das Instituições Superiores de Controlo dos países do G20 (SAI20), o Tribunal de Contas de Angola reafirmou e consolidou o seu compromisso com a transparência, a fiscalização e a boa governação. A participação neste encontro de prestígio, realizado no Estado do Pará, Brasil, de 16 a 18 de Junho de 2024, foi um marco incontornável na projecção internacional da instituição, fruto

do convite do Presidente do Tribunal de Contas da União do Brasil e então líder da INTOSAI.

O Presidente do Tribunal de Contas, Sebastião Domingos Gunza, dirigiu-se aos seus homólogos das maiores economias do mundo, destacando os esforços do Estado angolano em resposta à seca no Sul do país, nas iniciativas para a erradicação da fome e da pobreza, e no papel crucial do Tribunal de Contas no escrutínio dos programas governamentais financiados com dinheiro público.

Com um discurso pautado pela visão estratégica e compromisso institucional, o Juiz salientou a urgência da acção climática, a necessidade da transição energética e os desafios do desenvolvimento sustentável, sublinhando o empenho de Angola em cumprir os compromissos internacionais, sob a liderança do Presidente da República, João Lourenço.

### Um Marco de Aprendizagem e Crescimento

A SAI20 foi, para o Tribunal de Contas, uma janela de oportunidades, que abriu caminhos para um intercâmbio técnico privilegiado com parceiros como o Brasil e Portugal, para além de congéneres dos PALOP. A troca de experiências que tem ocorrido com instituições congéneres, tem ajudado Angola a reforçar a sua capacidade

24 ANOS

de adaptação às novas realidades e a impulsionar a modernização dos processos de auditoria e fiscalização.

O desafio, porém, não se esgota na participação – antes, impõe um compromisso de transformação e evolução. Modernizar os métodos de auditoria, adoptar mecanismos de monitorização mais rigorosos e transparentes e assegurar a independência operativa do Tribunal são metas incontornáveis nesta jornada de crescimento institucional.

### Desafios e Responsabilidades

Se, por um lado, a SAI20 colocou Angola no centro do debate internacional sobre fiscalização e desenvolvimento sustentável, por outro, trouxe consigo a responsabilidade de responder com determinação aos desafios emergentes. O crescimento exponencial da complexidade das finanças públicas e das políticas ambientais exige do país uma adaptação contínua, desafiando o Tribunal a assumir instrumentos normativos ajustados às exigências globais e com vista a fortalecer a sua capacidade de actuação sancionatória.

Angola encara com determinação os desafios actuais relacionados com a fiscalização das políticas governamentais que promovam uma gestão mais eficiente e equitativa dos recursos públicos. A criação de estratégias claras e mensuráveis, a implementação de sistemas inovadores para monitorizar a pobreza e a transição energética e o fomento de ambientes favoráveis ao investimento sustentável são imperativos que emergem dessa experiência.

### Um Compromisso com o Futuro

A Cúpula da SAI20 foi um momento de afirmação e compromisso e uma oportunidade de projectar a solidez das nossas instituições e consolidar a boa governação como pilar estruturante do desenvolvimento nacional.

O desafio agora não é apenas manter este prestígio, mas honrá-lo com acções concretas. A modernização, a inovação e a resiliência devem guiar o caminho do Tribunal de Contas de Angola, para que a sua presença em palcos internacionais

não seja apenas uma representação simbólica, mas um testemunho vivo do seu impacto real na vida dos cidadãos. O futuro exige acção. E o compromisso com a fiscalização eficiente e responsável deve ser a bússola que nos guia.

Ao lado de países como Brasil, França, Alemanha e África do Sul, Angola foi uma das cinco nações africanas convidadas para o evento, participando na qualidade de observador. A presença angolana foi motivada pelos avanços registados no ano anterior, pelo Tribunal de Contas, num contexto de maior aproximação às organizações internacionais especializadas no controlo externo.

A delegação angolana, liderada pelo Juiz Presidente Sebastião Domingos Gunza, integrou a Juíza Conselheira, Arlete Conceição; o Consultor do Juiz Presidente, Milcon Ngunza e a Coordenadora para a Área da Cooperação e Intercâmbio Internacional, Helena Antunes.

## 6.3. Compromisso e Abertura — Parcerias que Desenham Novos Caminhos

### Juízes Conselheiros em Missão

Para além do Presidente, os Juízes Conselheiros têm levado a bandeira do Tribunal de Contas de Angola pelos mais diversos palcos internacionais, onde se debatem os rumos da fiscalização financeira e da boa governação. Cada missão representa um passo firme na construção de um Tribunal mais robusto, mais global e mais preparado para os desafios do futuro.

Entre as jornadas mais marcantes, destacam-se:

- A representação do Tribunal na Conferência Internacional sobre Integridade, em Lima, onde se discutiram estratégias inovadoras para o combate à corrupção;
- A presença na Reunião da Organização das Comissões de Contas Públicas da SADC, consolidando o papel das entidades fiscalizadoras na construção de uma governação mais ética e transparente na região;
- A participação activa nos organismos essenciais para o fortalecimento das

Instituições Superiores de Controlo em África e no mundo, tais como a FROSAI-E (Organização Africana das Instituições Superiores de Controlo de Expressão Inglesa) e na INTOSAI (Organização Internacional das Instituições Superiores de Controlo);

- A participação do Tribunal de Contas na reunião inaugural e de assinatura dos Estatutos da JURISAI (organização das Instituições Superiores de Controlo com Poderes Jurisdicionais), na cidade marroquina de Casablanca;
- Missão de exploração junto do Tribunal de Contas do Estado de Tocantins, Brasil, com vista à obtenção de conhecimentos práticos sobre as soluções tecnológicas em uso no âmbito da execução de programas de educação e saúde infantil;
- A participação do Tribunal de Contas na reunião do Conselho de Auditores da União Africana (BoEA), na cidade tanzaniana de Arusha;
- A participação na Conferência de Gestão das Finanças Públicas, realizada pela Federação Pan-Africana de Contabilistas (PAFA), em colaboração com a União Africana e o Instituto de Contabilistas Verificados do Uganda, subordinada ao tema *Melhorar as Finanças Públicas em África Progressos e Perspectivas*.

Cada uma destas missões é mais do que um acto protocolar — é a afirmação de um compromisso com a excelência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.



## Intercâmbio Técnico e Formação Profissional

O conhecimento é o alicerce da evolução institucional, a ferramenta que transforma desafios em oportunidades e impulsiona o Tribunal de Contas de Angola para padrões cada vez mais elevados de eficiência e rigor.

Nestesentido,oTribunalteminvestidofortemente na capacitação contínua dos seus quadros, apostando em formações especializadas e missões técnicas que consolidam competências e aprimoram práticas. Entre as acções mais relevantes, destacam-se:

- **Workshops** sobre auditoria de desempenho e supervisão financeira, promovidos pela AFROSAI-E, capacitando equipas para um controlo financeiro mais apurado e eficaz;
- Auditorias externas em parceria com organismos internacionais, como a ONU e a União Africana, elevando o patamar da fiscalização angolana a padrões globais;
- Formação sobre liderança e gestão de recursos humanos, realizada em Lisboa e Pretória, promovendo uma visão mais moderna e estratégica da gestão institucional;
- Programas de aperfeiçoamento técnico em tribunais parceiros no Brasil, onde foram exploradas soluções inovadoras para o acompanhamento de programas de Educação e Saúde Infantil, ampliando a capacidade de monitorizar políticas públicas essenciais para o desenvolvimento nacional.

Cada iniciativa é um passo firme na direcção de um Tribunal mais preparado, mais eficiente e mais alinhado com os desafios do presente e do futuro.

O compromisso com a formação e o intercâmbio técnico não é apenas uma estratégia institucional — é um investimento na excelência e na construção de um legado de transparência, responsabilidade e boa governação.



## CITAÇÕES EM DESTAQUE

**“As finanças públicas são o espelho da confiança entre o Estado e o cidadão”.**

Dr. Sebastião Gunza

**“A troca de experiências com outros tribunais é um exercício de humildade e de grandeza, do qual todos saímos engrandecidos”.**

Dr. Sebastião Bessa



## Actuação Interna — Celebrando e Aprofundando a Identidade do Tribunal de Contas de Angola

### Comemoração do 23.º Aniversário do Tribunal de Contas de Angola

Na celebração do 23.º aniversário, o Tribunal de Contas de Angola ergueu-se em festa, uma celebração que reflecte a sua história, o seu presente e o seu futuro. Personalidades de alto relevo, como a Presidente do Tribunal Constitucional, Laurinda Cardoso, e a Ministra das Finanças, Dra. Vera Daves, abrilhantaram a ocasião, que homenageou o contributo essencial da instituição para o país.

### Visita da AFROSAI-E ao Tribunal de Contas de Angola (24 a 28 de Junho de 2024)

Em Junho de 2024, o Tribunal de Contas recebeu a visita da AFROSAI-E, uma presença que trouxe com ela um exame meticuloso da qualidade e da excelência, com o propósito de elevar os métodos e práticas de auditoria interna, rumo ao patamar da excelência.

### Cooperação para um Futuro Melhor

A internacionalização do Tribunal de Contas de Angola é um reflexo do seu compromisso com

a excelência, a transparência e a modernização dos seus processos, um verdadeiro ganho destes primeiros dois anos de mandato do Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Gunza. A cada conferência, a cada protocolo assinado, a cada auditoria conjunta realizada, a instituição reforça a sua posição como um actor fundamental no controlo das finanças públicas, não só em Angola, mas no mundo.

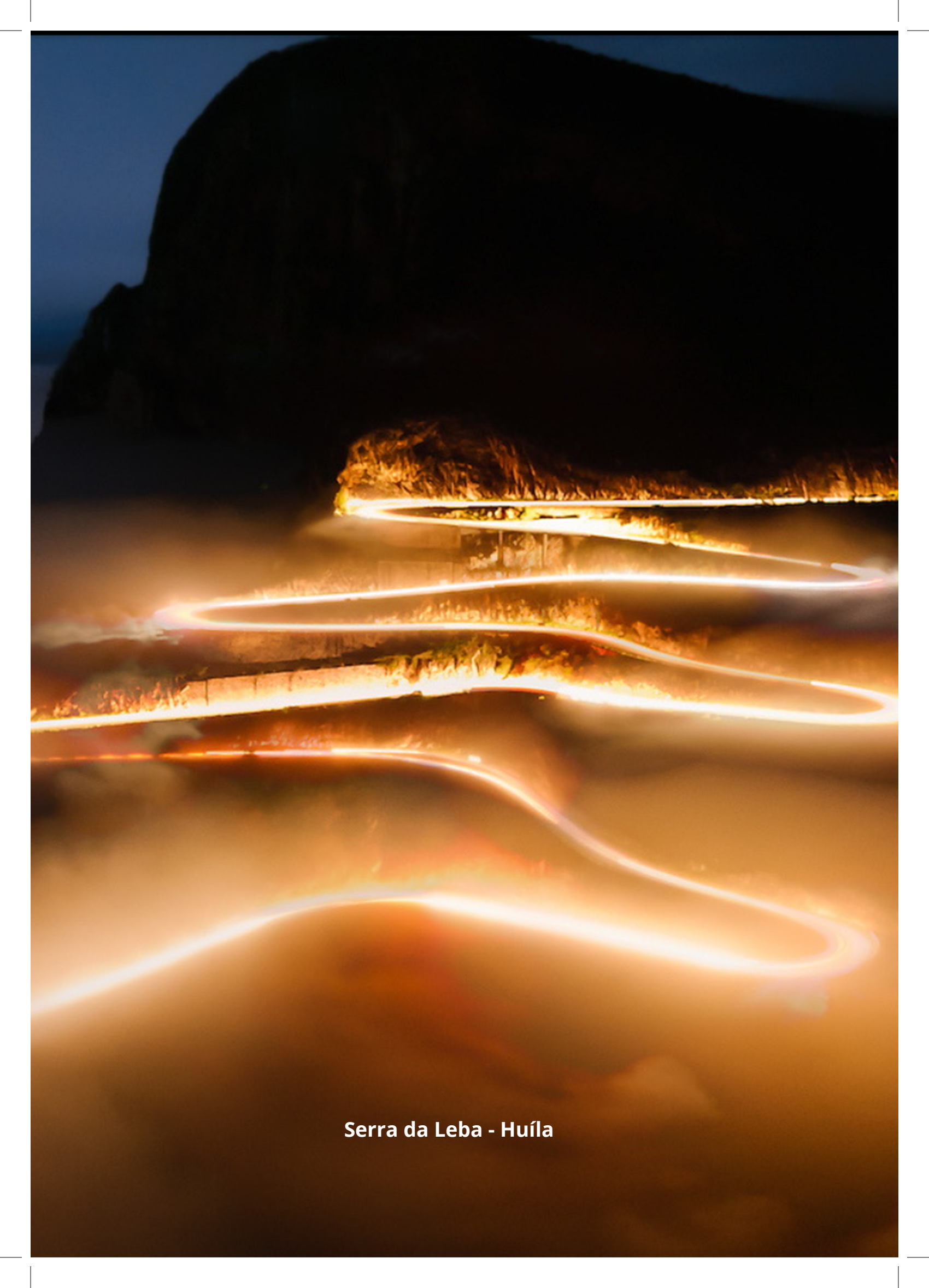
Acreditamos que o futuro da fiscalização financeira se constrói com diálogo, aprendizagem mútua e cooperação activa. E o Tribunal de Contas de Angola está, sem dúvida, a trilhar esse caminho com determinação e visão estratégica.

"A boa governança é o espelho de uma nação em paz consigo própria".

**Dr. Sebastião Gunza**

# 24 ANOS





A long-exposure photograph of a winding road at night. The road is illuminated by warm, yellow-orange lights, creating a series of bright, curved lines that follow the path of the road. The road curves through a dark, hilly landscape. In the background, a large, dark mountain rises against a dark blue sky. The overall scene is dramatic and atmospheric.

Serra da Leba - Huíla





## 7. “O Tribunal de Contas Está a Caminhar na Direcção Certa”.

### Entrevista exclusiva com o Juiz Conselheiro Joaquim Mande

Nesta conversa conduzida por Alexandre Cose, Coordenador da Equipa de Comunicação do Tribunal de Contas, o Juiz Conselheiro Joaquim Mande revela os bastidores do seu percurso na magistratura, os desafios da fiscalização financeira e as reformas essenciais para fortalecer a independência e eficiência da instituição. Como tem o Tribunal enfrentado os obstáculos na fiscalização das contas públicas? Que impacto tem tido na gestão dos recursos do Estado? E quais são as mudanças necessárias para o futuro?

A *Fluxos da Corte* dá ao leitor, a seguir, essa entrevista, que lança um olhar profundo sobre o presente e o futuro do órgão que zela pela transparência e boa governação em Angola.

Fluxos da Corte (FC) — Como foi o seu ingresso no Tribunal de Contas e quais os desafios que enfrentou nesse processo?

**Joaquim Mande (JM)** — Ingressei no Tribunal de Contas mediante concurso público curricular realizado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial para o preenchimento de cinco lugares de Juizes Conselheiros daquela augusta Corte, que se achavam vagos ou iriam vagar naquele já distante ano de 2017. Tinha acabado de cessar funções no cargo de Inspector-Geral da Inspeção-Geral da Administração do Estado.

24 ANOS

Fui um dos últimos a fazer a minha inscrição, já mesmo quase no final do prazo de entrega de candidaturas. Recordo-me, tão bem como hoje, que me desloquei ao Palácio da Justiça para saber onde funcionava o Conselho Superior da Magistratura Judicial e se ainda ia a tempo para fazer a inscrição. A recepcionista da entrada de pessoal visitante informou-me que era, salvo erro, no 8.º ou no 9.º andar. Lá chegado, tive a sorte de ser encaminhado para o Venerando Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo, agora jubilado, Dr. Augusto Carneiro, que era o Presidente do Júri do Concurso, quem me acolheu e me prestou esclarecimentos sobre o tempo já transcorrido do prazo de apresentação ou aceitação de inscrições, bem como a documentação mínima imediatamente necessária, cuja entrega deveria ser feita à Secretária de Direcção no Gabinete da Inspecção Judicial do Tribunal Supremo por ele chefiada.

O Concurso decorreu até Março de 2018, quando foram publicados os resultados finais, tendo eu ficado classificado em 45.º lugar, portanto, sem qualquer chance de ocupar uma das vagas. Mas logo se levantou uma onda de contestação pública contra aqueles resultados, quer por alguns concorrentes, quer pessoas directamente interessadas, quer ainda por instituições ou figuras da sociedade angolana (Magistrados, políticos, juristas, jornalistas, advogados, professores universitários, etc.).



Em face disso, o novo Presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Prof. Doutor Rui Constantino Ferreira, determinou a anulação daquele Concurso e a abertura de um novo Procedimento concursal, cuja realização obedeceu a um formalismo mais célere. Arrisquei-me a uma nova candidatura. Felizmente, desta vez, fiquei classificado em 3.º lugar, e mereci ocupar uma vaga de Juiz Conselheiro, tendo tomado posse do cargo e exercício de funções no dia 18 de Junho de 2018.

FC — Que dificuldades encontrou ao assumir o cargo de Juiz Conselheiro e como superou esses desafios?

JM — Os desafios foram imensos, mas não alarmantes, pois eu já possuía experiência profissional de seis anos como Magistrado Judicial no foro militar, o tempo (cerca de 31 anos) que servi como técnico e Inspector-Chefe no Gabinete do Ministro de Estado para a Esfera de Inspecção e Controlo Estatal (1986-1992) e depois como Inspector-Geral da Inspecção-Geral da Administração do Estado (1992-2017), colaborando estreitamente quer com a Procuradoria-Geral da República quer com o próprio Tribunal de Contas deram-me *background* suficiente para encarar com muita calma e optimismo os novos desafios que se me colocaram e que fui vencendo dia após dia. Desde logo, o readaptar-me ao traje profissional do foro, o estudo mais profundo e cuidado da Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas e legislação complementar, para a boa e correcta administração da justiça financeira, pois eu dominava o foro criminal na Justiça Militar e o procedimento administrativo na actividade inspectiva da Inspecção-Geral do Estado; não conhecia o numeroso pessoal responsável, técnico e administrativo da Corte de Contas, não dispunha ainda de pessoal

próprio de apoio em secretariado e consultoria técnica. Trabalhei com as duas funcionárias que serviram a Veneranda Juíza Conselheira Jubilada Ana Chaves, mantendo-se uma delas até hoje, pois a outra foi levada pela Veneranda Juíza Conselheira Vice-Presidente. Depois, recrutei e requisitei funcionários da Inspeção-Geral do Estado e da Provedoria de Justiça e do próprio Tribunal para preencher o quadro de pessoal do meu Gabinete.

FC — Pode partilhar algumas das decisões mais marcantes da sua trajectória no Tribunal de Contas?

**JM** — No trabalho jurisdicional, comecei por estudar algumas Decisões e Resoluções que a Veneranda Juíza Conselheira Ana Chaves me cedera para compreender a estrutura formal daqueles actos e a doutrina nelas vertida, bem como o alcance técnico das mesmas. Em resultado da conjugação de esforços com os demais Juízes Conselheiros encontrei o meu próprio caminho, que vou trilhando até hoje, aprimorando a cada dia as minhas decisões e projectos de Resoluções para qualquer modalidade de fiscalização e controlo orçamental ou em sede de processos de recurso.

De recordar que tivemos uma formação inicial básica, ministrada pelos colegas mais antigos, e somente em 2022 tivemos oportunidade de ir fazer uma visita de trabalho e de estudo ao Tribunal de Contas de Portugal, do qual também colhemos algum ensinamento prático. Concluindo, foi caminhando que se fez o caminho.

Marcaram profundamente a minha actuação jurisdicional a primeira decisão de baptismo, que foi a concessão do Visto ao Contrato de Empreitada de Obras Públicas de Reabilitação,

Ampliação e Apetrechamento do antigo Hospital Sanatório de Luanda, transformado em Instituto de Complexo Hospitalar de Doenças Cardiopulmonares Cardeal Dom Alexandre do Nascimento; Hospitais Provinciais, Gerais e Municipais do Sistema Nacional de Saúde e dos Hospitais Militares Principal de Luanda, Instituto Superior e Institutos Regionais de Cabinda, Huambo e Moxico, os Institutos Pediátrico Hematológico de Luanda e do Huambo, de Reabilitação, Ampliação e Apetrechamento da Sala de Reuniões do Conselho de Ministros (cuja despesa gerou polémica pública), Estádio de Futebol das Cacilhas no Huambo, Processos de *Eurobonds* cuja tramitação é deveras meticulosa e tecnicamente desafiante, Projecto do Corredor do Lobito, Base Naval do Soyo, Projecto do Grupo Carrinho, Centro de Vigilância Marítima de Luanda, etc.

O momento mais marcante foi a *renúncia* da ex-Juíza Conselheira Presidente do Tribunal, em que tivemos de assegurar o funcionamento normal da Corte de Contas debaixo de uma humilhante suspeição geral de corrupção de todo o corpo de Juízes do Tribunal de Contas. Foi horrível, mas mantivemos acesa a chama da jurisdição financeira e superámos a crise então criada.

FC — Como avalia a evolução da sua actuação jurisdicional desde a sua entrada até ao momento actual?

**JM** — A minha formação académica e profissional, alimentada pelo permanente estudo individual da legislação, revistas e bibliografia estrangeira sobre as Cortes ou Tribunais de Contas deu-me uma visão mais alargada e sólida sobre a importância e o *papel insubstituível* do nosso Tribunal, permitindo-me dar a minha modesta contribuição aos trabalhos de elaboração de propostas de revisão pontual/global da LOPT,



Regulamentos de Fiscalização Preventiva, Concomitante e Sucessiva e outros ( Normas de Tramitação Processual, Regulamento do Cofre Privativo do Tribunal, de Taxas de Emolumentos, Regime de Carreiras Profissionais do Pessoal, novo Quadro de Pessoal e Regulamento do Traje Profissional dos Juizes), uns já aprovados e em vigor e outros a aguardar por aprovação do Plenário ou do Executivo.

FC — Quais são os principais obstáculos que o Tribunal de Contas enfrenta na fiscalização das contas públicas?

**JM** — Os principais obstáculos que se colocam ao Tribunal na fiscalização das contas públicas são:

- Exiguidade de Juizes formados na especialidade de finanças públicas;
- Inacessibilidade **online** dos Serviços competentes do Tribunal a todos os perfis do Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado, pertencente ao Poder Executivo e sob o controlo do Ministério das Finanças. O Executivo restringe o acesso directo e aberto àquele Sistema Informático (Base de Dados) e a outros (de Gestão do Património do Estado, de Gestão Ambiental, de Gestão de Contratos Públicos, de Planeamento e Ordenamento Territorial, etc.) ao Tribunal de Contas, o que impede o conhecimento em tempo real e integral das transacções financeiras do Estado, da quantidade de bens e valor exacto do património público, do volume real de contratação pública;
- A falta de remessa e remessa intempestiva de contas pelos Gestores públicos das entidades sujeitas;

- O carácter facultativo da solicitação do Parecer à Conta Geral do Estado pela Assembleia Nacional ao Tribunal;
- A aprovação e votação da Conta Geral do Estado, relativa a cada Exercício Económico, pela Assembleia Nacional, de dois em dois anos, quando o desejável é que fosse anualmente, para não ser **extemporânea**;
- A propósito, revise-se o juízo crítico expresso ironicamente como o **jogo do gato e do rato** pela Veneranda Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes, Presidente da 2.ª Câmara do Tribunal, quando das Jornadas Comemorativas do 23.º Aniversário do Tribunal de Contas.

FC — De que forma o Tribunal tem procurado reforçar a sua organização e eficiência nos últimos anos?

**JM** — Nos últimos anos o Tribunal tentou robustecer a sua organização, melhorar a sua operacionalidade e reforçar as capacidades humanas dos seus funcionários para ganhar mais produtividade, eficiência e eficácia na sua acção. Para isso, aumentou o número de Juizes de nove para 13, esperando que venham a ser 17, foram elaborados Planos Estratégicos e Operacionais de Trabalho, admitiu mais pessoal técnico, de consultoria e administrativo; realizou várias acções de formação, dentro e fora do país, promoveu um intenso intercâmbio internacional com as instituições homólogas e congéneres globais, continentais e regionais; assinou e revitalizou vários acordos ou memorandos de cooperação com Tribunais de Contas de Portugal e do Brasil; iniciou, embora mal sucedido, a construção do seu próprio Sistema Integrado de Gestão, na senda da digitalização e resolução de processos com recurso a inteligência artificial; foi aumentado o espaço de trabalho para o pessoal com a obtenção de mais um andar no edifício-sede do Tribunal, dando mais

conforto aos funcionários da Contadoria-Geral, que praticamente laboravam em condições bastante precárias e insalubres; foram disponibilizados meios de transporte colectivo geral (dois autocarros, dois mini autocarros e duas vans) e de transporte pessoal para Chefes de Divisões e Secções (viaturas ligeiras). Por outro lado, foi exigido do pessoal uma rigorosa disciplina laboral, mais produtividade, maior urbanidade e transparência no exercício da função judicial. A par do referido anteriormente também promoveu a realização de Jornadas Científico-Técnicas de superior qualidade e valia, bem como se celebrou condignamente a data comemorativa da institucionalização do Tribunal, tendo-se aproveitado a ocasião para o lançamento da edição primeira da sua revista.

No que respeita à fiscalização preventiva, a implementação do Juiz de Turno, em Junho de 2023, foi um salto qualitativo de grande alcance na celeridade de apreciação e decisão de processos de visto. Outro último ganho foi a reorganização da Direcção do Serviço de Comunicação Institucional e Imprensa, cujo trabalho está em franca e progressiva melhoria.

FC — Qual tem sido o impacto da fiscalização financeira do Tribunal na melhoria da gestão pública em Angola?

**JM** — A acção fiscalizadora do Tribunal de Contas tem tido resultado bem palpável, não só nas obras públicas modernas que vemos a ser erguidas, apetrechadas, comissionadas, inauguradas e colocadas ao serviço das populações nos centros urbanos e nas comunidades rurais, mas também em muitos serviços sociais (educação e ensino, saúde, habitação, emprego, transporte, previdência, justiça, etc.) prestados aos cidadãos, que reflectem a actividade desenvolvida pelo

Tribunal, pois que isto tudo passa pela verificação prévia, concomitante ou sucessiva do Tribunal.

Por outro lado, a efectivação de responsabilidade financeira exercida pelo Tribunal de Contas impele os gestores públicos a uma maior diligência no exercício das suas funções, porque ninguém quer ser apanhado envolto na malha da jurisdição financeira por má aplicação dos fundos públicos cuja administração lhe haja sido confiada em razão do seu cargo.

FC — Como avalia a mudança de postura dos gestores públicos perante a acção fiscalizadora do Tribunal?

**JM** — Hodiernamente, vemos governantes e gestores públicos preocupados em submeter os contratos públicos dos sectores que dirigem ao Tribunal de Contas para verificar se está tudo em conformidade com a lei, às vezes, até contratos que estão excluídos da fiscalização prévia. E quando lhes são arbitradas multas em sede da fiscalização sucessiva, pagam-nas voluntariamente à primeira notificação ou citação. Ora, essa nova mentalidade ou cultura de respeito, prestação de contas e de responsabilidade pela gestão da coisa pública é resultado também da acção fiscalizadora do Tribunal, representando também o seu contributo na prevenção e combate à corrupção. É, portanto, um ganho, lento, mas real.

FC — Na sua opinião, qual é a importância da fiscalização preventiva e que desafios tem enfrentado?

**JM** — A fiscalização preventiva é a modalidade primaz do controlo exercido pela jurisdição financeira, porque serve de primeiro crivo da aplicação eficiente, económica e eficaz dos sempre escassos recursos públicos. É também a modalidade que mais *irritantes* tem criado com o Poder Executivo.

FC — Como tem sido a relação entre o Tribunal de Contas e o Poder Executivo no âmbito da fiscalização preventiva?

**JM** — O Poder Executivo tem procurado conjugar a execução de projectos de investimento público com a sua agenda política, em razão do seu mandato de governo. Geralmente, tem pressa em implementar as acções correspondentes aos seus projectos, que têm de estar inscritos quer no Plano Nacional quer no Orçamento Geral de cada Exercício Económico. A execução das referidas acções demanda a realização de procedimentos de contratação pública, sob vários tipos concursais legalmente fixados, que culminam na celebração de contratos públicos. Em razão da matéria e do valor da despesa correspondente a cada contrato e nos termos da Lei do Orçamento Geral de cada Exercício Económico, tais contratos são submetidos à fiscalização preventiva do Tribunal, salvo raras excepções legais.

Na revisão pontual da LOPTC, operada pela Lei n.º 19/19, de 14 de Agosto, os contratos de pessoal e aqueles resultantes de procedimentos de contratação simplificada em função de critérios materiais e por motivos de urgência imperiosa não imputáveis à entidade pública contratante foram excluídos dessa modalidade de fiscalização e transportados para a fiscalização concomitante, uma nova modalidade então criada.

O prazo legal máximo para a acção de fiscalização preventiva é de trinta dias, que, não poucas vezes, se mostra exíguo para a resolução de processos de certa complexidade técnica e que representam encargos financeiros avultadíssimos para o Estado, acrescido o facto de que frequentemente os processos vêm deficientemente instruídos pelas Entidades Públicas Contratantes.

O Executivo acha que essa modalidade de fiscalização constitui um embaraço para si, um agente retardador da dinâmica de implementação da sua carteira de projectos de investimento público, e então pressiona *forte e feio* o Tribunal, do que têm resultado os chamados *irritantes*, aos quais o Tribunal soube responder sempre com serenidade, prudência e sabedoria.

Até agora, estou firmemente convencido de que é uma modalidade indispensável, embora haja vozes de iluminados políticos que a julgam descartável ou dispensável, contra a esmagadora opinião global da comunidade dos Tribunais de Contas.

FC — Em que ponto se encontra o processo de modernização tecnológica do Tribunal e quais são as próximas metas?

**JM** — O Tribunal de Contas de Angola ainda não tem montado o Sistema Integrado de Gestão Processual e não beneficia da inteligência artificial na verificação técnica preliminar e na resolução ou tomada de decisão jurisdicional. Tem simplesmente a funcionar o serviço de digitalização, que permite ao Juiz e aos Auditores e Contadores visualizar electronicamente os processos em tramitação e que estejam a seu cargo para estudá-los mesmo antes de lhes chegarem às mãos. Outras tecnologias de recente utilização são as ferramentas *Team* e *One Drive*, que permitem a digitação vocal (por microfone),



mais rápida de documentos e a visualização de processos e correspondência em computadores portáteis em qualquer lugar onde o Juiz ou o Técnico responsável pelos mesmos se encontre, desde esteja conectado uma rede de *internet*, ou ainda o *Zoom*, que possibilita a participação em *workshops*, seminários, conferências ou reuniões plenárias quer do Tribunal quer de outros organismos, no país ou no estrangeiro. Não é o suficiente, mas é um grande passo dado.

FC — Que reformas considera essenciais para o fortalecimento do Tribunal de Contas?

**JM** — Sinto e vejo necessidade de mais reformas, estando a maior parte já plasmadas nos projectos de propostas de revisão global da Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas elaborados e em finalização de aprovação pelo Plenário, no quadro mesmo da actividade da Comissão de Reforma da Justiça. Um dos pontos-chave dessa importante revisão é o domínio do autogoverno do Tribunal de Contas. O Tribunal tem de se libertar do Executivo, nessa matéria. Tem de ter poder para aprovar não só os seus regulamentos e instruções, mas também do regime de admissão e gestão de pessoal, definição de carreiras, autonomia financeira (autonomia real, não de papel) e melhor estatuto remuneratório.

Por outro lado, tem de ter acesso directo e integral a todas as bases de dados financeiros dos organismos do Poder Executivo, ainda que seja por níveis de hierarquia dos dirigentes e chefes do Tribunal de Contas.

FC — Qual a sua visão para o futuro do Tribunal de Contas?

**JM** — Acredito que o Tribunal de Contas é uma instituição perene, mesmo que alguém venha, no futuro, a mudar-lhe a denominação. O Tribunal vai modernizar-se, vai ter juízes, auditores, verificadores e contadores mais jovens, mas com elevadas qualificações académicas e profissionais (Professores Doutores e Mestres), especializados em direito, finanças públicas, auditoria, engenharia, etc.

Para o seu fortalecimento considero essencial o autogoverno, a transparência na sua acção e gestão, a formação e capacitação permanente dos seus quadros, a integridade dos seus juízes e funcionários, a digitalização processual e a utilização da inteligência artificial, entre outras medidas já acima sugeridas.

FC — De que forma a independência do Tribunal pode ser melhor assegurada?

**JM** — A independência consiste exactamente em o Tribunal não ter de receber nem aceitar quaisquer instruções do Poder Executivo sobre como deve resolver este ou aquele processo. Os juízes sabem quando e como resolver qualquer processo, porque isso está na lei. O Tribunal aprova o seu Plano de Trabalho, executa-o e depois apresenta o seu Relatório Anual de Actividades e remete um exemplar a quem couber, nos termos da lei. O mesmo se dirá do seu Orçamento. A independência já está consagrada na Constituição da República e na Lei Orgânica. Costuma é, amiúde, ser desrespeitada pelo poder político, a ponto de se chegar a pretender afastar os juízes dos seus cargos, por razões obscuras, utilizando-se ironicamente o próprio Conselho Superior da Magistratura Judicial. Esse é que é o nosso drama. No Estado Democrático e de Direito, isso nunca deve acontecer, mesmo que seja num Tribunal eminentemente político, em que os juízes são providos por escolha ou

indicação pessoal deste ou aquele titular de órgão de soberania do Estado.

FC — Como garantir a credibilidade da instituição perante a sociedade angolana?

**JM** — Quanto à credibilidade do Tribunal, considero ser necessário garantir-se a transparência no desempenho da sua actividade, a honestidade dos seus quadros, a integridade dos juízes, a divulgação dos seus relatórios de actividades administrativas e jurisdicionais, a discussão partilhada com a sociedade civil (nas escolas, ordens e associações profissionais, gestores públicos, deputados, instituições militares e policiais, etc.) dos resultados da actividade desenvolvida, sobretudo da fiscalização, do controlo da execução do OGE e da efectivação de responsabilidades financeiras.

Os gestores públicos têm de ser criteriosamente seleccionados pelo Executivo entre candidatos que tenham passado pela Escola de Administração e Políticas Públicas, e o Tribunal deve manter a ministração de seminários aos mesmos.

**Como avalia a relação do Tribunal de Contas com outras instituições do Estado no contexto da boa governação e transparência?**

**Políticas Públicas e Desenvolvimento Nacional**

FC — Como o Tribunal de Contas pode contribuir para garantir a boa aplicação dos recursos públicos em sectores prioritários?



materiais. Muitos contratos de grande valor, na saúde e educação, estão a escapar da fiscalização preventiva, por não estarem sujeitos à preventiva, e outros contratos de empreitadas de infra-estruturas são iniciados sem visto do Tribunal e depois remetidos com pedidos de fiscalização concomitante, quando na verdade devem ser fiscalizados preventivamente. Ora, isso pode suscitar conflitos entre o Executivo e o Tribunal, e cria situações legalmente embaraçosas.

**JM** — Para se aquilatar que determinados fundos destinados a programas sociais são utilizados criteriosamente e em benefício real da população é preciso auditar esses programas e recolher a opinião das populações beneficiárias, tal como se deve fazer com o orçamento participativo. É o chamado *controlo social*.

Em termos de avaliação, devo dizer, a relação do

FC — Que medidas podem ser adoptadas para reforçar a fiscalização e evitar falhas na execução de programas sociais?

Tribunal de Contas com as outras instituições do Estado no esforço da promoção da boa governação e da transparência é boa, apesar dos *irritantes* de percurso, mas ela tenderá para a excelência ser for observada a independência na actividade jurisdicional, o autogoverno, a real autonomia financeira do Tribunal e o acesso directo e integral em tempo real ao SIGFE e outras bases de dados, para a fiscalização da execução orçamental.

**JM** — O que tinha para as considerações finais ficou dito nas entrelinhas.

O Tribunal de Contas tem um Presidente jovem e experimentado em liderança e na fiscalização administrativa e financeira, para além da sua apurada técnica de investigação de ilícitos criminais, financeiros e patrimoniais. Foi a melhor aposta feita pelo Presidente da

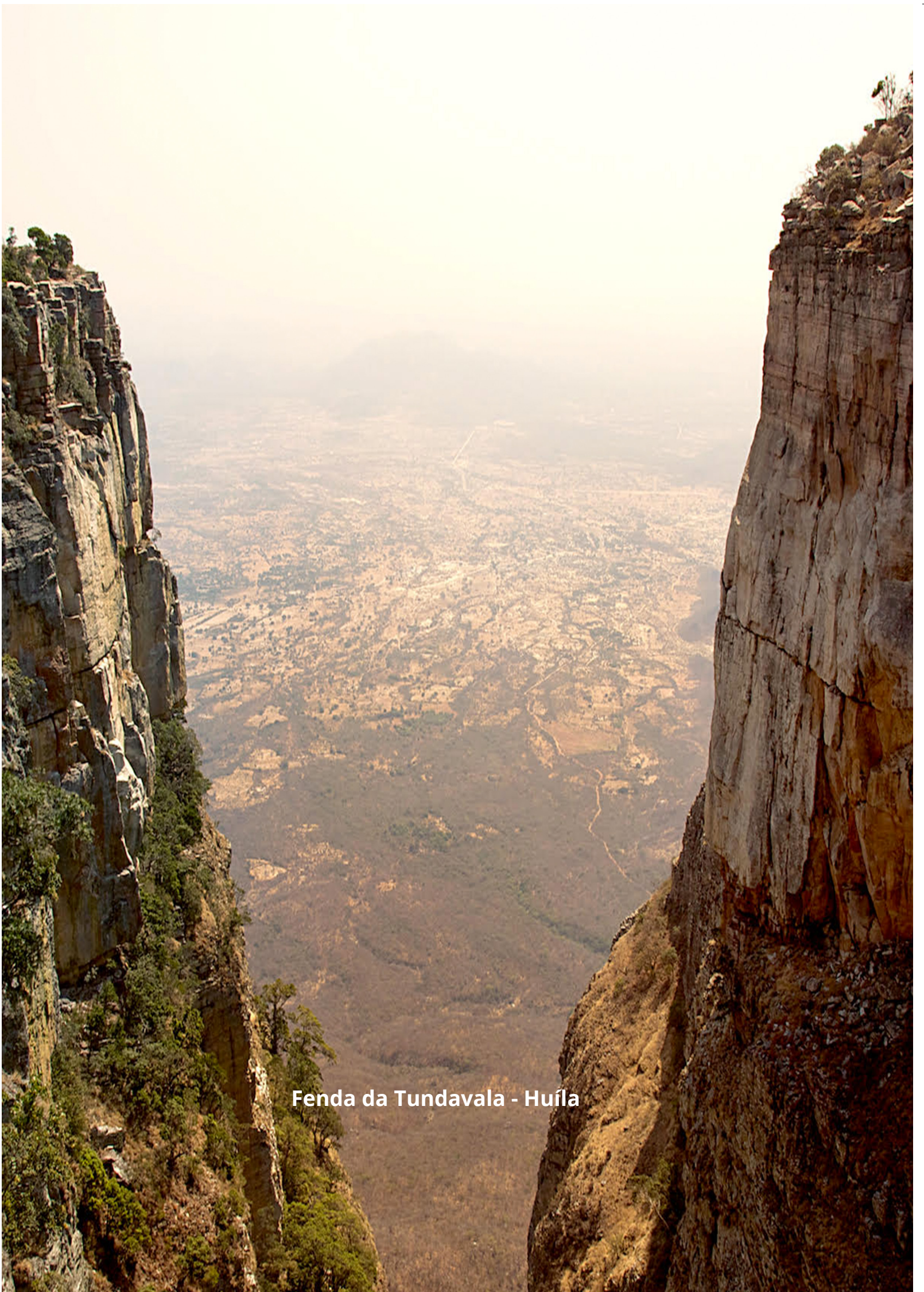
e em condições de assegurar o importante e *insubstituível* papel de fiscalização da legalidade das finanças públicas, para que o país tenha contas certas e sustentáveis e possa garantir a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos e os seus direitos económicos e sociais fundamentais.

Muito obrigado pela leitura feita. Lamento ter tido pouco tempo para elaborar as respostas ao questionário que me foi apresentado, esperando bem que valham alguma coisa.

FC — Que mensagem gostaria de deixar sobre o actual momento do Tribunal de Contas e as perspectivas para o futuro?

República ao colocá-lo como Juiz Presidente, depois da ocorrência daquilo a que atribui o nome de *Desastre da Ponte das Barcas*, que levou à renúncia do cargo a antiga Juíza Presidente. Portanto, a sociedade angolana deve estar tranquila e confiante de que o Tribunal de Contas está a caminhar na direcção certa





Fenda da Tundavala - Huíla



## 8. A Construção do Saber — Reflexões Técnicas e Académicas

A celebração dos 23 anos do Tribunal de Contas de Angola, marcada pela primeira grande conferência internacional foi um grande momento de afirmação da Instituição Superior de Controlo de Angola. O evento, realizado no Palácio da Justiça, em Luanda, reuniu representantes de Tribunais de Contas de vários países, membros do Governo, legisladores, operadores do direito financeiro, entre muitos outros profissionais e estudantes.

A conferência foi um palco vibrante de debates e partilha de conhecimento. Discutiram-se os desafios emergentes e as melhores práticas para tornar a fiscalização das finanças públicas ainda mais rigorosa e eficaz. Esta nova era de modernização e eficiência coloca o Tribunal de Contas de Angola na vanguarda do controlo financeiro do Estado.

Todas as apresentações que a seguir resumimos numa breve referência, bem como as demais que, por razões de espaço, não puderam ser aqui destacadas, encontram-se integralmente reunidas no n.º 2 da Revista Científica do Tribunal de Contas.

A publicação desta edição, em 2025, reveste-se de especial significado, ao assinalar os 24 anos de existência do Tribunal de Contas, reafirmando o compromisso desta instituição com a difusão do conhecimento, a transparência e o fortalecimento da fiscalização financeira pública.



24 ANOS



### **O Controlo da Actividade Contratual Pública e a Boa Administração**

O jurista Carlos Feijó trouxe uma reflexão essencial sobre o controlo das decisões administrativas no âmbito da contratação pública. Defendeu que o Tribunal de Contas não deve limitar-se à verificação da legalidade estrita, mas deve também avaliar a racionalidade económica e a proporcionalidade das escolhas feitas pelos gestores públicos.

A sua intervenção sublinhou a importância de uma fiscalização externa que vá além do mero cumprimento formal da lei, assumindo um papel activo na melhoria da qualidade da gestão pública e na promoção de uma administração mais eficiente, transparente e responsável.



### **O Controlo Externo na América do Sul**

O Dr. César Miola, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e Vice-Presidente do Instituto

Rui Barbosa (IRB), traçou um panorama abrangente sobre a fiscalização financeira na América do Sul.

Na sua intervenção, enquanto membro do Conselho Deliberativo da ATRICON, destacou o modelo brasileiro, que combina a actuação dos tribunais de contas e das controladorias como mecanismos complementares para garantir maior eficiência e transparência na gestão pública.

Sublinhou ainda que a prevenção e o envolvimento da sociedade são pilares fundamentais para uma fiscalização externa mais efectiva, reforçando a necessidade de um intercâmbio mais estreito de boas práticas

entre os Tribunais de Contas de Angola e do Brasil.



### **As Recomendações nas Decisões e Vistos do Tribunal de Contas**

O Juiz Conselheiro Armindo Jelembe, do Tribunal de Contas de Angola, destacou a importância

das recomendações emitidas pela Corte, não apenas como correcção de falhas, mas como verdadeiros guias para uma administração pública mais eficiente e responsável.

Com a experiência de quem acompanha de perto a fiscalização das finanças do Estado, sublinhou o papel fundamental do visto prévio, que não se limita a um acto burocrático, mas representa uma salvaguarda essencial para proteger o erário público. Ao prevenir desperdícios e assegurar a legalidade e eficácia dos contratos, o Tribunal não apenas corrige, mas antecipa soluções e promove boas práticas na gestão dos recursos do País.



### **A Teoria da Administração e os Desafios do Futuro**

O Professor António Gameiro trouxe uma reflexão abrangente

e inspiradora sobre a evolução da gestão pública, sublinhando a urgência da modernização dos mecanismos de controlo financeiro.

Com a visão de quem acompanha de perto as transformações do sector, destacou o impacto positivo da digitalização da administração pública, um fenómeno que tem vindo a revolucionar a forma como o Estado gere os seus recursos. Defendeu que um Tribunal de Contas inovador e preparado para os desafios tecnológicos é



essencial para garantir uma fiscalização eficaz e adaptada às novas dinâmicas da governação electrónica.

A sua intervenção reforçou a necessidade de que o controlo externo evolua lado a lado com as mudanças tecnológicas, adoptando ferramentas mais sofisticadas de monitorização financeira, capazes de assegurar maior transparência, eficiência e responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos.



### **O Orçamento do Estado como Pilar da Gestão Financeira**

A Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes trouxe uma

análise lúcida e perspicaz sobre o papel central do Orçamento Geral do Estado na arquitectura financeira do País. Com a profundidade que lhe é característica, destacou que a execução orçamental não deve estar presa a modelos rígidos e desactualizados, mas sim ser flexível e capaz de responder às necessidades reais da sociedade.

Na sua intervenção, sublinhou que um controlo rigoroso da execução orçamental, aliado a uma cultura de transparência e prestação de contas, é essencial para assegurar uma gestão eficiente dos recursos públicos e, consequentemente, garantir um desenvolvimento sustentável e equitativo para o País.

A sua exposição reforçou a importância de um Tribunal de Contas vigilante, que não apenas fiscaliza mas também orienta a governação financeira para a adopção de boas práticas, sempre com o foco no bem-estar da população e na prosperidade nacional.



### **Fiscalização Concomitante — Resultados e Benefícios**

O então Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, Dr. José Tavares, destacou com clareza e profundidade a

importância da fiscalização concomitante como um instrumento de vanguarda no controlo das finanças públicas. Explicou que esta abordagem, amplamente implementada em Portugal, permite detectar e corrigir eventuais desvios ainda durante a execução dos contratos públicos, evitando danos ao erário e promovendo maior eficiência na gestão dos recursos.

A experiência portuguesa demonstrou que a fiscalização concomitante não apenas reduz irregularidades, mas também fortalece a confiança nas instituições, ao assegurar que os gastos públicos sejam conduzidos com transparência e rigor.

Inspirado por esta visão, o Tribunal de Contas de Angola tem vindo a reforçar o seu compromisso com a modernização dos seus mecanismos de controlo, adoptando metodologias mais céleres e eficazes. A aposta nesta abordagem traduz-se num sistema de fiscalização mais dinâmico, que alia rigor técnico à capacidade de prevenir falhas antes que estas se consolidem, garantindo, assim, uma gestão financeira cada vez mais responsável e sustentável.



### **A Experiência do Tribunal de Contas do Brasil na Fiscalização das Políticas Públicas**

O Ministro Conselheiro Benjamin Zymler, do

Tribunal de Contas da União, Brasil, trouxe uma reflexão enriquecedora sobre a evolução do controlo das políticas públicas, sublinhando que a fiscalização contemporânea deve ir além da análise meramente financeira. O também

Secretário-Geral da OISC/CPLP defendeu que o verdadeiro impacto do controlo externo reside na avaliação da eficácia das decisões governamentais e na forma como estas transformam a vida dos cidadãos.

A experiência brasileira demonstrou que um Tribunal de Contas comprometido com a boa gestão não se limita a identificar falhas, mas actua como um agente de aperfeiçoamento da administração pública, assegurando que cada recurso seja aplicado com critério, justiça e transparência.



### **Transformação Digital no Controlo das Finanças Públicas**

O então Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

(TCEB), Dr. Inaldo Araújo, trouxe à reflexão um tema incontornável no panorama actual da fiscalização pública: a revolução digital e o impacto da inteligência artificial (IA) no controlo das contas do Estado.

Na sua intervenção, o também Director da escola de formação do TCEB e Vice-Presidente para Auditoria do IRB destacou o ***Sistema Mirante***, uma ferramenta inovadora implementada no Brasil, capaz de cruzar dados em larga escala para identificar, com precisão e celeridade, irregularidades em contratos, fraudes em licitações e situações de acumulação indevida de cargos públicos.

O Tribunal de Contas de Angola, atento aos avanços tecnológicos e ao seu potencial transformador, inspira-se nestas experiências para impulsionar uma modernização estruturada dos seus mecanismos de controlo.

## **8.1. As Segundas Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal de Contas — Um Novo Patamar na Reflexão Sobre o Controlo Externo**

As Segundas Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal de Contas de Angola, realizadas a 27 e 28 de Novembro de 2024, consolidaram-se como um marco na reflexão sobre o controlo externo das finanças públicas. Sob o lema ***Desafios do Controlo Externo das Finanças Públicas: O Papel das Instituições Superiores de Controlo no Futuro***, o evento reuniu especialistas nacionais e internacionais, promovendo um debate estratégico sobre o futuro da fiscalização e o fortalecimento das instituições superiores de controlo (ISC).

### **Independência, Transparência e Responsabilização**

A Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes abordou os desafios da fiscalização financeira até 2040, destacando a necessidade de garantir independência institucional e financeira aos Tribunais de Contas. Referiu-se ao relatório do Comité da INTOSAI, que identificou sete tendências que moldarão o futuro das ISC, incluindo a erosão da confiança nas instituições, a crise da dívida pública, a digitalização dos governos e as mudanças climáticas. Sublinhou ainda que a estabilidade dos mandatos e a autonomia de recursos são pilares essenciais para um controlo externo eficaz e livre de interferências políticas.



### **Tecnologia e Modernização no Controlo Externo**

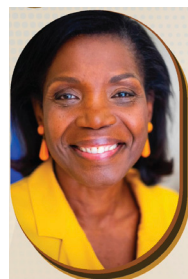
A inteligência artificial e as novas tecnologias dominaram o debate. O Dr. Luís de Matos

Gonçalves, Presidente do Tribunal de Contas de Tocantins, Brasil, destacou o impacto da

digitalização e da IA na fiscalização pública, enquanto o Dr. Inaldo Paixão Araújo, do Tribunal de Contas da Bahia, apresentou modelos inovadores de auditoria automatizada para detecção de fraudes. Já o Dr. Ricardino Costa Alegre, Presidente do Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe, defendeu o uso da tecnologia **blockchain** como ferramenta de transparência e rastreabilidade na gestão financeira do Estado.

O Professor António Gameiro reforçou a importância da cidadania digital, destacando o papel dos cidadãos na fiscalização das contas públicas, enquanto o Professor Eduardo Paz

Ferreira, da Universidade de Lisboa, alertou para a necessidade de maior participação da sociedade civil no controlo da despesa pública.



### **Fortalecimento das Instituições de Controlo**

A ex-Ministra da Justiça de Portugal, Francisca Eugénia Van Dúnm, destacou o papel do Ministério Público

na fiscalização financeira, sublinhando que o combate à corrupção exige um sistema de justiça forte e independente.

O Juiz Conselheiro Armindo Jelembi enfatizou a importância das recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas, defendendo um acompanhamento rigoroso das orientações para melhorar continuamente a administração pública.





Capela do Museu da Escravatura - Luanda

## 9. A Revista Científica do Tribunal de Contas: Um Instrumento de Divulgação Científica e Memória Institucional

Ao assumir as funções de Presidente do Tribunal de Contas de Angola, em Junho de 2023, o Dr. Sebastião Domingos Gunza lançou um olhar visionário sobre o futuro da fiscalização financeira. Entre os seus compromissos, emergiu com força a ideia de uma publicação científica, um repositório de saber que transcendesse o mero registo técnico e se tornasse um espaço vivo de reflexão, partilha e aprofundamento.

- A proposta não era apenas um projecto editorial, mas um desafio intelectual e institucional;
- Aprofundar o estudo sobre finanças públicas, auditoria e controlo externo;
- Apoiar a tomada de decisões informadas na gestão financeira do Estado;
- Fortalecer a transparência e a prestação de contas na administração pública;
- Criar um ponto de encontro entre académicos, magistrados, gestores públicos e a sociedade civil.

O desafio foi acolhido com entusiasmo e elevado a compromisso institucional, ratificado pelo Plenário do Tribunal de Contas. Assim, no dia 12 de Março de 2024, nasceu a **Revista do Tribunal de Contas**, um marco na cultura jurídica e financeira, erguendo-se como um instrumento essencial para a transparência e excelência na gestão das finanças públicas.

Um mês depois, a 12 de Abril de 2024, no contexto das celebrações do 23.º aniversário do Tribunal de Contas, a revista foi lançada oficialmente, consolidando-se como um espaço de produção e difusão de conhecimento técnico-científico, voltado para a modernização da fiscalização e o reforço da boa governação.

### Um Compromisso com a Boa Governação

Integrada no Plano Estratégico do Tribunal de Contas, esta iniciativa alinha-se com o seu primeiro objectivo estratégico, que visa o reforço da prestação de contas e a responsabilização na gestão das finanças públicas.

A **Revista do Tribunal de Contas** é uma propriedade exclusiva do Tribunal de Contas de Angola, órgão supremo de controlo da gestão financeira pública, e a sua administração financeira está a cargo do Conselho Administrativo do Cofre Privativo do Tribunal.

Contudo, esta publicação vai além da técnica e dos números. Mais do que um simples repositório de conhecimento especializado, a revista tem por missão aproximar o Tribunal de Contas da sociedade, criando um canal de diálogo em que o rigor da fiscalização se encontra com as necessidades dos cidadãos.

Aqui, ganha a sociedade. Ganha a transparência. Ganha a democracia.

A partir destas páginas, disseminam-se estudos, reflexões e boas práticas, consolidando-se um legado de saber e responsabilidade, que não apenas informa, mas inspira novas formas de pensar e gerir as finanças públicas.

A **Revista do Tribunal de Contas** não é apenas um documento — é um farol de conhecimento que ilumina o caminho da boa governação.

### Uma Publicação Estratégica para a Transparência e o Desenvolvimento

A edição inaugural da **Revista do Tribunal de Contas**, publicada a 12 de Março de 2024, assinalou o aniversário da instituição e reuniu um conjunto de artigos científicos e análises técnicas,

24 ANOS



elaborados por especialistas e magistrados de referência.

Entre os autores dos artigos científicos destacam-se:

- Adilson Augusto Policarpo Cardoso – *Comentário ao Acórdão 40/2019, de 15 de Outubro, do Tribunal de Contas de Portugal (Processo 2671/2019)*;
- Armindo Jelembi – *O Tribunal de Contas e a (possibilidade de) utilização da Inteligência Artificial*;
- Bruno da Costa – *Transparência e Boa Gestão Financeira: Fundamentos e implicações para a Gestão Pública*;
- Domingos Mariano – *A Auditoria de Desempenho como mecanismo de controlo externo da Administração Pública Angolana*;
- Elisa Rangel Nunes – *A Auto-Executoriedade das Decisões Condenatórias Definitivas pelo Tribunal de Contas como garantia da sua eficácia na Defesa do Erário*;
- Fausto Tavares de Carvalho Simões – *Desafios crescentes: um olhar profundo sobre fogos, queimadas e incêndios florestais no mundo e em Angola*;
- Gilberto de Faria Magalhães – *O parecer do Tribunal de Contas como contributo para a compreensão e melhoria da gestão financeira pública*;
- Glorita Quimila Biji e Helena Antunes – *A organização das instituições de controlo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*;
- Gonçalo da Silva Capilo Leitão – *A importância da comunicação estratégica na construção da confiança pública no Tribunal de Contas*;
- Janek Bastos – *Da natureza do Modelo de Controlo Externo em Angola*;
- José Joaquim Mateus Pessoa – *Afiscalização concomitante em Angola*;
- Sebastião Domingos Gunza – *O Tribunal de Contas a caminho do futuro*;

- Eduardo Rufino Menezes – *Tribunal de Contas: A caminho da transformação digital*;
- Câmia Magalhães – *As acções de capacitação*.



Além dos artigos científicos, a revista incluiu acórdãos relevantes e referência de natureza legiferante mais ou menos recente.

### Uma Iniciativa para a Memória e a Construção do Futuro

Neste ano de 2025, por ocasião do seu 24.º aniversário, o Tribunal de Contas lança a segunda edição da *Revista do Tribunal de Contas*, reafirmando o compromisso com a ciência, a memória e a inovação. O objectivo é transformar esta publicação numa tradição institucional, consolidando-a como um repositório de saber técnico e um legado documental, com impacto dentro e fora de Angola.

O Juiz Conselheiro Presidente, Dr. Sebastião Domingos Gunza, tem sido claro na sua visão: o conhecimento gerado nas Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal não pode perder-se no tempo. As exposições e os estudos apresentados são rigorosos, de elevado valor técnico e essencialmente transformadores.

Reunir estes artigos e apresentações num livro é dar corpo e permanência à produção científica e histórica do Tribunal de Contas, garantindo que este património intelectual seja preservado nos anais da Corte Angolana de Contas e sirva de referência para as gerações futuras.



### Um Legado de Conhecimento e Inovação

Grande parte dos artigos publicados nasce das Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal de Contas, eventos que promovem o pensamento académico, incentivam a troca de experiências e reforçam o papel do Tribunal como referência no controlo financeiro.

A Revista Científica do Tribunal de Contas de Angola é mais do que uma simples publicação – é um instrumento essencial para a promoção da transparência, do rigor técnico e da memória institucional.

Através dela:

- Divulgam-se as melhores práticas de fiscalização e controlo financeiro;
- Estimula-se o debate académico e valoriza-se a produção científica;
- Aprimora-se a gestão das finanças públicas, contribuindo para um Estado mais responsável e eficiente.

### Um Património Institucional para o Futuro

O propósito maior desta iniciativa não se esgota na sua periodicidade, mas no impacto que deixa na construção de um Tribunal mais forte, mais moderno e mais próximo dos cidadãos.

O objectivo é que esta publicação se torne um património institucional, um pilar fundamental para o desenvolvimento do sector público e para o fortalecimento da confiança dos cidadãos na actuação do Tribunal de Contas.

Porque conhecimento bem guardado não é estático – é uma chama que ilumina o futuro.

#### 9.1. A Revista Científica do Tribunal de Contas — Um Pilar da Transparência, Accountability e Boa Governação

A revista científica do Tribunal de Contas, que se chama *Revista do Tribunal de Contas*, é um projecto editorial estratégico que visa consolidar o conhecimento técnico e académico sobre finanças públicas, direito financeiro e controlo externo. Criada por resolução aprovada pelo

Plenário do Tribunal de Contas, a 12 de Março de 2024, a sua concepção responde a uma necessidade premente de documentação, investigação e divulgação científica no domínio da fiscalização da gestão financeira do Estado.

A revista insere-se no Plano Estratégico do Tribunal de Contas, alinhando-se com o seu primeiro objectivo estratégico, que visa contribuir para a boa governação, reforçar a prestação de contas e garantir a responsabilização na administração pública.

Ao escrever o seu Estatuto Editorial, o Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Domingos Gunza, sublinhou que o Tribunal de Contas controla a legalidade e a regularidade das receitas e despesas públicas, apreciando também a economia, a eficiência e a eficácia da gestão financeira pública. “É precisamente neste contexto que se compreende a pertinência da revista, que não só analisa a actuação do Tribunal, como investiga as suas potencialidades para a concretização do direito fundamental à boa administração pública”.

### Periodicidade e Formatos de Publicação

A Revista Científica do Tribunal de Contas foi concebida para ter uma periodicidade regular de seis meses, uma meta a ser alcançada quando as melhores condições técnicas estiverem plenamente criadas. No momento, a periodicidade da publicação tem sido anual, acompanhando o aniversário do Tribunal de Contas, celebrado a 12 de Abril.



# 24 ANOS

A revista é publicada em suporte físico, mas existe a possibilidade de uma edição digital simultânea, decisão essa que será tomada caso a caso pelo Conselho Editorial, ponderando as circunstâncias técnicas, financeiras e institucionais de cada edição.

A disponibilização da revista em formato digital alinha-se com as melhores práticas internacionais, permitindo uma maior difusão do conhecimento e acesso facilitado à informação por parte de académicos, magistrados, auditores, decisores políticos e a sociedade em geral.

### Um Recurso Essencial para a *Accountability*

A Revista Científica e Informativa do Tribunal de Contas tem como grande missão fornecer um retrato mais preciso sobre o direito financeiro, as finanças públicas e o seu controlo em Angola, constituindo-se como uma fonte de análise aprofundada e reflexão crítica sobre estas matérias.

Dada a amplitude e relevância dos temas abordados, estima-se que as potencialidades da revista interessarão a um vasto público, incluindo:

- Auditores e magistrados financeiros;
- Juristas e especialistas em direito público e financeiro;
- Académicos e investigadores;
- Decisores políticos e gestores públicos;
- Estudantes e profissionais da área económica e jurídica.

O objectivo central da revista é contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública e para o fortalecimento da *accountability*, promovendo a transparência e reforçando o direito fundamental à boa governação.

### A Produção Científica como Memória e Compromisso Institucional

Partindo do princípio de que o conhecimento gerado no âmbito das Jornadas Técnico-Científicas do Tribunal de Contas não deve ser desperdiçado, torna-se imperativo garantir a sua preservação e sistematização através da Revista Científica do Tribunal de Contas.

As exposições apresentadas nestas jornadas distinguem-se pelo rigor técnico e pelo elevado valor científico, constituindo um contributo inestimável para o aprofundamento das matérias relacionadas com a fiscalização e o controlo externo das finanças públicas.

Neste sentido, a reunião dos artigos e comunicações em livro consubstancia a produção de ciência e a construção da memória institucional do Tribunal de Contas, garantindo que este património intelectual fique registado nos anais da Corte Angolana de Contas e possa servir de referência para as futuras gerações e para todos quantos visitem a instituição.

Ao consolidar-se como um espaço de reflexão e de partilha de boas práticas, a revista reforça o papel do Tribunal de Contas como um actor central na defesa da legalidade e da boa governação em Angola.







## 10. O Tempo e a Justiça — A Voz da Juíza Conselheira Vice-Presidente Domingas Alexandra Garcia

Desde os primórdios do Tribunal de Contas de Angola, a Juíza Conselheira Vice-Presidente Domingas Alexandra Garcia tem sido guardiã do tempo e da justiça, testemunha e protagonista de uma instituição erguida sobre os alicerces da transparência e do rigor. O seu percurso iniciou em 1995, quando, jovem e determinada, integrou o primeiro corpo técnico do Tribunal, num tempo em que se lançavam as sementes de um futuro mais íntegro para a gestão pública.

Nesta entrevista exclusiva à revista *Fluxos da Corte — O Tribunal de Contas em Movimento*, conduzida por Mateus Gaspar, a Conselheira Domingas Garcia desvela memórias e desafios, fala da arte da perseverança e do peso da responsabilidade. Do seu olhar perspicaz brotam reflexões sobre o labor que é fiscalizar as contas da Nação, sobre a evolução do Tribunal ao longo dos anos e sobre a necessidade premente de modernização e aperfeiçoamento contínuo.

Com a sabedoria de quem percorreu as sendas da magistratura e da auditoria pública, a Juíza Conselheira lança luz sobre a importância das auditorias operacionais, sobre o valor do conhecimento e da formação, sobre o compromisso que deve nortear quem vela pelos bens do povo. É um testemunho feito de memória e de sonho, de passado e de porvir, de uma mulher que, com firmeza e poesia, traça os caminhos da justiça financeira em Angola.

Fluxos da Corte (FC) — A Dra. Domingas Alexandra Garcia fez parte do primeiro grupo de técnicos do Tribunal de Contas e fez parte da génese desta instituição. Começou como técnica, e pode dizer-se que chegou ao topo da carreira ao exercer o cargo de Juíza Conselheira Vice-presidente. Conte-nos um pouco deste percurso.

# 24 ANOS



**Domingas Garcia (DG)** — Comecei como técnica em 1995, depois de participar num concurso do Ministério da Justiça que visava preparar quadros para o futuro Tribunal de Contas. Estava no 4.º Ano da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, e nessa altura candidatei-me porque um dos requisitos era que fosse Bacharel em Direito ou Economia, sobretudo essas duas áreas do saber e, então, candidatei-me. Isso foi em Junho de 1995. Em Setembro, depois de apurada no concurso, fui seleccionada para fazer parte da primeira formação, do primeiro grupo de técnicos do Tribunal de Contas. A formação foi ministrada por técnicos do Tribunal de Contas de Portugal, que estavam em Luanda a dar apoio ao grupo técnico, encarregado de preparar a lei que criava o Tribunal de Contas de Angola. Essas formações eram regulares, mas o intervalo entre elas e a entrada em funcionamento efectivo do Tribunal (2001) fez com que muitos desistissem e fossem para outras áreas, por não haver garantias de que o Tribunal fosse arrancar, efectivamente. Eu fiquei! Era professora e tinha acabado de me formar, era uma área nova em que queria trabalhar e fiquei. Em 2000, depois da nomeação do 1.º Juiz Presidente indicado pela Assembleia Nacional, Dr. Julião António, este convocou os funcionários que tinham sido formados, mas apareceram poucos, porque já estavam noutras áreas como o Ministério das Finanças, Banco Nacional de Angola e Ministério da Justiça, e o Tribunal não oferecia garantias. Naquela reunião, o Presidente informou que estava a formar a equipa e que não havia nada, para além das instalações. Por isso, era necessário alguma paciência. Em 2001 fomos convocados para começar a trabalhar, entrei como verificadora de 1.ª Classe, na 3.ª Divisão e em 2005 passei para a 1.ª Divisão, que trata da Fiscalização Preventiva, onde fiquei até 2017, altura em que concorri para Juíza Conselheira. O concurso foi realizado, os resultados saíram em 2018, tomei posse no mesmo ano como Juíza Conselheira Vice-Presidente e cá estou... (risos)

FC — Quando olha para atrás depois deste percurso, o que é que sente?

**DG** — Sinto que houve uma grande transformação. O Tribunal de Contas evoluiu bastante. Começámos com três ou quatro Divisões (hoje existem oito, só dos Serviços Técnicos), cada uma delas com três ou quatro funcionários. O trabalho era extenuante para tão poucos funcionários, embora o primeiro ano tenha sido dedicado a formação e criação de instrutivos. Para além do Juiz Presidente, ainda não tínhamos juízes, pois estes foram nomeados mais ou menos um ano depois. Foi um período em que fomos bebendo da experiência de outros tribunais com muito mais tempo de existência, como é o de Portugal e o Tribunal de Contas da União, do Brasil. No fundo, fomos preparando também a chegada de novos juízes habilitados por concurso público, no caso a Dra. Ana Chaves, Dra. Conceição Dias, o Dr. Evaristo Quemba e o Dr. Carlos Magalhães. Foram estes os primeiros juízes do Tribunal.



Nesse período, não tínhamos salário, foi um período menos bom e a maneira que o Juiz Presidente encontrou de nos recompensar, era mandar-nos fazer formação no exterior, e as ajudas de custo eram a nossa remuneração. E

foi assim durante dois anos, aproximadamente. Depois, passamos a receber um salário, mas muito longe do que nos tinham prometido durante a formação. A Comissão Instaladora do Tribunal de Contas, informou-nos que seríamos funcionários da Administração Pública, mas com um estatuto diferente, remuneração diferenciada e mesmo uma carreira diferenciada, porque éramos praticamente um órgão de apoio técnico à Assembleia Nacional. Nada disso se veio a verificar, até hoje. Muitos quadros deixaram de aparecer, porque realmente não era aquele salário que nos tinham prometido. Estávamos vinculados aos salários da função pública e não haviam emolumentos. Os emolumentos são coisa que foi implementada muito depois, em 2010, mais ou menos, porque até 2007 não se cobravam emolumentos às entidades que submetiam contratos ao Tribunal. E foi nesse período, 2007/2008, que o Tribunal de Contas registou um grande crescimento.



**FC** — A Juíza Conselheira Vice-Presidente conhece o Tribunal de alto a baixo. Do ponto de vista técnico, o que é que deveria ser feito e não foi feito ao longo destes 24 anos?

**DG:** A definição da carreira e a criação do perfil dos funcionários do Tribunal de Contas são duas acções que deveriam ter sido realizadas. As carreiras têm por objectivo a valorização do funcionários e isso não foi feito. Isso entristece-me.

**FC** — A Lei Orgânica e do Processo do Tribunal de Contas está a ser revista. Acredita que esse assunto pode ficar resolvido nesta revisão?

**DG** — O Tribunal tem feito um esforço para que isso se possa concretizar. É um dos objectivos das lideranças que já passaram pelo Tribunal, esse de criar um corpo especializado nas competências constitucionalmente atribuídas ao Tribunal, e talvez daí saiam os futuros juízes do Tribunal, com excepção do Presidente, que tem de ter a confiança política. É assim noutras realidades que conhecemos, nomeadamente, na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

**FC** — Com as novas tecnologias, com a velocidade a que o mundo evolui todos os dias, como é que olha para o futuro do Tribunal de Contas?

**DG:** O Tribunal poderá ser uma instituição forte, mas para isso outros órgãos de soberania, nomeadamente, a Assembleia Nacional, tem de prestar maior apoio institucional. O ser humano é o centro de tudo e mesmo com essas novas tecnologias, jamais será substituído...

**FC** — Quanto às auditorias...

**DG** — Temos de melhorar. Durante estes anos, temos estado muito virados para as auditorias financeiras, demonstrações financeiras. Precisamos de trabalhar mais noutro tipo de auditorias, como as auditorias de desempenho, que é também conhecida como ***auditoria operacional***. Hoje, as Instituições Superiores de Controlo estão muito viradas para esse tipo de auditoria, porque demonstram efectivamente o impacto das políticas financeiras na vida das populações. Têm a função de avaliar o resultado das políticas públicas no domínio financeiro. As instituições estão muito viradas para essa vertente, não mais para a tradicional auditoria financeira. E essas auditorias estão previstas na Lei n.º 19/19, de 14 de Agosto, e ajudam o Tribunal de Contas a emitir o Parecer Sobre a Conta Geral do Estado e a Assembleia Nacional a avaliar o resultado das políticas públicas.

Aqui, talvez pudéssemos também evoluir para certificação da Conta Geral do Estado, porque além do Parecer é preciso que a Conta seja certificada. A Conta e o Orçamento (Geral do Estado), estão interligados. O que é a Conta? É o Orçamento findo. O Orçamento é a previsão das receitas e despesas num determinado exercício económico, e a Conta é o que foi feito nesse exercício económico, como é que o dinheiro foi gasto. Penso que o Tribunal tem de se virar para aí.

FC — Às vezes, ouvimos denúncias sobre desvios de dinheiro em instituições públicas. Como é que o Tribunal tem actuado nesses casos? Que papel tem o Tribunal de Contas aqui, para tornar mais transparentes as contas públicas nessas instituições que estão sob a sua jurisdição?

**DG** — O Tribunal de Contas pode actuar por via da fiscalização concomitante e sucessiva, fazendo

uma auditoria sem aviso prévio à instituição visada numa denúncia pública ou anónima. O Tribunal tem essa prerrogativa e tem feito isso. Nesse aspecto, os órgãos de comunicação social são parceiros privilegiados. Se for um facto socialmente publicado, o Tribunal deve agir. Primeiro, com uma averiguação, para apurar se há indícios de responsabilização financeira, e

FC — Com esta experiência acumulada, 30 anos, contando com o período de formação, de técnica do Tribunal de Contas que chegou a Juíza, vai escrever alguma coisa?

depois partimos para uma auditoria.

**DG** — Talvez, talvez, agora com mais tempo,

FC — Depois destes anos, como é que deixa o Tribunal de Contas?

talvez...(risos)

**DG** — Deixo um Tribunal diferente daquele em que começámos, sem dúvidas. Mais robusto, com tecnologia muito diferente daquela com que começámos(risos), é mesmo assim, o mundo não pára, isto é mesmo assim. Existem novas formas de análises, novos instrumentos, mais funcionários, e noto também uma certa preocupação com a formação, que é bastante importante nesta área do saber, que exige muito conhecimento e é, também, uma exigência das Organizações Internacionais.



## 11. Perfil curricular dos Juizes do Tribunal de Contas de Angola



**Sebastião Domingos Gunza**

### Uma Vida de Serviço Público e Compromisso com a Transparência

O Venerando Juiz Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, Sebastião Domingos Gunza, construiu uma carreira marcada pelo rigor, disciplina e dedicação à justiça e à fiscalização financeira. É um homem de percurso sólido, moldado pelo rigor, pela integridade e pelo compromisso com a transparência e a boa gestão. A sua trajectória profissional é um reflexo de uma vida dedicada à fiscalização, ao combate às irregularidades financeiras e à defesa do interesse público.

Natural de Angola, nasceu a 17 de Fevereiro de 1969, e desde então tem trilhado um percurso de excelência, consolidando-se como um dos rostos mais destacados da magistratura financeira do país.

### Uma Carreira Governativa e de Liderança

Desde cedo, trilhou o caminho do Direito e da Gestão Pública, sempre com um olhar atento à fiscalização e controlo das finanças do Estado. A sua carreira foi marcada por desafios exigentes e missões de grande responsabilidade. Serviu Angola como Inspector-Geral da Administração do Estado (IGAE), liderando esforços para fortalecer os mecanismos de controlo interno e combater a corrupção.

Durante essa jornada, destacou-se no reforço da fiscalização e combate às irregularidades na administração pública, promovendo a transparência e a boa governação.

Antes disso, ocupou diversos cargos estratégicos no Ministério do Interior (MININT), onde consolidou a sua experiência na gestão de processos administrativos, fiscalização e controlo da legalidade. Ocupou funções como:

- Director Nacional do Gabinete de Estudos, Informação e Análise;
- Director-Geral Adjunto do Serviço de Investigação Criminal;
- Coordenador do Corpo de Inspectores da Inspeção-Geral do MININT;
- Director de Gabinete da Vice-Ministra para a Administração e Finanças;
- Chefe do Departamento de Assessoria Jurídica da Inspeção-Geral.

A sua experiência foi enriquecida ainda pela sua actuação no combate ao crime económico e financeiro, desempenhando funções essenciais na Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), onde liderou unidades de prevenção e combate à corrupção, tráfico ilícito e fraudes financeiras.

## Experiência Académica e Investigação Jurídica

Paralelamente ao seu percurso governativo e judicial, Sebastião Gunza investiu na sua formação académica e no ensino superior, tendo sido docente e regente de disciplinas de Finanças Públicas e Direito Financeiro em diversas universidades. Como Professor, partilhou o seu conhecimento com gerações de estudantes nas principais universidades do país, ajudando a formar profissionais mais conscientes do papel essencial da fiscalização financeira.

- Universidade Católica de Angola (UCAN);
- Universidade Agostinho Neto (UAN);
- Universidade Lusíada de Angola;
- Universidade José Eduardo dos Santos.

Além disso, participou como monitor e orientador académico, formando novas gerações de juristas e especialistas em direito financeiro e fiscal.

## Formação Académica e Especializações

A sua formação académica é vasta e altamente especializada, com estudos realizados em Angola, Argentina, Portugal e África do Sul, cobrindo áreas como direito, segurança, inteligência e **compliance** financeiro.

- Licenciatura em Direito pela Universidade Agostinho Neto (1999-2005);
- Doutorando em Direito pela Universidade de Buenos Aires (2010/2011);
- Pós-Graduação em **Compliance** e Branqueamento de Capitais pela UAN (2020);
- Mestrando em Direito, Segurança e Inteligência pela Academia de Ciências Sociais e Tecnologias (ACITE) – em curso.

O seu compromisso com a modernização da administração pública e da justiça levou-o a frequentar formações avançadas em combate ao crime organizado, auditoria e finanças públicas, em instituições como o Centro de Estudos Jurídicos da UAN, CEJ-Portugal, **GloBlue Technologies** (Houston, EUA), **Rwanda**

**Cooperation** e Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas.

## Reconhecimento e Contribuições Científicas

Sebastião Gunza escreveu e publicou obras jurídicas, nas quais reflecte sobre os desafios do controlo interno e da inspecção na Administração Pública. E mais recentemente escreveu a obra ***O Papel Insubstituível do Tribunal de Contas – A relevância do Tribunal de Contas na Estrutura do Estado Angolano***, deixando um contributo intelectual valioso para o estudo das finanças públicas angolanas. Outras obras de Gunza são ***O Sistema de Controlo Interno Angolano: Subsídios Constitucionais e Legais para a sua Compreensão***, (2023) e ***Criação e Evolução Cronológica da Inspeção em Angola 1836-2023: O Papel da IGAE desde 1992***, (2023).

Além disso, participou em conferências internacionais e **workshops** sobre crime económico e financeiro, branqueamento de capitais, combate ao narcotráfico e delinquência juvenil, com intervenções em Portugal, África do Sul, França e Lesoto.

## Uma Nova Era no Tribunal de Contas

A nomeação de Sebastião Domingos Gunza como Presidente do Tribunal de Contas marca um momento crucial para a modernização e reforço da fiscalização das finanças públicas em Angola. A sua visão assenta na digitalização dos processos, fortalecimento da fiscalização concomitante e aproximação do Tribunal à sociedade, garantindo que os recursos públicos sejam geridos com rigor e responsabilidade.

Com uma carreira marcada pela disciplina, pelo conhecimento técnico e pela defesa da transparência, Sebastião Gunza assume a liderança do Tribunal de Contas com a missão de o transformar num órgão mais eficiente, acessível e alinhado com as melhores práticas internacionais de auditoria e fiscalização financeira.



**Domingas Alexandra Garcia**

### **Uma Vida Dedicada à Justiça e à Transparência**

A Veneranda Juíza Conselheira Vice-Presidente do Tribunal de Contas, Domingas Alexandra Garcia, construiu um percurso sólido e exemplar no direito e na fiscalização financeira, consolidando-se como uma das figuras mais respeitadas da magistratura em Angola. Natural de Luanda, nasceu a 21 de Dezembro de 1961, e desde cedo demonstrou um compromisso inabalável com a justiça, a ética e a transparência na gestão pública.

### **Uma Formação de Excelência ao Serviço do País**

A sua jornada académica reflecte a busca contínua pelo aperfeiçoamento e pela especialização no direito e na auditoria financeira. Concluiu a Licenciatura em Direito pela Universidade Agostinho Neto, em 1996, na especialidade de Direito Jurídico-Económico, o que lhe permitiu aprofundar os seus conhecimentos sobre as dinâmicas da economia e da administração pública.

O desejo de elevar ainda mais o seu nível técnico levou-a a obter o Mestrado em Direito pela Universidade Agostinho Neto, em 2006, em regime de cooperação com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, uma das mais prestigiadas instituições de ensino jurídico. Em 2017, alcançou o grau de Doutora em Direito Privado, consolidando-se como uma referência no estudo e na aplicação do direito em Angola.

Além da sua formação académica, investiu em capacitação contínua, frequentando diversos cursos que enriqueceram a sua actuação profissional:

- Curso de Contratação Pública (2015) – aprofundou o seu conhecimento sobre a gestão de contratos no setor público;
- Curso de Auditoria Contabilística e Finanças de Organizações Públicas (2013) – reforçou a sua especialização na fiscalização e transparência financeira;
- Estágio na Direcção-Geral do Tribunal de Contas de Portugal (2001) – uma experiência internacional que lhe permitiu conhecer as melhores práticas de auditoria e fiscalização financeira;
- Curso de Gestão e Liderança (2000) – adquiriu competências para a gestão de equipas e tomada de decisões estratégicas;
- Formação inaugural do Tribunal de Contas (1995) – participou na primeira formação especializada para os quadros técnicos do Tribunal de Contas, abrindo caminho para uma trajectória de excelência na instituição.

### **Uma Carreira de Dedicção ao Tribunal de Contas**

A ligação de Domingas Garcia ao Tribunal de Contas de Angola começou em 1995, quando foi aprovada no 1.º Concurso Público promovido pelo Ministério da Justiça para a selecção dos primeiros quadros técnicos do Tribunal. Desde então, a sua evolução profissional esteve sempre associada ao crescimento da instituição, tendo desempenhado funções essenciais para



o fortalecimento da fiscalização financeira em Angola.

Em 2018, foi nomeada Veneranda Juíza Conselheira Vice-Presidente do Tribunal de Contas, tornando-se a segunda figura mais importante da instituição e assumindo responsabilidades cruciais na auditoria e fiscalização das contas públicas.

Além da magistratura, Domingas Garcia também passou pela advocacia, tendo realizado um estágio de 18 meses no escritório de Eduardo Sambo e Terezinha Lopes (1998), o que lhe proporcionou uma visão abrangente do direito na prática.

### **Uma Mulher de Rigor e Compromisso com a Boa Governação**

Ao longo da sua carreira, Domingas Alexandra Garcia tem sido uma voz activa na promoção da transparência, do rigor e da ética na gestão dos recursos públicos. O seu trabalho no Tribunal de Contas tem sido determinante para a fiscalização das finanças do Estado, contribuindo para a construção de um sistema mais eficiente e confiável.

Com um percurso marcado pelo compromisso com a justiça e pelo profundo conhecimento técnico, a Veneranda Juíza Conselheira Vice-Presidente Domingas Garcia continua a ser um dos pilares da fiscalização financeira em Angola, garantindo que os recursos públicos sejam geridos com responsabilidade e em benefício de toda a sociedade.



**Elisa Rangel Nunes**

### **Uma Vida Dedicada ao Direito e à Justiça Fiscal**

A Veneranda Juíza Conselheira Elisa Rangel Nunes construiu uma carreira marcada pelo rigor, pela dedicação à justiça e pelo compromisso com a transparência na gestão pública. Com um percurso académico e profissional notável, ela é uma das grandes referências do direito financeiro e fiscal em Angola, tendo desempenhado papéis fundamentais na academia, na consultoria jurídica e, mais recentemente, na magistratura do Tribunal de Contas.

### **O Caminho Académico — Da Licenciatura ao Doutoramento**

Desde cedo, Elisa Rangel demonstrou uma grande paixão pelo estudo do direito. Licenciou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (1979-1984), iniciando um percurso que a levaria a aprofundar-se nas áreas do Direito Financeiro e das Finanças Públicas. A sua sede de conhecimento levou-a até Portugal, onde concluiu o Mestrado em Ciências Jurídico-Económicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1998, com distinção.

Mas não ficou por aí. Em 2010, obteve o grau de Doutor, também pela Universidade de Lisboa, com a tese *Orçamento do Estado: Contribuições para a Transparência Orçamental em Angola*, recebendo a classificação de 17 valores. Esse trabalho reforçou a sua posição como uma das maiores especialistas na área da gestão financeira pública e das políticas de transparência em Angola.

### **Uma Carreira de Impacto — Do Ensino ao Tribunal de Contas**

Elisa Rangel Nunes tem mais de 30 anos de experiência como docente universitária, tendo formado gerações de juristas nas disciplinas de Finanças Públicas, Direito Financeiro e Direito Bancário. Foi ainda coordenadora de cursos de mestrado e doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, tendo um papel activo na formação de magistrados e especialistas na área do direito fiscal.

Além da vida académica, teve uma carreira diversificada no sector jurídico e financeiro. Foi consultora jurídica do Banco Nacional de Angola e fez parte da Comissão de Negociação da Dívida Externa de Angola com os países da OCDE. Colaborou ainda com o Banco Mundial na elaboração de uma recensão legislativa sobre o sector financeiro angolano e participou na regulamentação da Lei das Empresas Públicas.

O seu percurso levou-a, em 2018, a ser nomeada Juíza Conselheira do Tribunal de Contas de Angola, órgão em que tem desempenhado um papel de grande importância na fiscalização das finanças públicas e no reforço da transparência na gestão do dinheiro do Estado.

### **Contribuições Académicas e Reconhecimento Internacional**

Elisa Rangel Nunes não se limitou a ensinar e julgar; fez também questão de contribuir para a construção do pensamento jurídico. Coautora da obra *Constituição da República de Angola Anotada - Tomo I*, (2014), participou em diversos

estudos sobre direito financeiro e transparência fiscal.

A sua reputação internacional levou-a a integrar instituições de investigação e organizações jurídicas internacionais, participando em conferências e seminários em que debate os desafios do direito financeiro moderno e a importância da fiscalização rigorosa dos recursos públicos.

### **Compromisso com a Boa Governação**

No Tribunal de Contas, Elisa Rangel tem sido uma voz activa na fiscalização das contas do Estado, promovendo uma actuação mais rigorosa e eficaz da instituição. Defende que a prestação de contas e a transparência são pilares essenciais para o desenvolvimento do país e tem trabalhado para que o Tribunal de Contas seja cada vez mais reconhecido pelo seu papel no combate à corrupção e no fortalecimento da governação pública.

A magistrada também tem defendido a avaliação das políticas públicas para a primeira infância, argumentando que um país que investe na educação, na saúde e no bem-estar das crianças dos zero aos seis anos está a construir um futuro melhor. Para isso, tem defendido um pacto de cooperação entre o Tribunal de Contas e os Ministérios da Educação, Saúde e Acção Social, assegurando que os recursos destinados a este sector sejam aplicados de forma eficiente.

### **Uma Mulher de Excelência**

Disciplinada, rigorosa e apaixonada pelo que faz, Elisa Rangel Nunes é reconhecida pelo seu profissionalismo, seriedade e elevado sentido de justiça. O seu percurso inspira novas gerações de juristas e magistrados e reforça a importância da fiscalização responsável e transparente na administração pública.

O seu legado é um exemplo de que o conhecimento, a ética e a dedicação são as bases para um país mais justo e melhor governado.





**Arlete Maria Bolanhês da Conceição**

### **Uma Vida ao Serviço do Direito e da Fiscalização Financeira**

A Veneranda Juíza Conselheira Arlete Maria Bolanhês da Conceição construiu uma carreira de excelência, pautada pelo rigor jurídico, pelo compromisso com a transparência e pelo serviço público. Natural de Luanda, nasceu a 25 de Maio de 1959, tendo sido uma das pioneiras no estudo e na prática do Direito em Angola, com um percurso que atravessa a advocacia, o sector petrolífero, a promoção do investimento e a magistratura financeira.

### **Uma Formação Multidisciplinar e Internacional**

O seu percurso académico reflecte um forte compromisso com o aperfeiçoamento contínuo. Licenciou-se em Direito pela Universidade Agostinho Neto (1979-1984), integrando a primeira turma de juristas formados em Angola. Posteriormente, aprofundou os seus conhecimentos com um Curso de Pós-Graduação em Direito e Gestão de Negócios de Petróleo e Gás (2007) na mesma instituição, alinhando-se com as necessidades estratégicas do país.

A sua formação inclui ainda um Diploma Nacional em Gestão de Negócios pelo *False Bay College*, na Cidade do Cabo, África do Sul (2001-2004), o que reforçou a sua especialização na área económica e comercial.

Fluente em português, inglês e francês, Arlete Conceição adquiriu um perfil internacional, permitindo-lhe actuar com eficácia em negociações e fóruns globais.

### **Uma Carreira Versátil e de Grande Impacto**

A sua trajectória profissional é marcada por passagens por diversos sectores estratégicos:

- Juíza Conselheira do Tribunal de Contas (desde 2021), assumindo um papel fundamental na fiscalização da gestão financeira pública e no fortalecimento da transparência;
- Consultora Jurídica da Presidente do Tribunal de Contas (2019-2021), assessorando em matérias jurídicas essenciais para a actuação do órgão;
- Jurista na AIPEX e Assessora na ANIP (2012-2016), onde participou na negociação, análise e fiscalização de projectos de investimento e na revisão do pacote legislativo do comércio externo;
- Advogada e consultora jurídica privada (2009-2011), actuando em diferentes ramos do direito;
- Chefe de Recursos Humanos na petrolífera TOTAL E&P Angola (2006-2008), onde coordenou estudos sobre regulamentação e postos de trabalho no sector energético;
- Assistente Jurídica da petrolífera ELF Aquitaine Angola (1984-1999), onde prestou assessoria jurídica à direcção da empresa e acompanhou processos de grande impacto económico;
- Jornalista da Rádio Nacional de Angola (1978-1983), tendo sido Redactora-Repórter e Subchefe de Redacção, cobrindo eventos de relevância nacional e internacional, incluindo viagens dos Presidentes Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos.

### Uma Jurista com Contributo Nacional e Internacional

Além da sua actuação em Angola, Arlete da Conceição desempenhou funções em fóruns internacionais de grande importância:

- Membro das Comissões Técnicas Bilaterais Angola-Alemanha e Angola-Emirados Árabes Unidos (2015);
- Representante da ANIP na delegação angolana ao Exame da Política Comercial da OMC, em Genebra (2015);
- Coautora da *Política do Investimento Privado em Angola*, submetida à Organização Mundial do Comércio;
- Ponto focal da ANIP junto da SADC (2014-2015), participando nas reuniões de política de investimento regional da SADC e da OCDE;
- Participante em conferências sobre direito comercial internacional, comércio livre e investimentos em África, com passagens por Nova Iorque, Dubai, Hong Kong e Pretória.

### Formação Contínua e Investigação

A Juíza Conselheira tem procurado actualizar-se constantemente, tendo participado em diversos seminários e capacitações, destacando-se:

- Seminários sobre a actividade petrolífera e o projecto Angola LNG, promovidos pelo

Tribunal de Contas;

- Capacitação em promoção de investimentos internacionais (Beijing, 2014);
- Formação sobre negociação de tratados internacionais de investimento (SADC e Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável, 2012);
- Curso de Avaliação de Projectos de Investimento (Universidades de Oslo e Botswana, 1991).

### Compromisso com a Boa Governação e a Transparência

No Tribunal de Contas, Arlete Conceição tem desempenhado um papel essencial na revisão e actualização do regime de emolumentos, bem como na fiscalização e auditoria de contas públicas. Defensora da ética na administração do Estado, acredita que a transparência e a fiscalização rigorosa são os pilares da boa governação e do desenvolvimento sustentável de Angola.

Com uma vida dedicada ao direito, à economia e à gestão pública, a Veneranda Juíza Conselheira Arlete Maria Bolonhês da Conceição representa uma magistratura preparada, experiente e comprometida com a justiça e o interesse público.



**Armindo Gideão Kunjiquisse Jelembi**

### **O Académico e Magistrado ao Serviço da Justiça e do Ensino**

O Venerando Juiz Conselheiro Armindo Gideão Kunjiquisse Jelembi construiu um percurso singular que combina a magistratura, a academia e a investigação científica, reflectindo um compromisso com a excelência, a transparência e o fortalecimento do ensino jurídico em Angola. Natural do Lobito, Benguela, nasceu a 11 de Dezembro de 1967, tendo dedicado a sua carreira ao direito, à docência e à promoção da boa governação.

### **Uma Formação Sólida e um Caminho de Aprendizagem Contínuo**

Desde cedo, Armindo Jelembi mostrou um forte interesse pelo conhecimento. Completou o ensino primário e secundário no Huambo e os estudos médios entre Huambo e Bié, prosseguindo para a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (FDUAN), onde obteve a Licenciatura em Direito em 2002 e, posteriormente, o Mestrado em 2006.

Em busca de um aprofundamento académico, concluiu o Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), em 2018, consolidando-se como um dos principais especialistas no direito da saúde e na regulação jurídica do sector público.

### **Do Serviço Militar à Advocacia e à Magistratura**

A sua trajetória profissional teve início no serviço militar, integrando as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) até 1992. Foi desmobilizado com a patente de Capitão, tendo servido na Procuradoria Militar, um período que lhe proporcionou uma experiência relevante na aplicação da justiça no contexto castrense.

Após deixar o serviço militar, enveredou pela docência e pela advocacia:

- Professor no PUNIV-Huambo (1996-1999), transmitindo o seu conhecimento jurídico a novas gerações;
- Advogado de 2004 a 2023, construindo uma carreira consolidada na defesa dos direitos e garantias dos cidadãos;
- Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, assumindo um papel de destaque na fiscalização das contas públicas e na promoção da transparência na gestão do erário público.

### **Uma Forte Ligação à Academia e à Investigação Científica**

Além da magistratura, Armindo Jelembi tem um percurso académico notável, tendo ocupado cargos de liderança em instituições de ensino superior:

- Chefe da Repartição Académica do Núcleo de Direito da FDUAN-Huambo;
- Pró-Reitor para a Cooperação da Universidade José Eduardo dos Santos (2009-2014);
- Vice-Reitor para Cooperação e Extensão Universitária (2015-2022);



- Pró-Reitor para a Internacionalização da Universidade José Eduardo dos Santos (2022-2023);
- Coordenador da 1.ª Comissão Central de Avaliação Interna de Qualidade da Universidade José Eduardo dos Santos (2022-2023);
- Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos (UJES);
- Docente de Mestrados na Faculdade de Direito da UAN (Luanda) e da UKB (Benguela).

A sua ligação à investigação científica e à produção académica é evidente, tendo publicado artigos científicos em revistas de Angola, Brasil e Portugal. A sua participação em eventos científicos nacionais e internacionais reforça o seu contributo para o debate jurídico e a inovação no ensino do direito.

Além disso, é editor estrangeiro da Revista Científica da Ordem dos Advogados Brasileiros no Estado do Piauí e tem integrado vários júris de mestrado e provas públicas de transição de categoria docente.

### **Um Especialista no Direito da Saúde e um Defensor da Qualidade Académica**

Armindo Jelembe tem um profundo interesse na regulação da saúde pública e no direito da saúde, sendo Presidente da Associação Lusófona do Direito da Saúde para o triénio 2022-2025. Além disso, foi membro de um projeto de saúde pública sobre a Covid-19, apoiado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e liderado pela Universidade de Coimbra.

### **Um Magistrado Comprometido com a Transparência e o Rigor**

O seu ingresso no Tribunal de Contas representa o culminar de uma carreira construída com seriedade, competência e um forte sentido de justiça. A sua experiência na advocacia, na docência e na investigação jurídica confere-lhe um olhar atento sobre a fiscalização financeira do Estado e a necessidade de reforço dos mecanismos de controlo e transparência na administração pública.

O Venerando Juiz Conselheiro Armindo Gideão Kunjiquisse Jelembe simboliza a interseção entre a academia, a justiça e a boa governação, desempenhando um papel fundamental na construção de um Estado mais justo, eficiente e comprometido com o interesse público.



**Fausto Tavares de Carvalho Simões**

### **O Académico que Trouxe a Gestão e a Estratégia para a Magistratura Financeira**

O Venerando Juiz Conselheiro Fausto Tavares de Carvalho Simões combina uma sólida formação académica, uma vasta experiência na administração pública e privada e uma longa trajetória no ensino superior. Natural de Luanda, nasceu a 17 de Fevereiro de 1956 e construiu um percurso assente no estudo da economia, gestão e estratégia empresarial, áreas nas quais se destacou tanto a nível académico como profissional.

### **Uma Formação Académica e Científica de Excelência**

Licenciado em Economia pela Universidade Agostinho Neto, Fausto Simões aprofundou os seus estudos em gestão e finanças, obtendo um MBA e o grau de Mestre em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. A sua dissertação explorou a importância das funções de gestão na estratégia empresarial em

Angola, antecipando desafios e soluções para a economia nacional.

O seu percurso académico culminou no Doutoramento em Gestão, na especialidade de Gestão Global, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial, obtido no ISCTE *Business School*, em Lisboa, com a tese *Factores de Desempenho Empresarial em Angola — O Processo de Reorganização Económica*. O seu interesse pelas dinâmicas económicas e pelo impacto do empreendedorismo levou-o a um Pós-Doutoramento em Finanças e Estratégia (UAL, 2011), tendo defendido a tese *O Empreendedorismo como Factor de Redução da Pobreza e da Taxa de Desemprego*.

Além disso, formou-se em Gestão e Administração no Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico da OIT, em Turim, e frequentou cursos de avaliação de empresas, gestão de equipas e técnicas de negociação em instituições internacionais de renome, incluindo Bruxelas, Porto, Cairo e Luanda.

### **Uma Carreira de Gestão e Liderança no Sector Público e Privado**

Ao longo da sua carreira, Fausto Simões ocupou cargos de alta responsabilidade em diversas instituições, tanto no sector empresarial como na administração pública.

- Presidente do Conselho de Administração do Banco Mais (2018-2019), onde supervisionou a gestão estratégica da instituição financeira;
- Director Nacional do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) do Ministério da Geologia e Minas (2015-2016), tendo contribuído para a formulação de políticas públicas no sector mineiro;
- Membro da Comissão de Gestão do GAMEK (2010-2012), desempenhando funções de direcção numa das mais importantes empresas do sector energético de Angola;
- PCA e Director-Geral da Raro/Arthil U.E.E. (1983-2004), liderando uma das principais indústrias de artigos de higiene e limpeza do país.

A sua experiência inclui ainda funções na ENCEL, no Banco Inter Unido, e uma participação activa na regulamentação da Lei das Empresas Públicas Angolanas e do Estatuto do Gestor Público em 1998, em parceria com especialistas como Francisco Queirós, José Semedo e Elisa Rangel.

### **O Ensino e a Investigação — Uma Vida Dedicada à Formação de Quadros**

Fausto Simões é Professor Catedrático desde 2011 e tem sido uma referência na formação de economistas e gestores em Angola e no estrangeiro.

- Decano da Faculdade de Economia da Universidade Agostinho Neto (2010-2015), onde criou sete cursos de mestrado e dois doutoramentos. O Mestrado em Economia do Desenvolvimento, lançado sob a sua liderança, foi considerado em 2013 o 7.º melhor de África pela EDUNIVERSAL;
- Membro do Senado Universitário da UAN (2010-2015), contribuindo para a definição das políticas académicas da instituição;
- Professor em diversas universidades nacionais e internacionais, incluindo a Universidade Lusófona de Lisboa, ISEG, Universidade Autónoma de Lisboa, Universidade Fernando Pessoa no Porto, Universidade de Macau, Universidade de Havana e várias instituições no Brasil.

A sua produção científica inclui várias publicações e livros, como *O Papel do Estado no Desenvolvimento Económico e Social* (2012) e *Administração Empresarial* (2016), além de múltiplos artigos e conferências sobre economia, estratégia e gestão.

### **O Tribunal de Contas — Uma Nova Missão ao Serviço da Boa Governação**

Eleito Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas de Angola em 2021, Fausto Simões trouxe para a magistratura financeira a sua experiência em estratégia, gestão pública e regulação económica. A sua presença no Tribunal reforça a vertente de auditoria económica e financeira, garantindo que os recursos do Estado são geridos de forma eficiente e transparente.

Com um percurso marcado pelo rigor académico, a liderança empresarial e o serviço público, Fausto Simões continua a ser uma peça-chave no fortalecimento das instituições e na promoção da boa governação em Angola.





**Joaquim Mande**

### **Um Percurso de Serviço e Justiça**

O Venerando Juiz Conselheiro Joaquim Mande construiu um percurso marcado pelo serviço à justiça e à administração pública, trazendo consigo a experiência de quem atravessou décadas de evolução institucional em Angola. Natural de Luanda, mas com raízes no Huambo, onde fez a sua formação primária e liceal, nasceu a 12 de Agosto de 1956 e cedo se entregou ao estudo e à causa pública.

O seu caminho académico levou-o à Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, onde concluiu os estudos superiores entre 1980 e 1997. Mas a sua vida profissional foi muito além da academia, cruzando os domínios da magistratura, da fiscalização e do ensino.

### **Da Magistratura Militar à Fiscalização da Administração Pública**

Ainda jovem, em 1980, ingressou nas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), nas quais viria a desempenhar importantes funções no Tribunal Militar Regional, primeiro como Juiz Vogal no Huambo e em Benguela, e posteriormente como Juiz

Presidente do Tribunal Militar da 7.<sup>a</sup> Região. Essa experiência forjou nele um profundo sentido de disciplina e justiça, qualidades que levaria consigo para os desafios que se seguiram.

Em 1986, integrou o Gabinete do Ministro de Estado para a Esfera de Inspeção e Controlo Estatal, um passo determinante para o seu futuro na administração pública. Poucos anos depois, em 1992, assumiu a função de Inspector-Geral da Administração do Estado, onde permaneceu durante 25 anos, liderando a fiscalização e o controlo interno da gestão pública angolana.

A sua experiência e reconhecimento ultrapassaram as fronteiras nacionais, tendo sido, entre 2012 e 2015, Presidente do Comité Director do Fórum das Inspeções Gerais do Estado e Instituições Similares de África (FIGE), um organismo continental dedicado à promoção de boas práticas na fiscalização dos recursos públicos.

### **Um Homem de Conhecimento e Compromisso**

Além do percurso na magistratura e na administração pública, Joaquim Mande tem também uma ligação ao ensino. No início da sua carreira, ainda nos anos 1970, foi professor em escolas do Huambo, chegando mesmo a leccionar na Ilha da Juventude, em Cuba, numa experiência que lhe permitiu um contacto próximo com modelos educativos internacionais.

A sua visão abrangente e o rigor técnico levaram-no a ser nomeado Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas de Angola, onde continua a desempenhar um papel fundamental na fiscalização da utilização dos recursos públicos e no fortalecimento da transparência e da boa governação no país.

Ao longo do seu percurso, Joaquim Mande construiu um legado de rigor, disciplina e compromisso com a justiça, sendo hoje uma referência incontornável na magistratura financeira angolana.



**Januário José Domingos**

### **Um Olhar Criterioso sobre a Responsabilização Financeira do Estado**

O Venerando Juiz Conselheiro Januário José Domingos construiu uma carreira sólida e prestigiada no sistema judicial angolano, destacando-se pela sua dedicação à justiça penal, investigação criminal e fiscalização da gestão pública. Ao longo de mais de duas décadas, assumiu funções de elevada responsabilidade, sempre pautando pelo rigor técnico, a ética profissional e o compromisso com a legalidade.

### **Um Jurista de Formação Sólida**

O seu percurso académico reflecte uma busca contínua pelo aperfeiçoamento do conhecimento jurídico:

- Licenciado em Direito pela Universidade Agostinho Neto, com uma experiência acumulada de mais de 20 anos na magistratura;
- Mestre em Ciências Jurídico-Forenses pela Universidade Jean Piaget de Angola,

aprofundando a sua especialização no domínio do Direito Penal e Processual Penal.

### **Um Percurso Marcado pela Investigação Criminal e a Magistratura**

A sua experiência profissional estende-se desde a investigação criminal até à magistratura superior, tendo desempenhado cargos de relevo ao longo da sua trajectória:

- Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas de Angola, onde actua no controlo da legalidade financeira e na fiscalização da execução orçamental;
- Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Luanda, cargo assumido em 2020, reforçando o seu papel no sistema judicial angolano;
- Juiz de Direito do Tribunal Provincial de Luanda, responsável pela 14.ª Secção Criminal, liderando processos de grande complexidade;
- Chefe da Secção Preventiva do Tribunal de Contas, função em que começou a sua relação com a fiscalização financeira;
- Contador Verificador de 2.ª Classe no Tribunal de Contas, consolidando o seu conhecimento sobre a auditoria e gestão das contas públicas;
- Oficial da Direcção de Investigação Criminal, tendo desempenhado diversas funções durante mais de 20 anos, com enfoque na prevenção e combate à criminalidade económica e financeira.

### **O Ensino e a Formação de Novas Gerações**

Para além da magistratura, dedicou-se também à docência e à formação de quadros jurídicos, partilhando a sua vasta experiência com as novas gerações de juristas e magistrados:

Docente de Direito Penal e Processual Penal na Universidade Metodista de Angola e na Escola Nacional da Polícia Mártires do Kapolo, contribuindo para a especialização de futuros profissionais da justiça;

Formador no Instituto Nacional de Estudos Judiciários, onde lecciona sobre jurisdição criminal e boas práticas processuais.

### **Produção Académica e Contributo Intelectual**

O seu compromisso com a investigação e a reflexão académica materializou-se com a publicação da obra *A Composição dos Tribunais de 1.ª e 2.ª Instância em Angola — As Prerrogativas Constitucionais do Exercício do Poder Jurisdicional*, um contributo valioso para o estudo e aprimoramento do sistema judicial angolano.

### **Uma Visão de Rigor para o Tribunal de Contas**

Com uma carreira assente na experiência penal, investigação criminal e auditoria financeira, o Juiz Conselheiro Januário José Domingos traz ao Tribunal de Contas um olhar criterioso sobre a responsabilização financeira do Estado, reforçando os mecanismos de fiscalização, transparência e boa governação.

A sua presença na instituição simboliza a convergência entre a justiça e a gestão financeira, assegurando que os recursos públicos sejam geridos com integridade e rigor, em benefício de Angola e dos seus cidadãos.





**Manuel da Cruz Neto**

### **Da Economia à Magistratura, um Percurso de Serviço Público e Rigor**

O Venerando Juiz Conselheiro Armando da Cruz Neto é um economista e gestor público com uma longa e distinta carreira ao serviço do Estado, marcada pelo rigor, pela visão estratégica e pelo compromisso com a boa governação. Com décadas de experiência na administração pública e na gestão das finanças do País, tornou-se uma referência incontornável na definição de políticas económicas e na promoção da transparência e sustentabilidade financeira.

### **Uma Formação ao Serviço da Economia Nacional**

Desde cedo, dedicou-se ao estudo da economia e das finanças públicas, formando-se em Economia pela Universidade Agostinho Neto (1984-1989), com especialização em Contabilidade e Finanças. O seu desejo de aprofundar o conhecimento levou-o a frequentar formações especializadas em Estatísticas Monetárias e Bancárias no Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington DC (1990) e em Gestão de Políticas Macroeconómicas pelo Banco Mundial em Portugal (1995).

### **Um Percurso de Liderança e Serviço Público**

A sua carreira atravessa os mais altos órgãos da governação económica e política do país, tendo desempenhado funções de grande impacto na definição e implementação das políticas financeiras de Angola. O seu conhecimento profundo da máquina do Estado e da economia angolana permitiu-lhe ocupar posições estratégicas, entre as quais:

- Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas (desde 2023), onde aporta a sua vasta experiência em auditoria, fiscalização financeira e controlo da despesa pública;
- Deputado à Assembleia Nacional (2017-2023), participando activamente na definição de políticas económicas e no acompanhamento da execução orçamental;
- Ministro e Chefe da Casa Civil da Presidência da República (2016-2017), desempenhando um papel crucial na articulação governativa e no apoio estratégico ao Chefe de Estado;
- Secretário-Geral da Presidência da República (2013-2016), assegurando a coordenação institucional e a implementação de políticas económicas e administrativas;
- Vice-Ministro das Finanças (2008-2010), período em que esteve envolvido na modernização da política fiscal e financeira do País;
- Vice-Ministro do Comércio (1997-2008), liderando iniciativas para o fortalecimento do sector comercial e a promoção do crescimento económico;
- Director de Emissão e Crédito do Banco Nacional de Angola (2013-2016) e Director de Gestão de Reservas do BNA (1992-1995), onde desempenhou um papel central na política monetária e na estabilidade cambial.

**Uma Visão de Compromisso e Transparência**

Ao longo dos anos, construiu uma reputação assente na integridade, na competência e na capacidade de liderança, tornando-se um especialista respeitado em governação económica, finanças públicas e gestão bancária.

A sua nomeação como Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas representa o culminar de um percurso dedicado à transparência, à fiscalização e à responsabilidade na gestão dos recursos do Estado. Com uma visão estratégica apurada e um profundo conhecimento do funcionamento da economia e das instituições públicas, traz consigo o compromisso de reforçar o papel do Tribunal como guardião das finanças públicas e promotor da boa governação em Angola.



**Manuel José Domingos**

### **Da Investigação Criminal à Magistratura Financeira**

O Venerando Juiz Conselheiro Manuel José Domingos construiu um percurso profissional marcado pelo rigor jurídico, a dedicação à justiça e a experiência na investigação criminal e na fiscalização das finanças públicas. Natural de Luanda, nasceu a 3 de Setembro de 1963, e desde muito cedo dedicou-se ao ensino, ao Ministério Público e à magistratura, desempenhando papéis cruciais na construção do Estado de Direito em Angola.

### **Uma Carreira Iniciada na Investigação Criminal e no Ministério Público**

O seu percurso profissional começou em 1980, quando integrou a Brigada Juvenil de Ensino Comandante *Dangereux*, contribuindo como professor. Contudo, foi na justiça e na investigação criminal que encontrou a sua vocação, ingressando em 1982 no Ministério do Interior, onde frequentou e concluiu com

êxito o curso de oficiais da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), na Escola Nacional de Polícia Mártires do Kapolo.

A sua dedicação e competência levaram-no a ser requisitado, em 1986, para os quadros da Procuradoria-Geral da República (PGR), onde frequentou o curso de Procuradores Municipais da República. Rapidamente ascendeu na hierarquia, sendo nomeado Procurador Provincial Adjunto em 1990 e, dois anos depois, Procurador Provincial em exercício na cidade do Kuito, num período marcado pela guerra pós-eleitoral.

### **A Resistência no Kuito e a Defesa da Legalidade em Tempos de Guerra**

Durante a guerra civil, Manuel José Domingos desempenhou um papel essencial como magistrado, sendo um dos poucos responsáveis da província a sobreviver às batalhas mais sangrentas da cidade do Kuito. Durante este período, assumiu funções não só como Procurador Provincial, mas também como Procurador Militar, a pedido do saudoso Comandante Simione Mucune, colaborando com o Tenente-Coronel Lima, da Secção de Justiça e Disciplina.

Foi também conselheiro do colégio governamental de resistência, ao lado do Juiz Presidente Francisco da Franca e Almeida, participando na manutenção da ordem e da legalidade num dos períodos mais difíceis da história angolana.

Com a resistência bem-sucedida à ocupação da cidade, foi transferido para Luanda, em 1994, onde foi colocado na Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).

### **Da Magistratura à Fiscalização das Contas Públicas**

A sua experiência jurídica levou-o a desempenhar diversos cargos de relevo no Ministério Público:

- Regente da disciplina de Direito Penal na Escola Nacional de Polícia Mártires do



Kapolo (1996-2005), formando gerações de oficiais de investigação criminal;

- Presidente fundador do Sindicato Nacional dos Magistrados do Ministério Público (1998-2005), onde teve um papel determinante na conquista do estatuto remuneratório dos magistrados;
- Procurador junto da Direcção Provincial de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas de Luanda (2000), reforçando o controlo da legalidade no sector económico;
- Membro do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público (2003), participando na definição das políticas e estratégias da magistratura;
- Chefe do Departamento de Fiscalização da Legalidade Genérica da PGR (2005), supervisionando a aplicação das normas jurídicas no País;
- Chefe do Departamento de Investigação e Instrução Criminal da PGR (2006), reforçando a capacidade investigativa da Procuradoria.

A sua vasta experiência levou-o, em 2008, a ser nomeado pelo Presidente da República como Procurador-Geral Adjunto da República, sendo colocado junto do Tribunal de Contas, onde já exercia funções como Procurador Provincial. Desde então, tem desempenhado um papel fundamental na fiscalização da legalidade da gestão das contas públicas, consolidando a sua actuação na magistratura financeira.

### **Um Magistrado Comprometido com a Justiça e a Boa Governação**

O Venerando Juiz Conselheiro Manuel José Domingos tem uma carreira marcada pela dedicação à justiça penal, à fiscalização das contas públicas e à defesa da transparência na administração do Estado. Com uma experiência profunda no Ministério Público, na investigação criminal e na auditoria financeira, continua a ser uma figura de destaque na magistratura angolana, garantindo que a gestão dos recursos do Estado se faça dentro dos princípios da legalidade, ética e boa governação.



**Olinda França Cardoso**

### **Da Advocacia à Magistratura Financeira**

A Veneranda Juíza Conselheira Olinda Maria dos Santos França Cardoso construiu um percurso sólido e multifacetado no mundo do direito, combinando a advocacia, a consultoria jurídica, a docência universitária e a gestão pública. A sua trajectória revela uma jurista experiente, com profundo conhecimento do direito empresarial, comercial e da administração pública, tendo ocupado cargos de grande relevância tanto em instituições nacionais como internacionais.

### **Uma Formação de Excelência em Direito Empresarial**

Olinda França Cardoso obteve a Licenciatura em Direito pela Universidade Agostinho Neto, em 1989, consolidando a sua base académica num período crucial da estruturação jurídica e institucional de Angola. Posteriormente, especializou-se em Ciências Jurídico-Empresariais, concluindo um Mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1997.

A sua formação complementar inclui cursos especializados em gestão estratégica de recursos humanos, contratos públicos e administração de recursos humanos, realizados em instituições de referência como o INA – Instituto Nacional de Administração (Portugal), a APG – Associação Portuguesa de Gestores e Técnicos de Recursos Humanos e a *Católica Lisbon School of Business & Economics*.

### **Uma Carreira Dedicada ao Direito e à Gestão Pública**

Com um percurso marcado pela versatilidade e pelo compromisso com o serviço público, Olinda França Cardoso desempenhou diversas funções de relevo ao longo dos anos:

- Juíza Conselheira do Tribunal de Contas de Angola (desde 2021), cargo em que actua na fiscalização da gestão financeira pública e no reforço da transparência das contas do Estado;
- Administradora Executiva da Rádio Nacional de Angola (2010-2012), responsável pelas áreas de recursos humanos, património, assuntos jurídicos e contencioso;
- Assessora Jurídica em organismos estratégicos do Governo de Angola (2006-2010), incluindo o Gabinete de Obras Especiais (GOE), o Programa de Realojamento das Populações, o Gabinete de Gestão do Futuro de Belas e o Gabinete de Reconstrução Nacional, onde chefiou o Departamento Jurídico e Contencioso;
- Chefe de Gabinete do Secretário Executivo da CPLP (1996-2004), onde actuou como Assessora para os Assuntos Jurídicos e Cooperação, desempenhando um papel fundamental na articulação entre os países lusófonos;
- Chefe de Gabinete do Secretário de Estado dos Materiais de Construção (1990-1992), Técnica Superior do Gabinete Jurídico e Directora Adjunta do Gabinete do Ministro da Juventude e Desportos (1989-1990).

A sua experiência nos sectores da comunicação, construção civil, desenvolvimento urbano e integração regional dotou-a de um conhecimento abrangente da gestão pública, das políticas de investimento e da regulação empresarial.

### **Uma Docente e Formadora Comprometida com a Formação de Quadros**

Paralelamente à sua actuação no sector público e empresarial, Olinda França Cardoso desenvolveu uma carreira de docente universitária e formadora, transmitindo o seu conhecimento jurídico a novas gerações de profissionais:

- Professora de Direito na Universidade Lusíada de Angola (desde 2005), leccionando disciplinas como Teoria Geral do Direito Civil, Direito Comercial, Direito Empresarial, Direito das Sociedades Comerciais e Direito do Comércio Internacional;
- Directora Interina da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (2006);
- Professora na Universidade Metodista (desde 2018), leccionando Direito dos Contratos;
- Formadora na Academia BAI e na *Let's Talk* Angola, ministrando cursos sobre prevenção de fraudes na banca, negociação, contratos públicos e recuperação de créditos;

- Professora no ISAF, ensinando Direito Empresarial e Direito Comercial.

A sua ligação ao ensino e à formação revela um compromisso contínuo com o desenvolvimento do conhecimento jurídico e com a capacitação de quadros em Angola.

### **Uma Magistrada ao Serviço da Fiscalização e da Transparência**

Como Juíza Conselheira do Tribunal de Contas, Olinda França Cardoso desempenha um papel crucial na fiscalização e auditoria das contas do Estado, garantindo que os recursos públicos sejam geridos com rigor, transparência e responsabilidade. A sua vasta experiência no sector jurídico e na administração pública fortalece a sua actuação na magistratura financeira, assegurando que as boas práticas de governação sejam respeitadas em todas as instâncias.

Com um percurso marcado pelo rigor técnico, pela dedicação ao ensino e pelo serviço público, a Veneranda Juíza Conselheira Olinda França Cardoso continua a ser uma referência no fortalecimento das instituições e na promoção da justiça e da legalidade em Angola.





**Rigoberto Kambovo**

### **O Juiz Conselheiro com Visão Internacional**

O Venerando Juiz Conselheiro Rigoberto Kambovo construiu um percurso distinto na magistratura, combinando a sua vasta experiência em tribunais nacionais e internacionais com uma sólida formação académica. Nascido a 17 de Abril de 1963, em Jandjo, Huambo, Kambovo trilhou um caminho de rigor, dedicação e compromisso com a justiça, destacando-se como uma referência no direito marítimo e na luta contra crimes financeiros e transnacionais.

### **Uma Formação Multidisciplinar e Internacional**

A sua formação académica reflecte um forte domínio do direito internacional e da fiscalização de crimes complexos. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, especializou-se posteriormente em Direito Internacional Marítimo, obtendo o grau de Mestre no Instituto Marítimo de Direito Internacional (IMLI), sob os auspícios das Nações Unidas, com

estudos realizados entre a República de Malta e Inglaterra.

Reconhecendo a crescente ameaça dos crimes económicos e transnacionais, Kambovo aprofundou os seus conhecimentos em crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de armas, drogas e seres humanos, tendo concluído uma pós-graduação na Alemanha (Berlim) e em Haia (Tribunal Penal Internacional).

Além do direito, a sua formação inclui um Curso Superior de Filosofia no Seminário Maior de Luanda, tendo ainda sido monitor de Filosofia na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

### **Um Magistrado de Carreira com Actuação Nacional e Internacional**

A carreira de Rigoberto Kambovo na magistratura iniciou em 1996, como Juiz de Direito, passando por diversas secções, incluindo a primeira secção dos crimes comuns. O seu percurso notabilizou-se no Tribunal Marítimo de Luanda, onde exerceu funções como Juiz Presidente entre 2004 e 2011, consolidando-se como uma referência na justiça angolana no que diz respeito a questões marítimas e comércio internacional.

Entre 2011 e 2014, liderou a Primeira Secção do Cível e Administrativo, continuando a sua missão de garantir maior rigor e eficiência na justiça angolana.

A sua competência e experiência levaram-no a desempenhar funções ao nível internacional, nomeadamente como Juiz de Angola no Tribunal da SADC, com sede na Namíbia, onde contribuiu para a resolução de litígios regionais. Mais tarde, foi nomeado Juiz para o Comité de Supervisão da SADC, tendo um papel activo na mediação da crise política no Reino do Lesoto.

Ao longo da sua carreira, Kambovo também serviu como Inspector Judicial no Conselho Superior da Magistratura Judicial, cargo que lhe permitiu acompanhar e fiscalizar o desempenho da magistratura em Angola.

**Compromisso com a Justiça e a Formação Jurídica**

Para além da magistratura, Rigoberto Kambovo sempre demonstrou uma forte ligação à educação e à formação de quadros jurídicos. Foi coordenador de Língua Portuguesa e responsável pelo Gabinete de Disciplina no Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL), contribuindo para a formação de gerações de estudantes.

Com uma carreira marcada pelo rigor e pela procura incessante de justiça, o Juiz Conselheiro Rigoberto Kambovo continua a ser uma figura incontornável na magistratura angolana, trazendo consigo uma visão ampla e internacional sobre os desafios da governação e da fiscalização jurídica no país.



**Sebastião Jorge Diogo Bessa**

### **Um Magistrado de Formação Internacional e Experiência Jurídica Diversificada**

O Venerando Juiz Conselheiro Sebastião Jorge Diogo Bessa possui um percurso académico e profissional distinto, combinando uma sólida formação jurídica internacional com uma vasta experiência na magistratura e na docência. Com um olhar apurado sobre a justiça constitucional, o direito eleitoral e a gestão judiciária, tem desempenhado funções de relevo no sistema judicial angolano, consolidando-se como uma referência na defesa da legalidade e da transparência institucional.

### **Uma Formação Académica e Especialização de Alto Nível**

A sua trajectória académica teve início na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993-1998), onde obteve a Licenciatura em Direito, consolidando uma base jurídica forte com influência no pensamento jurídico internacional.

Prosseguiu os seus estudos na Universidade Autónoma de Lisboa, onde conquistou

sucessivamente os graus de Mestre em Ciências Jurídico-Políticas (2011-2016) e Doutor em Direito (2014-2022), com uma investigação aprofundada nas questões do direito constitucional e administrativo.

Para complementar a sua especialização, frequentou também diversas formações avançadas:

- Pós-Graduação em Direito Fiscal (2011-2012) – Universidade Autónoma de Lisboa;
- Pós-Graduação em Direito e Prática Notarial (2011-2012) – Universidade Autónoma de Lisboa;
- Pós-Graduação em Gestão de Recursos Humanos (2002-2003) – Instituto Superior de Gestão, Lisboa.

Esta combinação de direito público, fiscal e gestão judiciária proporcionou-lhe uma visão abrangente sobre os desafios da administração da justiça e da eficiência dos tribunais.

### **Um Magistrado com Extensa Experiência Judicial**

Ao longo da sua carreira, Sebastião Jorge Diogo Bessa consolidou um percurso de excelência na magistratura, ocupando diversos cargos de relevância no sistema judicial angolano:

- Vogal do Conselho Superior da Magistratura Judicial (desde 2022), participando na gestão e supervisão da magistratura judicial em Angola;
- Juiz de Direito Presidente do Tribunal da Comarca de Luanda (desde 2021), liderando um dos tribunais mais importantes do país;
- Juiz de Direito do Tribunal Provincial do Cunene (desde 2006), onde consolidou a sua actuação no julgamento de processos de grande impacto;
- Presidente da Comissão Provincial Eleitoral do Cunene (2012-2020), assegurando a transparência e a legalidade dos processos eleitorais na região.



O seu percurso na justiça eleitoral conferiu-lhe um papel essencial na garantia da imparcialidade e do bom funcionamento dos processos democráticos, uma responsabilidade de enorme relevância para o Estado de Direito.

### **Uma Vocação para o Ensino e a Formação de Quadros Jurídicos**

Paralelamente à sua actuação na magistratura, Sebastião Bessa sempre manteve uma forte ligação ao ensino superior e à formação de novos quadros jurídicos.

- Professor no Instituto Superior de Relações Internacionais Venâncio de Moura (2003-2006), leccionando Direitos Humanos, Direito Diplomático e Consular;
- Formador no Instituto Nacional de Estudos Judiciais (INEJ) (desde 2021), ministrando aulas de Justiça Constitucional, partilhando o seu conhecimento com novos magistrados e operadores do direito.

A sua experiência no ensino demonstra o compromisso com a qualificação contínua da magistratura e a promoção de uma justiça mais eficiente e acessível.

### **Experiência na Advocacia e Actuação Jurídica**

Antes de ingressar na magistratura, Sebastião Bessa exerceu a advocacia no Escritório de Advogados José Fernando Faria de Bastos (1999), consolidando a sua experiência na prática jurídica e aprofundando o seu conhecimento no direito penal, comercial e administrativo.

Fluente em português, inglês e espanhol, possui uma capacidade alargada de compreensão e actuação em contextos internacionais, o que tem sido um diferencial importante na sua carreira.

### **Um Magistrado ao Serviço da Justiça e da Boa Governação**

Com um percurso marcado pela disciplina, conhecimento técnico e compromisso com a transparência, o Venerando Juiz Conselheiro Sebastião Jorge Diogo Bessa continua a desempenhar um papel crucial no fortalecimento da magistratura e na promoção de uma justiça mais acessível e eficaz em Angola.

A sua experiência abrange desde a fiscalização eleitoral e administração da justiça até à formação de quadros e supervisão da magistratura judicial, conferindo-lhe uma visão ampla sobre os desafios e soluções para a modernização do sistema judiciário angolano.

### **Dignos Representantes do Ministério Público Junto do Tribunal de Contas**



**Luciano Cachaca Kumbua**

### **Uma Vida Dedicada ao Ministério Público**

O Digníssimo Procurador-Geral Adjunto da República, Luciano Cachnasa Kumbua, tem uma carreira de mais de três décadas ao serviço da justiça angolana, destacando-se pela sua dedicação ao Ministério Público, à fiscalização financeira e à boa governação. Natural de Cassamba, Província do Moxico, nasceu a 7 de Maio de 1959, e desde cedo demonstrou um compromisso inabalável com a legalidade, a transparência e a luta contra a criminalidade económica.

### **Uma Vida Dedicada ao Ministério Público**

Luciano Kumbua ingressou na Magistratura do Ministério Público em 1986, sendo nomeado Procurador Municipal da República no Moxico pelo então Procurador-Geral da República, Dr. Antero de Abreu. Esse período marcou o início de uma trajectória notável, num país que, à época, celebrava apenas dez anos de independência e necessitava de magistrados comprometidos com o fortalecimento das instituições democráticas e do Estado de Direito.

Em 1990, foi transferido para Luanda para prosseguir os estudos em Direito, continuando

simultaneamente o seu trabalho no Ministério Público. Actuou em diferentes áreas:

- 4.º Juízo Criminal de Luanda;
- Chefia do Gabinete do Procurador Provincial de Luanda;
- 2.ª Secção do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda.

Dois anos depois, foi nomeado Procurador Municipal Titular da República no Município do Sambizanga, aprofundando a sua experiência na administração da justiça a nível local.

### **Ascensão na Magistratura e o Combate à Criminalidade Económica**

A sua carreira seguiu uma progressão constante:

- 1996 – Foi promovido a Procurador Provincial Adjunto da República, sendo colocado na Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), onde trabalhou directamente no combate à criminalidade económica e financeira;
- 1998 – Transferido para o Gabinete de Inspecção do Ministério Público, onde permaneceu durante 12 anos, participando activamente na criação e desenvolvimento do órgão;
- 2005 – Nomeado Inspector do Ministério Público pelo Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público (CSMMP);
- 2007 – Transferido para a Província do Cunene, onde exerceu o cargo de Procurador Provincial Titular da República;
- 2009 – Regressou a Luanda, sendo nomeado Procurador da República junto da Direcção Nacional de Inspecção e Investigação das Actividades Económicas (Polícia Económica);
- Com a fusão da DNIC e da DNIAE, assumiu a função de Procurador Coordenador do Ministério Público junto do Serviço de Investigação Criminal (SIC-Geral).

### O Reconhecimento e a Promoção ao Topo da Magistratura

Pelo seu mérito e dedicação, em 2015 foi promovido e nomeado Procurador-Geral Adjunto da República por Sua Excelência o Presidente da República, tendo tomado posse no Salão Nobre da Presidência da República.

Ao longo da sua trajectória, desempenhou um papel estratégico na supervisão da magistratura:

- Foi membro do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público (CSMMP) por três mandatos, sendo o último por indicação do Presidente da República;
- Em 2018, assumiu a função de Inspector-Chefe da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público, reforçando a fiscalização e o controlo da actuação dos magistrados.

### Uma Nova Missão — O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Em 2024, Luciano Kumbua foi nomeado Procurador-Geral Adjunto da República junto do Tribunal de Contas, assumindo uma nova responsabilidade no campo da fiscalização das contas públicas. A sua vasta experiência no combate à criminalidade financeira e na supervisão da legalidade na administração do Estado tornam-no uma peça-chave na garantia da boa governação e na transparência da gestão dos recursos públicos.

### Reconhecimento e Formação Internacional

O seu percurso profissional foi reconhecido a nível internacional, tendo-lhe sido concedido o título *Grau de Cavalleiresco de Comendador, à Cruz de Mérito, Cívico e Cultural*, pela Sociedade Heráldica Medalhista Cultural e Educacional do Brasil, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 2004.

Além disso, participou em diversas formações e seminários internacionais sobre investigação criminal, combate à corrupção e boas práticas jurídicas, em países como:

- Brasil; Portugal (Centro de Estudos Judiciários – CEJ);
- Angola (Instituto Nacional de Estudos Judiciais – INEJ); Cuba e Estados Unidos da América.

### Um Magistrado ao Serviço da Justiça e da Transparência

Ao longo de quase 40 anos de serviço público, Luciano Kumbua consolidou-se como um dos rostos mais experientes da magistratura angolana, passando por diferentes áreas da justiça criminal, fiscalização económica e supervisão da legalidade.

Agora, à frente do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, continua a combater a má gestão dos recursos públicos, garantindo que o dinheiro do Estado seja utilizado de forma transparente e eficiente.

O seu compromisso com a justiça, a ética e o rigor na fiscalização fazem de si uma referência na magistratura angolana e um pilar fundamental na luta pelo fortalecimento das instituições do País.





**João Simão Chapópia Leonardo**

### **Três Décadas de Serviço Exemplar no Ministério Público**

Natural de Ondjiva, na província do Cunene, o Procurador João Simão Chapópia Leonardo construiu, ao longo das últimas décadas, um percurso marcado pelo rigor, dedicação e profundo sentido de serviço público. Com formação sólida em Direito e vasta experiência no Ministério Público, é uma figura de referência no sistema de justiça angolano, especialmente nos domínios do Direito Penal e da fiscalização das contas públicas.

Teve um percurso académico digno de nota, marcado por um compromisso com o saber e o aperfeiçoamento contínuo. A busca pelo conhecimento começou no Lubango, onde frequentou todas as etapas do ensino até ao pré-universitário. Mais tarde, já em Luanda, concluiu a licenciatura em Direito, com especialização em Direito Jurídico-Civil, pela Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (1999) e o Mestrado em Direito Penal (2011), no âmbito

de uma parceria entre a mesma Faculdade e a Universidade Nova de Lisboa.

Ao longo da carreira, continuou a investir na sua formação através de cursos complementares, nacionais e internacionais, nas áreas de contratação pública, processo civil, Direito dos Negócios e propriedade industrial, entre outros temas relevantes para a administração da justiça.

A carreira no Ministério Público envolve três décadas de serviço exemplar. O Procurador João Chapópia Leonardo iniciou funções no Ministério Público em 1999 e, desde então, tem exercido cargos de crescente responsabilidade, destacando-se:

- Procurador-Geral Adjunto da República junto dos Tribunais Constitucional e de Contas (desde Outubro de 2024);
- Procurador-Geral Adjunto da República junto da Câmara Criminal do Tribunal Supremo (2019-2024);
- Procurador-Geral Adjunto da República junto do Tribunal de Contas (2013-2019);
- Subprocurador-Geral da República (2011-2013), também no Tribunal de Contas;
- Procurador Provincial do Zaire e gestor da unidade orçamental da Procuradoria na província (2004-2011);
- Procurador Provincial Adjunto junto da sala dos crimes comuns do Tribunal Provincial de Luanda (1999-2004).

Estes cargos reflectem uma carreira construída com base no mérito, na integridade e na confiança institucional, qualidades que lhe permitiram desempenhar funções-chave no sistema de controlo jurisdicional e no combate à criminalidade.

Com um forte sentido de missão pedagógica, João Chapópia tem sido formador e docente em várias instituições de ensino e formação jurídica, contribuindo para a capacitação de novos quadros:

- Professor de Direito Penal I na Universidade Jean Piaget de Angola (2020-2023);

- Docente de Economia Política no IMEL (1999-2004);
- Professor de História Universal, Matemática e outras disciplinas ao longo dos anos 90, em Luanda e no Lubango.

Paralelamente, participou em importantes iniciativas de cidadania e protecção social, tendo representado a Procuradoria nas comissões nacionais de Viação e Trânsito e na equipa nacional de formação para a protecção dos deslocados internos em Angola (2000-2002).

O seu espírito crítico e investigador levou-o à publicação da obra *Prisão Preventiva em Angola – Um estudo à Luz dos Princípios Constitucionais do Estado Democrático de Direito* (2013), uma análise profunda que contribui para o debate sobre a legalidade, os direitos fundamentais e a reforma do sistema penal angolano.

### **Uma Vida Dedicada à Justiça e ao Bem Público**

Do Lubango à Procuradoria-Geral da República, passando pelo Tribunal de Contas, o Zaire e o Tribunal Supremo, o Procurador João Chapóia Leonardo representa a figura do servidor público íntegro, comprometido com o Estado de Direito, com a transparência e com a justiça social. A sua trajectória é exemplo de persistência, competência e serviço à causa pública em Angola.



Kulumbimbi - Ruínas da Sé Catedral  
Mbanza Congo, Zaire





## Nota final

Chegámos ao encerramento da primeira edição da Revista ***Fluxos da Corte – O Tribunal de Contas em Movimento***, um marco significativo na construção de um espaço de reflexão, partilha de conhecimento e valorização do papel do Tribunal de Contas de Angola na fiscalização das finanças públicas.

Ao longo destas páginas, percorremos momentos-chave da nossa actividade institucional, revisitando debates essenciais sobre o controlo externo, a modernização dos processos de auditoria, a cooperação internacional e a importância de uma governação financeira assente na transparência e na responsabilidade. O compromisso do Tribunal de Contas é claro: fortalecer a fiscalização, incentivar a inovação e garantir que os recursos públicos sejam geridos com rigor e em benefício do cidadão.

Esta edição assinala um período de transformação e crescimento, impulsionado pela liderança do Juiz Conselheiro Presidente Dr. Sebastião Domingos Gunza, e pelo empenho de magistrados, auditores e técnicos que, diariamente, fazem do Tribunal de Contas uma instituição dinâmica e cada vez mais relevante no cenário nacional e internacional.

O caminho que traçamos exige persistência e evolução contínua. A aposta na formação de quadros, na digitalização dos processos e no reforço das boas práticas de governação financeira são pilares inabaláveis da nossa missão.

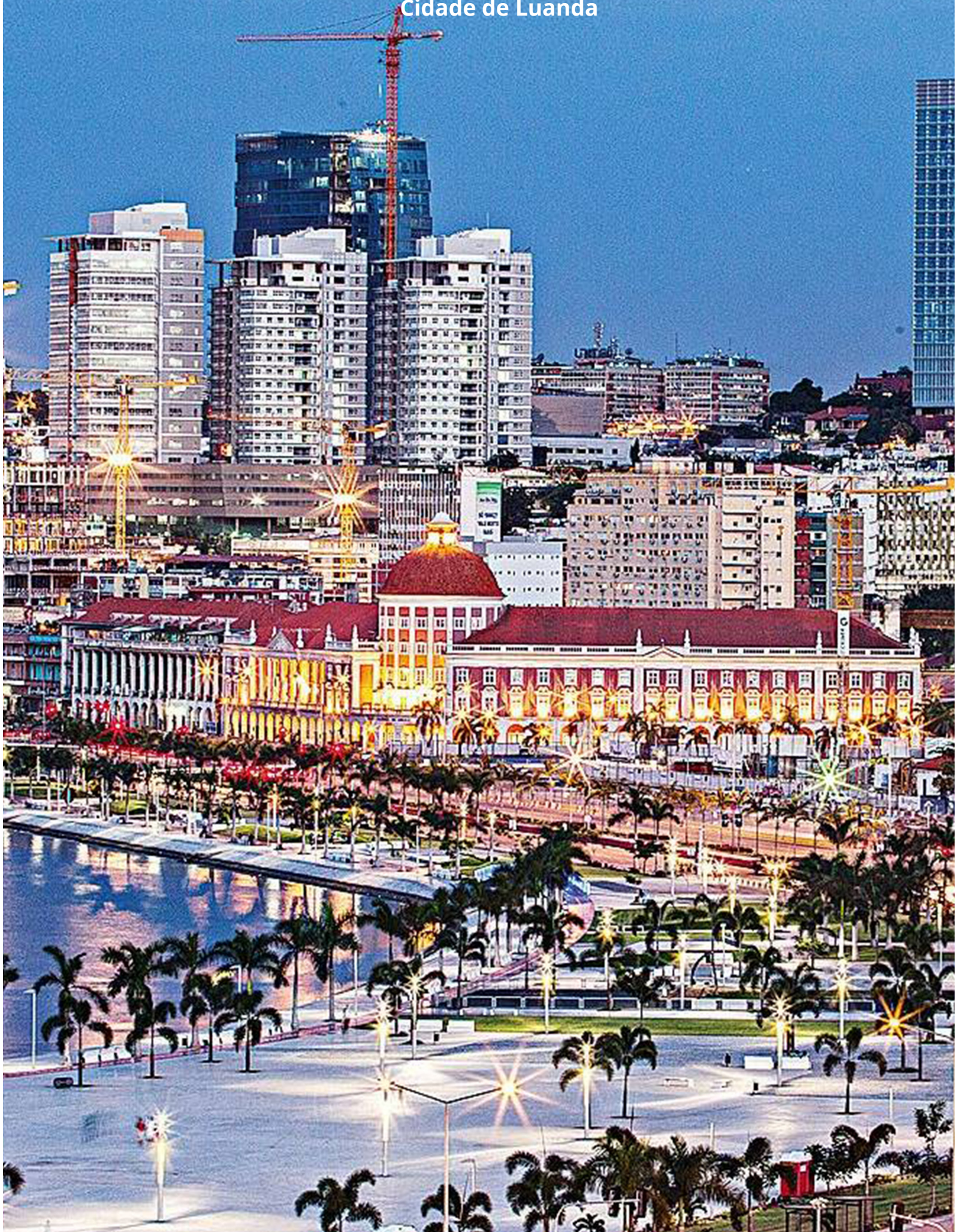
Encerramos esta edição com a certeza de que esta publicação será um elo entre o Tribunal e a sociedade, um instrumento de disseminação do conhecimento e um símbolo do nosso compromisso com a inovação, a transparência e a boa governação em Angola.

O movimento continua.

Até à próxima edição!



Cidade de Luanda





## Galeria de memórias



# 24 ANOS





Seguimos escrevendo a nossa história





24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**





# 24 ANOS





Seguimos escrevendo a nossa história





24 ANOS









24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**





24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**





24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**





24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**



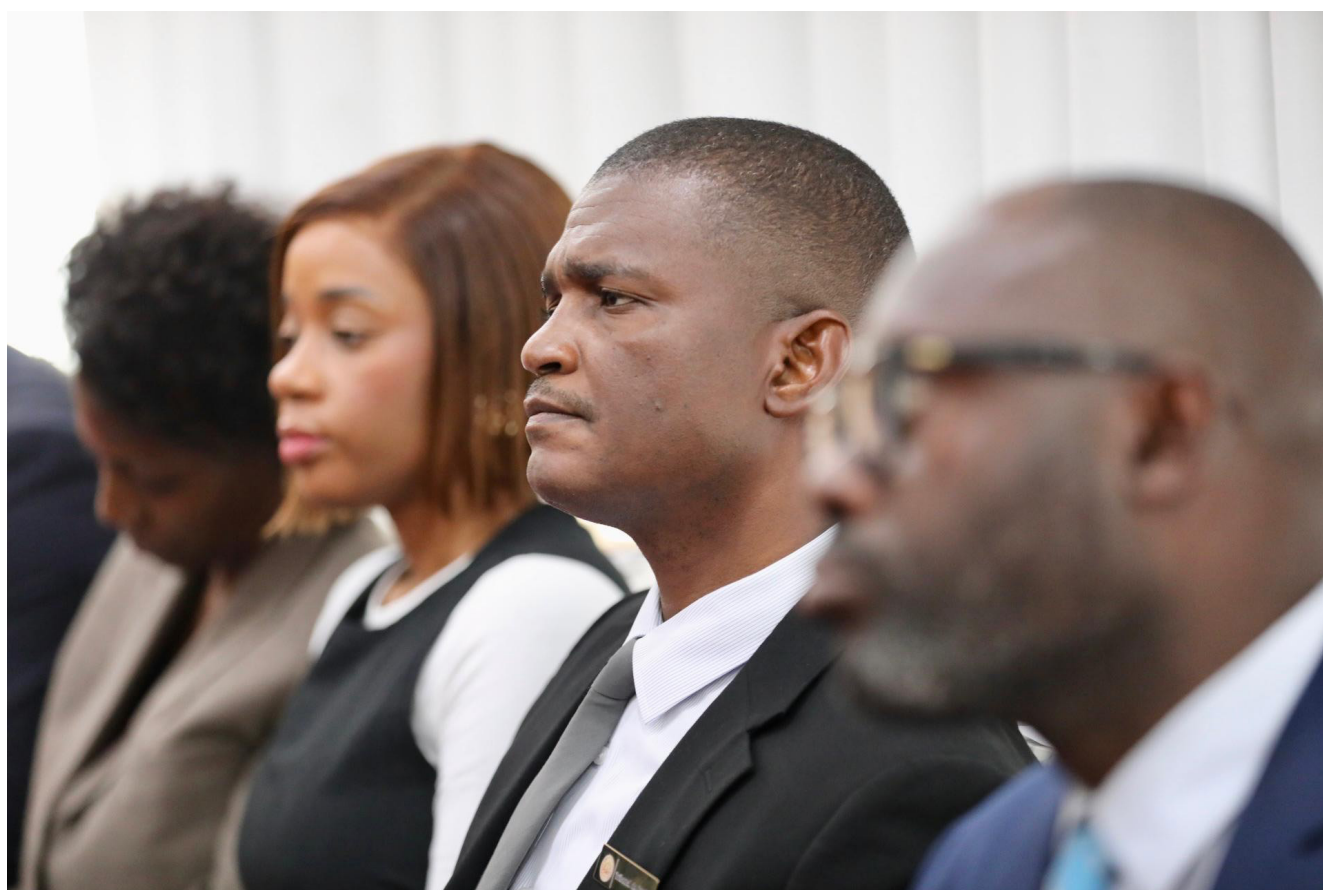


24 ANOS



**Seguimos escrevendo a nossa história**





24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**



24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**





24 ANOS





**Seguimos escrevendo a nossa história**





# 24 ANOS









24 ANOS







